

Weinreich ▪ Labov ▪ Herzog

fundamentos empíricos para uma teoria da

MUDANÇA LINGÜÍSTICA

4f.2

π
parábola

O texto de Weinreich, Labov & Herzog situa-se entre os estudos mais criativos sobre a mudança em comunidades lingüísticas contemporâneas, em situações observáveis em grupos urbanos complexos. As conclusões aqui expostas constituem o ponto de partida para as investigações sobre a dinâmica da mudança em outras comunidades contemporâneas.

Há muito ele já está na categoria dos textos clássicos da área, seja pela criteriosa leitura crítica que fez dos antecessores, seja pela direção metodológica a que deu forma.

É da feliz confluência de estudos intensivos do contato lingüístico em situação de bilingüismo (Weinreich) e de interação dialectal (Herzog) com as investigações da realidade sociolingüística urbana (Labov) que vai emergir o texto que ora se publica em português, por especial acordo com o prof. W. P. Lehmann, organizador do livro em que o texto foi originalmente publicado em 1968.

Esse texto não contém uma teoria completa da mudança, mas a discussão da fundamentação empírica de uma tal teoria. Marco definidor para o estudo da mudança a partir da aceitação do axioma da heterogeneidade ordenada, neste texto inaugural, Weinreich, Herzog e Labov desafiaram os lingüistas de todas as extrações a buscar um modelo formal capaz de acomodar a heterogeneidade ordenada como uma realidade inerente às línguas.

Uriel Weinreich
William Labov
Marvin I. Herzog

fundamentos empíricos para uma teoria da

MUDANÇA LINGÜÍSTICA



TRADUÇÃO: *Marcos Bagno*
REVISÃO TÉCNICA: *Carlos Alberto Faraco*



10247935

π
parábola

TÍTULO ORIGINAL: *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, publicado em *Directions for Historical Linguistics — A Symposium*
© W. P. Lehman e Yakov Malkiel, 1968
© University of Texas Press, Austin-London, 1968, pp. 95-199.
ISBN: 0-292-78355-8

EDITOR: Marcos Marconilo

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Andréia Custódio

CONSELHO EDITORIAL: Ana Stahl Zilles [Unisinos]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUCSP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]
Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela]
Kanavillil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Araújo Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFRJ, UnB]
Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

W448f

Weinreich, Uriel

Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística / Uriel Weinreich,
William Labov, Marvin I. Herzog; tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco;
posfácio Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. - São Paulo: Parábola
Editorial, 2006

..-(Língua(gem); 18)

Tradução de: *Empirical foundations for a theory of language change*. In *Directions for historical linguistics: A symposium*, editado por W.P. Lehmann e Yakov Malkiel, Austin-London, University of Texas Press, 1975, pp.95-199

Inclui bibliografia
ISBN 85-88456-54-0

1. Mudanças linguísticas. 2. Linguagem e línguas - Variação. 3. Sociolinguística. I. Labov, William. II. Herzog, Marvin I. III. Título. IV. Série.

06-1546

CD0410
CDU81-112

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Sussuarana, 216 - Ipiranga | 04281-070 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | fax: [11] 5061-8075

home page: www.parabolaeditorial.com.br | e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-54-9 (antigo 85-88456-54-0)

2ª edição - janeiro de 2009

© da edição: Parábola Editorial, São Paulo, maio de 2006

SUMÁRIO

NOTA LIMINAR, 7

APRESENTAÇÃO DE UM CLÁSSICO, 9

C. A. FARACO

1. Breve histórico do texto, 9
2. Estrutura do texto, 12
3. O processo argumentativo, 13
4. Um breve roteiro de leitura do texto, 15
 - 4.1. Introdução, 15
 - 4.2. O isolamento do idioleto, 17
 - 4.3. Problemas de mudança de estrutura, 21
 - 4.4 A língua como um sistema diferenciado, 25
5. Considerações finais, 29

URIEL WEINREICH, 31

0. INTRODUÇÃO, 33

1. O ISOLAMENTO DO IDIOLETO, 39

- 1.1. As teorias de Hermann Paul, 39
- 1.2. A herança dos neogramáticos, 54
 - 1.2.1. Saussure, 55
 - 1.2.2. A *lingüística descritiva bloomfieldiana*, 57
 - 1.2.3. A *prática dos gramáticos gerativistas*, 60

2. PROBLEMAS DE MUDANÇA DE ESTRUTURA, 61

- 2.0. Tipos de teoria relevante, 61
- 2.1. Função contrastiva dos fonemas, 63
- 2.2. Estrutura gramatical, 73
- 2.3. Argumentos relativos a tendências de longo prazo, 76
- 2.4. Traços distintivos e mudança fonológica, 77
 - 2.4.1. A *fonologia gerativa e a economia das gramáticas*, 79

3. A LÍNGUA COMO UM SISTEMA DIFERENCIADO, 87

- 3.0. Uma abordagem sistemática das estruturas heterogêneas, 87

- 3.1. O testemunho da geografia lingüística, 88
- 3.2. Línguas e dialetos em contato, 92
 - 3.2.1. *Sistemas coexistentes*, 96
- 3.3. Variabilidade dentro do sistema, 103
 - 3.3.1. *Variáveis lingüísticas dentro do sistema*, 104
- 3.4. Princípios empíricos para a teoria da mudança lingüística, 121
- 3.5. Alguns princípios gerais para o estudo da mudança lingüística, 125

BIBLIOGRAFIA, 127

QUARENTA ANOS DEPOIS: A HERANÇA DE UM PROGRAMA NA SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA, 131

MARIA DA CONCEIÇÃO A. DE PAIVA E MARIA EUGÊNIA LAMOGLIA DUARTE

1. Introdução, 131
 2. A variação interna ao sistema, 133
 3. Variação e mudança, 139
 4. Concluindo: variação, mudança e teoria lingüística, 146
- Referências bibliográficas, 149

Data	19/02/2013
Proc.	3469/2012.81
Emp.	2322
Liv.	Eunice M. G. O.
R\$	16,68
N F	1321
Solic.	CECh. Linguística
(Recm)	
Clas.	G410
Cult.	W4242.2
	p.1
Tombo	247735

NOTA LIMINAR

Devemos ao Prof. Marcos Bagno a iniciativa de traduzir e publicar este texto clássico dos estudos sociolingüísticos. Além de entrar em contato com o organizador da obra original, Bagno também convidou os lingüistas brasileiros Carlos Alberto Faraco, Maria Eugênia L. Duarte e Maria da Conceição de Paiva para integrar o projeto. Faraco fez a revisão técnica da tradução e elaborou a apresentação em forma de roteiro de leitura. Duarte e Paiva assumiram a tarefa de relatar, no posfácio, o impacto do texto de Weinreich, Labov e Herzog sobre a pesquisa sociolingüística brasileira nos últimos quarenta anos. Assim, podemos nos orgulhar de oferecer ao leitor brasileiro uma edição enriquecida pela contribuição de alguns dos pesquisadores mais destacados entre nós nas áreas de lingüística histórica, sociolingüística variacionista e sociologia da linguagem.

Queremos expressar nosso profundo agradecimento ao Prof. Winfred P. Lehmann, que gentilmente nos concedeu a permissão para traduzir e publicar este ensaio tão importante para as ciências da linguagem. O Prof. Winfred P. Lehmann foi responsável, juntamente com Yakov Malkiel, pela organização do livro *Directions for Historical Linguistics*, publicado em 1968 pela University of Texas Press, do qual faz parte o texto de Weinreich, Labov e Herzog.

Esta publicação é dedicada à memória da Profa. Ritta de Cássia de Araújo Centola (1938-2003). A ela pertenceu o exemplar do livro *Directions for Historical Linguistics* que nos serviu de base para a tradução.

Os EDITORES

APRESENTAÇÃO DE UM CLÁSSICO

Carlos Alberto Faraco

1. BREVE HISTÓRICO DO TEXTO

O texto que se publica neste livro, em tradução de Marcos Bagno, foi elaborado, em primeira versão, para ser apresentado no Simpósio “Direções para a Lingüística Histórica” que ocorreu na Universidade do Texas em 29 e 30 de abril de 1966.

O objetivo do Simpósio, organizado por dois proeminentes estudiosos de lingüística histórica nos Estados Unidos, Winfred P. Lehmann e Yakov Malkiel, era renovar o interesse acadêmico pelos estudos lingüísticos históricos, recolocando-os em uma posição de liderança entre as disciplinas lingüísticas.

Embora as principais universidades européias e norte-americanas não tivessem abandonado completamente esses estudos, a entrada em cena, desde o início da década de 1930, das tendências estruturais acabou por colocar a chamada lingüística sincrônica na posição de primazia que antes fora da lingüística histórica.

O Simpósio foi, então, idealizado com o intuito de reequilibrar os pratos da balança, buscando desencadear, nas universidades norte-americanas, uma onda acadêmica que pudesse resgatar para a lingüística histórica uma posição de centralidade nas pesquisas. O momento era muito propício, seja pelos dados dialetológicos coletados na década de 1950, seja pelo surgimento da sociolingüística, no início dos anos 1960, cujas primeiras pesquisas já

sinalizavam importantes repercussões para uma renovação teórica e metodológica da lingüística histórica.

Os trabalhos apresentados no Simpósio foram reunidos por Lehmann e Malkiel no livro *Directions for Historical Linguistics: A Symposium* (Austin & London: University of Texas Press) publicado em 1968.

Na apresentação do livro, seus organizadores classificam o texto de Weinreich, Labov & Herzog entre os estudos mais criativos sobre a mudança em comunidades lingüísticas contemporâneas, isto é, sobre mudanças lingüísticas em situações observáveis em grupos urbanos complexos. Destacam que esses grupos trazem, pela sua complexidade, desafios peculiares para os estudos da mudança, na medida em que os fatores que desencadeiam e restringem as mudanças lingüísticas são certamente mais diversificados nessas circunstâncias do que em sociedades pré-urbanas, foco de atenção de boa parte das investigações históricas tradicionais em lingüística.

Lehmann e Malkiel consideram também que essa nova face dos fenômenos históricos redundaria em refinamentos metodológicos capazes de esclarecer problemas deixados sem solução nos estudos lingüísticos históricos do passado. Por isso, consideram que as conclusões alcançadas por Weinreich, Labov & Herzog constituem o ponto de partida para as investigações sobre a dinâmica da mudança em outras comunidades contemporâneas.

Lançando um olhar retrospectivo, podemos dizer que foi precisamente esse o papel que o texto exerceu nestes últimos quase quarenta anos dos estudos de lingüística histórica. Há muito ele já está na categoria dos textos clássicos da área, seja pela criteriosa leitura crítica que fez dos antecessores, seja pela direção metodológica a que deu forma.

Para isso tudo, seus autores tomaram como fundamento os estudos da variação e da mudança que haviam realizado até então. Sua força enquanto texto renovador dos estudos de

lingüística histórica e ordenador de toda uma linha de investigação emerge justamente desse rico enraizamento empírico.

Seus três autores eram, à época, professores da Columbia University em Nova York. William Labov e Marvin I. Herzog haviam escrito suas respectivas teses de doutoramento sob a supervisão de Uriel Weinreich. Este, embora tenha tido uma vida muito curta (vítima de câncer, faleceu em 1967, antes de completar 41 anos), deixou importantes contribuições para a lingüística, a começar pelo seu *Languages in Contact* (publicado em 1953), livro que resultou de sua tese de doutorado sobre o bilingüismo na Suíça (1951) e que ainda é uma referência indispensável nos estudos do contato lingüístico.

Em 1952, ele demonstrou que o aparentemente misterioso reaparecimento no nordeste da Europa de uma antiga pronúncia do iídiche era, na verdade, o resultado da migração de falantes de regiões em que aquela antiga pronúncia nunca havia desaparecido.

Estimulou com isso estudos dialetológicos e históricos do iídiche, tendo coordenado o projeto do *Atlas lingüístico e cultural das comunidades judaicas asquenazes*. Dele, Herzog foi talvez o mais importante colaborador, coordenando a continuidade dos trabalhos e sua conclusão após a morte de Weinreich. O *Atlas* veio a ser publicado em 1992.

Em sua tese de doutorado, *The Yiddish Language in Northern Poland*, publicada em 1965, Herzog, além de realizar um estudo dialetológico intensivo com pessoas de 34 comunidades, explorou, com bastante sucesso, a hipótese de que uma pequena área no norte da Polônia poderia ser tomada como um modelo em escala de todo o território iídiche oriental, mesmo que essa área correspondesse a menos de dez por cento de todo o território investigado. Essa hipótese lhe permitiu esclarecer aspectos da dinâmica dialetal em área de contato.

Labov, por seu turno, vinha de suas duas hoje clássicas pesquisas, a de Martha's Vineyard (que resultou em sua

dissertação de mestrado) e a da estratificação social do inglês na cidade de Nova York (que resultou em sua tese de doutorado, publicada em 1966).

Estabeleciam-se nelas as bases metodológicas da pesquisa sociolinguística variacionista e reabria-se a questão da mudança linguística, em especial das suas motivações sociais.

É da feliz confluência de estudos intensivos do contato linguístico em situação de bilingüismo (Weinreich) e de interação dialetal (Herzog) com as investigações da realidade sociolinguística urbana (Labov) que vai emergir o texto que ora se publica em português.

2. ESTRUTURA DO TEXTO

O texto de Weinreich, Labov & Herzog está dividido em quatro partes, assim intituladas:

- 0. Introdução
- 1. Isolamento do idioleto
- 2. Problemas da mudança estrutural
- 3. A língua como um sistema diferenciado.

Na Introdução, os autores apresentam os objetivos do texto e definem suas grandes opções teóricas. Na Parte 1, fazem a resenha e a crítica da tradição neogramática nos estudos das mudanças linguísticas, consolidada na obra de Hermann Paul (1880) e presente, em especial pelo axioma da homogeneidade, nas reflexões diacrônicas de Saussure no *Curso de linguística geral* (1916) e na linguística norteamericana, seja naquela inaugurada por Bloomfield, seja na inaugurada por Chomsky.

Dedicam a Parte 2 à descrição e crítica dos impactos do pensamento estrutural sincrônico nos estudos da mudança linguística. Finalmente, na Parte 3, detalham suas concepções da mudança linguística, dando ênfase aos desafios

postos à linguística histórica pelos resultados empíricos da investigação dialetológica, do contato linguístico e dialetal e da sociolinguística.

3. O PROCESSO ARGUMENTATIVO

A questão fundamental que o texto levanta (ver Introdução e item 3.0) diz respeito ao fato amplamente observado de que a mudança estrutural não afeta a estruturalidade da língua, isto é, a língua continua estruturada enquanto vão ocorrendo as mudanças. Ou, posta na formulação dos autores, a questão fundamental a ser respondida por uma teoria da mudança é: "Se uma língua tem de ser estruturada para funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda?"

Para responder a essa questão, os autores consideram indispensável construir uma teoria que rompa com o axioma da homogeneidade, que tem sido a pedra angular dos edifícios teóricos hegemônicos na linguística desde os neogramáticos.

Esse axioma estabelece uma identificação entre estruturalidade e homogeneidade, ou seja, só é possível detectar estrutura num recorte que homogeneize o objeto. Para isso, é preciso tornar teoricamente irrelevante a variabilidade, gesto que os autores consideram desnecessariamente irrealista e responsável direto pelos inúmeros paradoxos que afetam os estudos da mudança linguística desde os neogramáticos.

Propõem, então, que o axioma da homogeneidade seja abandonado, instaurando-se em seu lugar o axioma da heterogeneidade ordenada. Buscam assim caminhos teóricos para harmonizar os fatos da heterogeneidade (a língua como uma realidade inerentemente variável) com a abordagem estrutural (a língua como uma realidade inerentemente ordenada).

Aceitar como teoricamente irrecusável a heterogeneidade ordenada da língua é também aceitar como heterogênea e ordenada a competência dos falantes, isto é, seu domínio de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialealismo nem com o "mero desempenho"; ela é constitutiva da competência lingüística monolíngüe.

Ainda mais: o axioma da heterogeneidade ordenada descarta também a possibilidade de se tomar a língua do indivíduo como o legítimo objeto da lingüística, à custa das características lingüísticas da comunidade.

É importante notar que Weinreich, Labov & Herzog não estão apenas opondo diferenças no plano das grandes concepções. Sua argumentação contra o axioma da homogeneidade e seus paradoxos se assenta no caráter incontornável da evidência empírica.

Essa é a baliza forte de seu processo argumentativo. Eles colocam a evidência empírica sobre a mesa e sustentam que, diante dela, certas teorizações em lingüística histórica são simplesmente impossíveis.

Tomemos, como exemplo, a discussão da hipótese que estabelece um vínculo entre a mudança lingüística e a sucessão das gerações de falantes.

Entende-se por ela que o germe da mudança está no processo de transmissão da língua de uma geração a outra. Ou seja: fenômenos desviantes na fala dos adultos se tornam fenômenos constantes na gramática das crianças.

Essa hipótese aparece formulada já em Hermann Paul (1880) e voltará, sob diferentes roupagens, em vários momentos das discussões sobre a mudança no correr do século XX.

Os autores resenham no item 1.1 a formulação de Paul e destacam, no item 2.41, a elaboração de Morris Halle (1962), já no quadro da fonologia gerativa.

Mostram que, para essa hipótese funcionar, é preciso assumir simultaneamente vários outros postulados teóricos, a saber:

- a) o caráter discreto das gerações (postular que elas se sucedem em bloco);
- b) o caráter uniforme da transmissão (postular que todos os membros da nova geração adotarão a mudança);
- c) o aprendizado da língua pelas novas gerações tendo como modelo principal a fala dos pais/dos adultos;
- d) a finalização de uma mudança necessariamente no espaço temporal de uma geração.

Ora, nenhum desses postulados se verifica empiricamente:

- a) as diferentes gerações formam um *continuum* na comunidade;
- b) as mudanças não se dão uniformemente, mas seguem diferentes ritmos e direções;
- c) as crianças e pré-adolescentes constroem e reconstroem sua gramática tendo como modelo principal seus pares coetâneos, e não seus pais;
- d) boa parte das mudanças continua na mesma direção por várias gerações.

Em conclusão, não há, diante dessa evidência empírica, como continuar simplesmente sustentando a teoria que vincula mudança lingüística e sucessão de gerações.

4. UM BREVE ROTEIRO DE LEITURA DO TEXTO

Vamos agora destacar alguns dos principais pontos abordados pelos autores em cada uma das partes em que está dividido seu texto*.

4.1 Introdução

Na Introdução, os autores apresentam os objetivos do texto e delimitam as suas grandes opções teóricas. O seu marco

* Para uma apresentação panorâmica da história da lingüística histórica, que poderá auxiliar o leitor a situar as discussões críticas que Weinreich, Labov & Herzog fazem de seus antecessores, consultar o capítulo 5 de C. A. FARACO, *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

axiomático é ver a língua — seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico — como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada.

Tendo esse marco como baliza, eles se propõem lançar as bases de uma teoria da mudança lingüística capaz de superar os paradoxos que as teorias estruturais, fundadas no axioma da homogeneidade, têm trazido para a lingüística histórica.

Reconhecem a relevância das exigências gerais que Chomsky acabara de trazer para o estudo teórico em lingüística. Sugerem que essas exigências poderiam resultar em duas versões para uma teoria da mudança: uma versão forte (capaz de prever inteiramente o curso das mudanças de uma língua num certo intervalo de tempo) e uma versão fraca (capaz de explicitar os fatores condicionantes das mudanças, limitados pelo princípio geral de que nenhuma língua assumirá uma forma que viole os princípios formais postulados como sendo universais).

Embora sugiram que a versão forte é, de fato, impossível, não adotam a versão fraca por considerarem que a lingüística gerativista, ao aderir ao axioma da homogeneidade, não tem condições de superar os paradoxos tradicionais do estudo da mudança.

No entanto, embora não falem mais diretamente em universais, incorporam, já no esboço de seu modelo, pelo menos parte da teoria fraca, ou seja, a idéia de que as mudanças ocorrem sob limites. Ou seja, a idéia de que nem toda mudança é possível e de que há restrições também quanto à possibilidade de fatores condicionantes.

Adotam, desse modo, um aspecto fundamental da proposta de rigor formal lançada por Chomsky para as teorias lingüísticas (a saber, elas têm de ser restritivas), sem, no entanto, aderir à sua concepção homogênea do objeto.

Apresentam, na seqüência, um esboço dos problemas para os quais uma teoria da mudança deve fornecer respostas, a saber:

- a) a questão dos *fatores condicionantes* (mudanças e condicionantes possíveis);
- b) a questão da *transição* (os estágios intervenientes entre dois estados da língua);
- c) a questão do *encaixamento* (o entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura lingüística e na estrutura social);
- d) a questão da *avaliação* (os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua);
- e) a questão da *implementação* (razões para mudanças ocorrerem em certa língua numa dada época).

Esse conjunto de problemas será trabalhado em detalhes na última parte do texto.

Alertam o leitor para o fato de que não estão apresentando uma teoria da mudança lingüística plenamente elaborada, mas um conjunto de fundamentos empíricos dos quais nenhuma teoria pode escapar.

Finalizam lembrando que uma teoria da mudança lingüística é parte de uma investigação mais ampla sobre a evolução lingüística como um todo. Arrolam os grandes temas dessa investigação mais ampla para, em seguida, delimitarem o rol de temas que ocuparão suas reflexões.

4.2 O isolamento do idioleto

O principal objetivo desta Parte é criticar as teorizações de Hermann Paul em seu livro *Prinzipien der Sprachgeschichte* (1880). Toma-se este livro por ele ter sido o grande texto de referência em lingüística histórica até as primeiras décadas do século XX. Nele se encontra uma consolidação das grandes coordenadas do pensamento neogramático sobre a mudança lingüística e a definição

* Há tradução portuguesa do livro de Paul: *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Gulbenkian, 1970 [2ª edição, 1983].

de certos pressupostos que tiveram grande impacto nas discussões posteriores*.

Weinreich, Labov & Herzog fazem uma resenha de alguns aspectos centrais do pensamento de Paul, apontando seus vários problemas, as insuficiências, os pontos pouco desenvolvidos, o caráter *ad hoc* de algumas hipóteses e, principalmente, as dificuldades e os paradoxos que afetam qualquer teoria que, como a de Paul, assumia a língua como uma realidade fundamentalmente individual e psicológica.

O recorte de Paul estabelece a língua do indivíduo (o idioleto) como o objeto da investigação lingüística. Com isso, ele define a língua como um objeto inerentemente psicológico e instaura uma dicotomia de difícil superação entre o individual e o social.

Isolado o idioleto como objeto, a mudança lingüística será entendida como mudança no interior do idioleto, seja por processos espontâneos (de dentro para fora), seja por adoção seletiva pelo indivíduo de traços do idioleto de seus interlocutores.

No caso das mudanças fonéticas (que, pelas limitações da investigação lingüística da época, será particularmente privilegiada no modelo de Paul), entende-se que elas ocorrem motivadas por fatores psicofisiológicos. Postula-se um princípio de maior comodidade aos órgãos fonadores como determinante daquelas mudanças.

Esses pressupostos gerais vão conduzir a teoria a vários problemas insolúveis. Assim, por exemplo, se num primeiro momento a explicação da mudança pela comodidade psicofisiológica pode parecer razoável, Weinreich, Labov & Herzog mostram que ela logo se complica quando é preciso responder ao problema da implementação, ou seja, por que determinada mudança não ocorreu antes (se ela afeta a comodidade dos falantes) e por que alguns falantes não a realizam (i.e., conservam o padrão pretensamente menos confortável)?

Por outro lado, uma teoria que recorta o idioleto como objeto instaura uma dicotomia entre o individual e o social para a qual dificilmente se encontra uma razoável solução teórica. Paul, para aproximar os pólos dessa dicotomia, vai operar com um artefato que chamará de *uso lingüístico* (*Sprachusus*) e que se define como uma certa "média" de ocorrências calculável com base num recorte puramente arbitrário de idioletos, já que Paul não dispõe, em seu quadro teórico, de nenhum critério para agrupar idioletos.

Em face do modo como se define o *Sprachusus*, não há, segundo nossos autores, qualquer recurso para torná-lo preciso e teoricamente produtivo. Ele, por exemplo, em nada pode contribuir para o problema da difusão das mudanças: nem dá conta do alcance social delas, nem auxilia a situar as diferenças entre os idioletos numa escala de importância.

Por consequência da dicotomia, a teoria tem também dificuldades para tratar de questões dialetais. Os dialetos são concebidos como agrupamentos de idioletos idênticos, e a mudança dialetal como consistindo de idioletos mudando em paralelo.

Há aqui um pressuposto forte de homogeneidade seja para o idioleto, seja para o dialeto, que não encontra qualquer respaldo empírico. Assim, para tratar da heterogeneidade no interior de um dialeto, Paul apela para a noção de empréstimo, sem, contudo, explicitar os mecanismos do processo, não sendo, por exemplo, capaz de dar conta do fato de o empréstimo ser sempre seletivo (alguns traços em alguns idioletos).

Na sequência do texto, Weinreich, Labov & Herzog revisam o pensamento diacrônico de Saussure conforme está expresso no *Curso de lingüística geral*. Destacam a bem conhecida antinomia entre a realidade sincrônica (em que

os elementos se relacionam sistematicamente) e a realidade diacrônica (em que os elementos se substituem sem formar sistema entre si).

Lembram que Saussure recorta um objeto sincrônico sempre homogêneo (mesmo quando dese ao plano dos dialetos), não havendo nada em sua teoria que possa acomodar a língua vista como heterogeneidade ordenada.

Falamos, por exemplo, recursos teóricos para tratar da coexistência entre formas conservadoras e inovadoras num mesmo falante, bem como da coexistência dos sistemas de dialetos vizinhos na competência linguística dos mesmos falantes.

Por tudo isso, Weinreich, Labov & Herzog consideram que Saussure, embora tenha tido um papel revolucionário na história da linguística, não foi além de Paul quando tratou da mudança linguística. E, ainda que tenha postulado a língua como um fato social, em nada contribuiu no sentido de estudá-la como heterogeneidade ordenada.

O mesmo apontam na linguística descritiva norte-americana. Reconhecem que houve nela um certo interesse pela diversidade no interior de uma comunidade de fala, mas nunca se chegou a atribuir-lhe um caráter sistemático.

Por outro lado, no trato da mudança, Bloomfield assume, tal como Paul, que é a imitação por parte do indivíduo dos hábitos de fala de seus interlocutores que explica a mudança.

Em relação à linguística chomskyana, os autores lembram que, à época, pouco ainda havia sido feito na área dos estudos históricos. No entanto, como no gerativismo há o mesmo compromisso teórico com a homogeneidade, pode-se antecipar que nele se produzirão os mesmos paradoxos vistos em Paul, Saussure e na linguística bloomfieldiana.

Destacam que Chomsky declara que a diversidade linguística foi vista como teoricamente irrelevante pelos funda-

dores da linguística moderna e que não se tem oferecido razão convincente para modificar essa concepção.

Weinreich, Labov & Herzog discordam inteiramente dessa segunda observação e dizem que demonstrarão, na sequência, haver razões convincentes para modificá-la, isto é, para entender a heterogeneidade como codificada em alto grau e integrada na competência linguística do falante.

4.3 Problemas de mudança de estrutura*

Na terceira parte do texto, Weinreich, Labov & Herzog discutem as implicações para o estudo da história das línguas das teorias sincrônicas de caráter estrutural, isto é, das teorias que enfocam a língua como um sistema. Não por acaso, os dois autores mais citados são Jakobson e Martinet. São eles que vão desenvolver mais extensamente a idéia de que as mudanças não devem ser vistas isoladamente, mas sempre sob um olhar sistêmico.

Nossos autores agrupam essas implicações em três dimensões potenciais:

- a) a reclassificação das mudanças (novos recursos teóricos permitem colocar mudanças já estudadas numa outra matriz descritiva e, eventualmente, explicativa);
- b) a possibilidade de ampliar o rol dos fatores condicionantes (com uma visão sistêmica, é possível fazer generalizações antes impossíveis e até mesmo captar com mais propriedade e abrangência as mudanças interconectadas);
- c) a apreensão de novas causas da mudança (aqui se abre a perspectiva de abordar a mudança como desencadeada por características da própria estrutura como rede de relações opostas).

Na sequência, Weinreich, Labov & Herzog organizam a discussão das implicações das teorias sistêmicas em quatro tópicos: a função contrastiva dos fonemas; a estrutura gramatical; as tendências de longo alcance; a abordagem gerativista.

* Para uma rica e pormenorizada discussão dos temas das duas últimas partes do texto de Weinreich, Labov & Herzog, o leitor se beneficiará da leitura de D. LUCCHESI. Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Mostram (2.1) que a fonologia se constituiu e se consolidou à medida que se sedimentou a concepção do sistema como uma rede de relações opositivas. A extensão desse entendimento teórico para o estudo histórico tornou possível uma reclassificação das mudanças e, principalmente, permitiu superar uma visão atomística das mudanças, captando-se generalizações onde isso anteriormente não era possível.

Esse passo à frente não se deu, obviamente, sem problemas. O primeiro deles é o tratamento de como mudanças graduais, não-distintivas, saltam repentinamente para dentro de uma nova categoria distintiva.

Nossos autores consideram que, à falta de uma teoria da transição, os teóricos sistêmicos acabam por apelar para saídas sem fundamento empírico. Chegam, como Hockett, a propor explicações por meio de fenômenos não apenas inobservados, como inobserváveis. Faltam a eles recursos teóricos para acomodar os estágios intervenientes que constituem, de fato, o processo de transição.

Um segundo problema da inserção de uma teoria fonêmica na concepção neogramática de mudança é a tentativa de identificar a nova distinção subfonêmico/fonêmico com as distinções anteriores (infinitesimal/discreto, flutuante/estável, irregular/regular, inconsciente/consciente).

Nossos autores apontam não só dificuldades teóricas decorrentes dessa identificação, mas, principalmente, várias evidências empíricas que a desautorizam: o analiticamente distintivo não coincide necessariamente com o historicamente discreto e o psicologicamente consciente.

Na sequência, os autores resenham as possibilidades explicativas da função contrastiva dos fonemas, possibilidades capazes, segundo eles, de contribuir para a solução do problema da avaliação (isto é, dos efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua).

A questão se centra na preservação da função contrastiva dos fonemas. Haveria, no sistema, uma força que resistiria à coalescência de fonemas, de modo a não se perder as relações opositivas. Martinet é a principal referência aqui, pelo modo abrangente com que tratou dessa questão, incorporando um conceito de "rendimento funcional" variável: oposições de baixo rendimento funcional poderiam desaparecer, mas não as de alto rendimento.

Weinreich, Labov & Herzog consideram que Martinet conseguiu propor uma solução altamente atrativa, mas entendem que esse arcabouço teórico, embora com suporte empírico interessante, precisa se tornar mais preciso e confiável.

Esse necessário refinamento decorre de observações de fatos (são feitas referências a dados do estudo sociolinguístico de Labov em Nova York e do estudo dialetológico do iídiche feito por Herzog) que sugerem a existência de forças motivadoras na mudança linguística, que podem passar por cima de qualquer tendência de preservar a função contrastiva, à medida que haja elementos contextuais compensadores.

Concluem essa discussão mostrando que o conceito de rendimento funcional, por outro lado, contribui pouco para o problema da implementação das mudanças. Mesmo com ele, continua em aberto a pergunta de por que uma mudança ocorreu em dado momento numa língua numa certa direção e também por que ela não ocorreu antes. Os autores deixam claro, nesse ponto do texto, que não acreditam que esse problema possa ser resolvido por investigações estruturais.

Na sequência (2.2), abordam a questão sintática. O pouco espaço que destinam a ela é indicador da situação dos estudos sintáticos à época, que apenas começavam a ressurgir com as propostas teóricas de Chomsky.

Afinados, porém, com os grandes temas daquele momento, dão destaque às investigações que visam à explicação mais do que à simples descrição e apontam duas linhas teóricas

que consideram promissoras: a busca dos universais e o estudo dos padrões produtivos conflitantes.

Quanto à primeira, destacam a relevância, para o estudo histórico, de se alcançar um conjunto de universais validados porque eles se tornam um fator condicionante sobre possíveis mudanças numa língua, restringindo, portanto, a teoria. Tomam as propostas de Greenberg como referência (já que, à época, a teoria dos universais de Chomsky não havia ainda encontrado uma formulação para além do nível das declarações de princípio).

Reconhecem que Greenberg, embora não tivesse apresentado nenhuma teoria geral da estrutura ou da mudança lingüística, trazia contribuições interessantes para a fundamentação de tais teorias, seja por dar suporte empírico à alegação abstrata de que os sistemas sincrônicos têm tendências dinâmicas, seja pelo uso de métodos quantitativos para substituir evidências assistemáticas.

Quanto à segunda linha teórica, o texto faz uma breve resenha de propostas que tinham como alvo escapar das vacuidades da doutrina neogramática da analogia. Se os críticos já haviam apontado o caráter *ad hoc* da explicação por analogia, a concepção sistêmica da língua trouxe possibilidades para se tratar mais adequadamente dos fenômenos em que há padrões produtivos conflitantes.

No item seguinte (2.3), os três autores mostram como a perspectiva sistêmica contribuiu para a percepção e descrição de tendências de longo prazo na história das línguas. Ressaltam, de novo, a importância de investigar se tendências assim estudadas não ganhariam em relevância se fossem deduzidas de alguma agenda independentemente motivada de tendências possíveis, em vez de detectadas separadamente para cada grupo de línguas.

Por fim, voltam-se (2.41) novamente para uma apreciação crítica do pensamento gerativista e se perguntam se ele

traz novas perspectivas para a explicação das mudanças. Resenham, então, o trabalho de Halle que, à época, era dos poucos gerativistas a discutir questões históricas.

Em termos gerais, reconhecem que esse autor levanta questões construtivas e penetrantes. No entanto, mostram-se céticos quanto ao potencial de suas análises por considerarem que há fragilidades em seu fundamento empírico na medida em que o modelo gerativo toma a língua como um objeto homogêneo. E isso nossos autores, retomando sua argumentação inicial, entendem ser desnecessariamente irrealista.

Desdobram suas considerações sobre Halle em três tópicos:

- a) o modelo pai-para-filho (ou seja, a incorporação da relação difusão da mudança/sucessão geracional à teoria gerativa — que já comentamos acima);
- b) a aplicação a exemplos históricos (os autores avaliam que a elegância do modelo não se submete à evidência empírica disponível, em especial a coexistência de sistemas alternativos);
- c) a aplicação da teoria dos traços distintivos a mudanças sonoras observadas em progresso (os autores sustentam que as propostas de Halle são inadequadas por não conseguirem dar conta de modos de transição frequentemente observados).

4.4 A língua como um sistema diferenciado

Weinreich, Labov & Herzog dedicam a última parte de seu texto ao detalhamento do seu modelo de língua, um modelo que busca descrever a heterogeneidade ordenada dentro da língua e que, em consequência, “evita os infrutíferos paradoxos com que as teorias da estrutura homogênea têm estorvado a lingüística histórica” (3.0).

Expõem a fundamentação empírica de seu modelo, dividindo-a em três subitens distintos: os dados empíricos

obtidos pela geografia lingüística (3.1), aqueles retirados dos estudos do contato de línguas e dialetos (3.2) e aqueles advindos do estudo sociolingüístico (3.3).

Finalizam o texto com dois subitens. No primeiro (3.4), apresentam, em uma grande síntese, as generalizações para a construção de uma teoria da mudança lingüística implicadas na fundamentação empírica discutida anteriormente. Organizam essas generalizações tomando como referência os cinco problemas que haviam sido pontuados na Introdução (fatores condicionantes, transição, encaixamento lingüístico e social, avaliação, implementação).

No segundo (3.5), explicitam algumas coordenadas teóricas sobre a natureza da mudança lingüística que podem ser tomadas como centrais para seu pensamento.

Na exposição da fundamentação empírica do modelo, Weinreich, Labov & Herzog mostram, de início, como os estudos dialetológicos (ou de geografia lingüística) frustraram os sonhos homogeneizantes de encontrar uma firme divisão dos espaços lingüísticos em conjuntos ordenados de línguas, dialetos e subdialetos. As isoglossas não dividem o espaço lingüístico em áreas bem delimitadas, mas num *continuum* de fragmentos sutilmente subdivididos.

Esse *continuum* sincrônico é em boa parte correlacionável com o problema diacrônico da transição, isto é, com o percurso que uma mudança seguiu ou está seguindo. Essa correlação, por sua vez, exige, em geral, uma solução para o problema do encaixamento: para entender a difusão das mudanças é preciso esclarecer seus condicionantes estruturais e sociais em cada ponto do espaço lingüístico.

Os autores distinguem, então, quatro tipos de isoglossas e concluem com a observação de que os processos de transição das mudanças envolvem um contato entre falantes com sistemas diferentes. Em conseqüência, é preciso analisá-los "em termos de como um falante pode entender e aceitar como seus os elementos estruturais da fala de outros".

Ao discutir questões relativas ao contato de línguas e dialetos, nossos autores destacam que, ao abandonar o idioleto individual homogêneo como modelo para a língua, abrem-se boas perspectivas para se propor um mecanismo de transferência mais inteligível, na medida em que ela não envolve a simples troca de uma forma por outra, mas a coexistência sob alternância, numa mesma comunidade lingüística e num mesmo falante, das formas original e inovadora e o desfavorecimento gradual da primeira em prol da segunda por motivações sociais.

Dedicam-se, então, a um detalhamento (3.2.1) do fenômeno da coexistência de sistemas numa mesma comunidade e num mesmo indivíduo, seja numa perspectiva sincrônica (a alternância de estilos), seja numa perspectiva histórica (a competição entre formas).

Lembram da proposta pioneira de Mathesius, o grande inspirador da famosa Escola de Praga: estudar a variabilidade sistêmica por meio de uma concepção multiestratificada da língua. Entendem, porém, que para tal concepção ser aplicada ao estudo histórico, é necessário deixar claro que os estratos, embora funcionalmente distintos, têm de estar conjuntamente disponíveis a um grupo social que alterna entre eles numa situação não de complementaridade, mas de competição.

Por outro lado, é preciso explicitar rigorosamente as condições estruturais e sociais (incluindo as atitudes sociais diante dessa variabilidade) que governam a alternância sob competição dos dois sistemas.

Numa síntese das vantagens trazidas pela concepção multiestratificada da língua para a teoria da mudança, nossos autores destacam que ela permitiu substituir o conceito de empréstimo dialetal (um evento, em princípio, momentâneo e acidental) pelo conceito de alternância de estilo (um fenômeno, em princípio, duradouro e recorrente). Com isso, tornou desnecessária a busca infrutífera de

dialetos puros sofrendo mudanças sem interferência e deu sustentação ao estudo da mudança lingüística *in vivo*.

Avançando na sua exposição, Weinreich, Herzog & Labov mostram (3.3) como a heterogeneidade pode ter um tratamento teórico homogêneo isolando-se cada sistema como um corpo coerente e integral. Alertam, contudo, que esse tratamento teórico não oferece nenhuma base racional para dar conta da mudança lingüística. Consideram indispensável incluir as variáveis diretamente dentro do sistema e propõem que isso seja feito por meio da categoria criada pela sociolingüística — a variável lingüística, entendida como um elemento variável interno ao sistema e controlado por uma única regra.

Exemplificam essa proposta e, com base nela, retomam a discussão sobre a transição e o encaixamento. Mostram, neste segundo caso, a partir do estudo que Labov desenvolveu do sistema de vogais de Nova York, como se poderia construir uma análise puramente estrutural de fenômenos num modelo diferenciado e estendê-la para o estudo da mudança, captando os processos envolvidos na configuração histórica daquele sistema.

Consideram, porém, que, para se dar um passo adiante (i.e., oferecer uma explicação desses processos históricos), é indispensável incorporar informações sobre o encaixamento da mudança lingüística na estrutura social.

Resenham, então, as dificuldades tradicionais dos lingüistas em incorporarem sistemicamente aspectos da estrutura social no estudo da língua e da mudança. Avaliam que os resultados dos estudos sociolingüísticos tornaram obsoleto esse agnosticismo sociológico da lingüística estrutural na medida em que grande número das variáveis lingüísticas estudadas revelam uma complexa estrutura sociolingüística, na qual o valor das variantes é determinado por diversos fatores sociais e lingüísticos.

Ao mesmo tempo, a interpretação dos dados em termos de mudança depende da inteira estrutura sociolingüística (que inclui o complexo processo de avaliação subjetiva sistemática das variáveis) e não apenas da distribuição no tempo aparente ou real.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos no início desta Apresentação, o texto de Weinreich, Labov & Herzog é um clássico em lingüística histórica pela relevância de suas reflexões para a área. Eles revisitaram criticamente as tradições neogramáticas e da lingüística estrutural e, a partir dos paradoxos que aí localizaram e dos importantes estudos empíricos que cada um dos autores desenvolvera até então, sistematizaram um conjunto de princípios para o estudo da mudança fundado na aceitação radical da língua como um fenômeno caracterizado pela heterogeneidade ordenada. Nesse sentido, lançaram as bases de toda uma nova linha de investigação da história das línguas que continua viva e forte.

Esse texto, como os próprios autores deixaram claro já no início, não contém uma teoria completa da mudança, mas a discussão da fundamentação empírica de uma tal teoria. A ênfase, com os dados disponíveis à época, foi posta no problema da transição e do encaixamento sociolingüístico da mudança. Foram feitas algumas referências ao problema da avaliação e muito pouco foi dito sobre o dos fatores condicionantes e o da implementação, deixando-os em aberto para futuras investigações.

Não obstante as naturais limitações do texto, ele é um marco definidor de caminhos para o estudo da mudança a partir da aceitação do axioma da heterogeneidade ordenada. Nesse sentido, Weinreich, Labov & Herzog desafiaram os lingüistas de todas as extrações a buscar um modelo formal capaz de acomodar a heterogeneidade ordenada como uma realidade inerente às línguas e não como um fenômeno marginal.

URIEL WEINREICH morreu em 30 de março de 1967. Aqueles que o conheceram, amigos e colegas em diversos campos de investigação, tiveram dificuldade em conter seu pesar. Nem sequer tinha completado 41 anos. Nas últimas semanas de vida, dedicou seu esforço principal à revisão final deste ensaio e trabalhou nele ativamente até dois dias antes de morrer.

Este ensaio emergiu quando, após vários anos de pesquisa e discussão sobre problemas relativos à mudança lingüística, os três autores consideraram oportuno tentar uma formulação conjunta de algumas idéias para as quais seus raciocínios vinham convergindo. Foi Weinreich quem preparou o esboço original, incorporando materiais apropriados submetidos a ele pelos outros dois co-autores. Na época, ele era NSF Senior Postdoctoral Fellow no Center for Advanced Studies in the Behavioral Sciences. O primeiro esboço, para apresentação no Simpósio de abril de 1966, foi produzido através da distância geográfica e dentro de um cronograma que excluía a possibilidade de uma discussão profunda. Por conseguinte, algumas conclusões ainda precisavam ser lapidadas para atingir uma forma com que todos concordassem. Esse processo de revisão começou depois do retorno de Weinreich a Nova York, no outono de 1966, e prosseguiu ativamente, apesar de sua doença.

A revisão pessoal de Weinreich do esboço final chegou ao fim na Seção 2.4. A formulação final do restante, de 2.41 em diante, é obra do segundo co-autor. A terceira seção do ensaio foi delineada apenas ligeiramente no esboço apresentado na conferência do Texas. Embora várias das formulações e avaliações de Weinreich apareçam aqui, e a estrutura geral seja um produto de nossa reflexão conjunta nos primeiros meses de 1967, existem sem dúvida vários detalhes que teriam assumido uma forma diferente se ele tivesse participado da edição final.

Quaisquer que tenham sido as revisões introduzidas, a orientação básica do ensaio permanece inalterada. Assim, ele reflete ampla-

mente a concepção de Weinreich. A perspectiva histórica, especialmente as seções sobre Paul e Saussure, é exclusivamente dele. A Introdução também é obra de Weinreich: ela emergiu depois de nossos freqüentes encontros durante suas últimas semanas de vida. Nesta versão final, após várias revisões, Weinreich fundiu os vários temas do ensaio numa declaração única. Seus co-autores se sentem honrados por ele ter deliberadamente optado por esse meio de preparar uma declaração final de suas opiniões sobre a estrutura da língua e a natureza da mudança lingüística.

O

Introdução

ESTE ENSAIO¹ se baseia na observação de que as teorias estruturais da língua, tão frutíferas na investigação sincrônica, sobrecarregaram a lingüística histórica com um fardo de paradoxos que não foram totalmente superados. Ferdinand de Saussure, ao assentar as fundações do estudo sincrônico, estava ciente da correspondente intratabilidade da mudança lingüística, e claramente resignado com isso. Mas entre a maioria dos lingüistas depois de Saussure, a escolha entre estudar ou a estrutura ou a história das línguas não ficou bem assentada. Não seria injusto dizer que o grosso dos escritos teóricos sobre lingüística histórica das últimas décadas tem sido um esforço por vencer o dilema saussuriano, por elaborar uma disciplina que fosse estrutural e histórica ao mesmo tempo.

Gostaríamos aqui de rastrear as origens da antinomia estrutura-história na teoria dos neogramáticos; nos deteremos particularmente em Hermann Paul, que parece ter sido o primeiro a isolar a língua do indivíduo como o mais legítimo objeto do estudo lingüístico. Apresentaremos o agravamento do paradoxo no período saussuriano, quando a homogeneidade da língua — considerada passível de ser encontrada no idioleto — foi formulada como um pré-requisito para a análise. Mostraremos as recentes oportunidades de explicação da mudança lingüística oferecidas pelo florescimento da descrição lingüística depois da II Guerra Mundial e comentaremos também as limitações que se configuraram por causa da visão dos estados da língua como determinantes de seu próprio desenvolvimento ulterior. Resenharemos algumas tentativas, que foram feitas, de ver a língua de uma comunidade como um sistema diferenciado e de reconciliar os fatos

¹ A pesquisa em que se baseou este ensaio se apoiou em diversas fontes. O *Language and Culture Atlas of Ashkenazic Jewry*, do qual U. Weinreich foi o diretor até sua morte, está atualmente sendo compilado sob a direção de M. I. Herzog, com o auxílio do Public Health Service Research Grant MH 08106 do National Institutes of Health da Universidade de Columbia. A pesquisa sobre o inglês nova-iorquino continua sendo feita por W. Labov como Project 3288 do Cooperative Research Branch, US Office of Education.

observados de heterogeneidade lingüística com o anseio teórico de encontrar ordem e estrutura. Por fim, sugeriremos que um modelo de língua que acomode os fatos do uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos não só leva a descrições mais adequadas da competência lingüística, mas também suscita naturalmente uma teoria da mudança lingüística que ultrapassa os estéreis paradoxos contra os quais a lingüística histórica vem lutando há mais de meio século.

Ao nos referirmos a *teoria* no título deste ensaio, estamos conscientes da nova conotação que este termo adquiriu no discurso da lingüística desde o final dos anos 1950. Quando Chomsky, em 1957, propôs que se visse a gramática de uma língua como (1) uma *teoria* de suas sentenças, e a lingüística como (2) uma adequada *teoria* das gramáticas, ele conferiu nova seriedade à investigação lingüística e se abriu a uma aliança inédita entre a lingüística e as ciências exatas. A bem da verdade, o segundo uso de *teoria* por Chomsky tem se revelado mais utópico do que parecia originalmente. Mas a primeira aplicação do termo já tem suscitado avanços tão significativos que vale a pena considerar o impacto que este sentido forte de *teoria* pode ter sobre a mudança lingüística.

Uma “teoria” da mudança lingüística, no sentido rigoroso, pode ser vista numa forma relativamente forte e numa forma fraca. Em sua forma forte, a teoria preveria, com base numa descrição de uma língua em algum período de tempo, o curso de desenvolvimento que tal língua seguiria dentro de um intervalo específico. Poucos praticantes da história da língua seriam suficientemente temerários para afirmar que uma teoria assim é possível². Numa versão mais modesta, uma teoria da mudança lingüística afirmaria simplesmente que toda língua constantemente sofre alteração, e formularia fatores condicionantes*

² Coseriu (1958), em sua monografia sobre as teorias estruturalistas da mudança lingüística e seus fundamentos filosóficos, distingue entre o problema “racional” de por que as línguas necessariamente mudam, o problema “geral” das condições sob as quais mudanças particulares normalmente aparecem nas línguas, e o problema “histórico” de dar conta das mudanças concretas que ocorreram. Ele considera a lingüística amplamente contaminada pelo equívoco de confundir os três níveis da questão (p. 37).

* Optamos por traduzir o termo inglês *constraints* por “fatores condicionantes”, porque o termo inglês significa, ao mesmo tempo, “restrição” e “pressão”, isto é, fatores que restringem o aparecimento de determinadas regras na língua e/ou que pressionam o surgimento destas regras. A opção por “fatores condicionantes” também se deve ao uso já consagrado desta expressão na literatura sociolingüística brasileira (N. do T.).

sobre a transição de um estado de língua para um estado imediatamente sucessivo. Além disso, ela poderia prever que nenhuma língua assumirá uma forma que viole os princípios formais postulados como sendo universais nas línguas humanas. Sem predizer positivamente o que acontecerá (exceto que a língua de algum modo vai mudar), esta teoria ao menos afirmaria que algumas mudanças *não* ocorrerão.

Nossa opinião pessoal é a de que nem a versão forte nem a versão modesta dessas teorias da mudança lingüística, na medida em que procedem da atual gramática gerativa, terão muita relevância para o estudo da história da língua. Argumentaremos que o modelo gerativo para a descrição de uma língua como um objeto homogêneo (ver § 2.1) é em si mesmo desnecessariamente irrealista e representa um retrocesso em relação às teorias estruturais, capazes de acomodar os fatos da heterogeneidade ordenada. Nos parece bastante inútil construir uma teoria da mudança que aceite como seu *input* descrições desnecessariamente idealizadas e inautênticas dos estados de língua. Muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança lingüística, será necessário aprender a ver a língua — seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico — como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada.

Os fatos da heterogeneidade, até agora, não se harmonizaram bem com a abordagem estrutural da língua. Veremos as sementes deste conflito em Saussure (§ 1.21) e seu agravamento nos trabalhos dos descritivistas, que se debatem com o fenômeno da mudança. Pois quanto mais os lingüistas têm ficado impressionados com a existência da estrutura da língua, e quanto mais eles têm apoiado essa observação com argumentos dedutivos sobre as vantagens funcionais da estrutura, mais misteriosa tem se tornado a transição de uma língua de um estado para outro. Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? Em outras palavras, se pressões esmagadoras forçam uma língua à mudança e se a comunicação é menos eficiente neste ínterim (como seria forçoso deduzir da teoria), por que tais ineficiências não têm sido observadas na prática?³

³ Temos consciência, é claro, dos exemplos gillieronianos de “patologia” na língua, que foram adotados por Martinet como explicações das *push-chains* em fonologia (1955: 54ss. e *passim*). Contudo, tentaremos mostrar mais adiante que somente uma pequena fração de mudanças lingüísticas bem-documentadas parece, no momento, explicável por tal causalidade.

Esta nos parece ser a questão fundamental com que a teoria da mudança lingüística tem de lidar. A solução, argumentaremos, se encontra no rompimento da identificação de estruturalidade [*structuredness*] com homogeneidade. A chave para uma concepção racional da mudança lingüística — e mais, da própria língua — é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade. Argumentaremos que o domínio de um falante nativo [*nativelike command*] de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com o “mero” desempenho, mas é parte da competência lingüística monolíngüe. Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional.

O problema dos fatores condicionantes sobre estados de língua imediatamente sucessivos, ao qual aludimos acima, está em nossa opinião subsumido na questão teórica mais ampla. Obviamente, nós também queremos investigar o conjunto de mudanças possíveis e de condições possíveis para mudanças que podem ocorrer numa estrutura de determinado tipo. Também não queremos descartar o problema da *transição*: permanece inteiramente relevante indagar sobre os estágios intervinientes que podem ser observados, ou que devem ser postulados, entre quaisquer duas formas de uma língua definida para uma comunidade lingüística em épocas diferentes. Mas se a teoria deve ser esclarecedora quanto às histórias registradas das línguas, temos que formular duas outras questões: como as mudanças observadas estão *encaixadas* na matriz de concomitantes lingüísticos e extralingüísticos das formas em questão? (Ou seja, que outras mudanças estão associadas a determinadas mudanças de um modo que não pode ser atribuído ao acaso?) E como as mudanças observadas podem ser *avaliadas* — em termos de seus efeitos sobre a estrutura lingüística, sobre a eficiência comunicativa (tal como relacionada, por exemplo, com a carga funcional), e sobre o amplo espectro de fatores não-representacionais envolvidos no falar?

Nos referiremos a estas quatro questões e a seus problemas associados como as questões de *fatores condicionantes*, *transição*, *encaixamento* e *avaliação*⁴. Evidentemente, os problemas estão ordenados

⁴ Os problemas da transição, do encaixamento e da avaliação foram discutidos por Labov (1965) sob o rótulo de *mecanismos* de uma mudança. No entanto, parece difícil dar

de forma parcial: uma solução para a questão dos fatores condicionantes fornece uma série de mudanças dentro da qual as outras questões podem ser colocadas. À luz das respostas a estas, podemos avançar uma quinta questão, talvez a mais fundamental: a que fatores se pode atribuir a implementação das mudanças? Por que as mudanças num aspecto estrutural ocorrem numa língua particular numa dada época, mas não em outras línguas com o mesmo aspecto, ou na mesma língua em outras épocas? Este *problema da implementação* [*actuation*] pode ser considerado como o verdadeiro cerne da questão. Fica claro, portanto, que desejamos uma teoria da mudança lingüística que lide nada menos do que com a maneira como a estrutura lingüística de uma comunidade complexa se transforma no curso do tempo, de tal modo que, em certo sentido, tanto a língua quanto a comunidade permaneçam as mesmas, mas a língua adquire uma forma diferente⁵.

Não apresentaremos neste ensaio uma teoria da mudança lingüística plenamente elaborada; é duvidoso que algum lingüista tenha fatos relevantes suficientes à sua disposição para tentar algo tão ambicioso, e não temos certeza se, com os fatos de que dispomos, os três autores concordariam quanto aos pormenores de tal teoria. Mas, como sugere nosso título, nós nos sentimos em condições de fazer propostas concretas acerca dos *fundamentos empíricos* para uma teoria da mudança. Com isso estamos nos referindo

- (1) às descobertas empíricas que têm importância para a teoria, das quais a teoria tem de dar conta, e que indicam direções para a pesquisa frutífera;
- (2) a certas conclusões tiradas dessas descobertas quanto à complexidade mínima da estrutura lingüística e a domínios para definir tal estrutura;

um significado preciso ao termo *mecanismo de uma mudança*, e aqui não distinguimos entre a explicação de uma mudança e a análise do mecanismo em si.

⁵ A comunidade também mudou, é claro: será importante para as finalidades deste ensaio observar que a estrutura da comunidade, tanto quanto os indivíduos que ocupam várias posições funcionais na estrutura, normalmente exibirá mudanças. Em diversos casos, será difícil estabelecer que a comunidade e a língua são as mesmas que eram, já que ambas estão mudando; as mudanças podem ser tão rápidas que não é fácil afirmar que os novos membros são os herdeiros simultâneos da mesma língua e da mesma comunidade. Os grandes estudos empíricos referidos neste ensaio lidam com mudanças tão rápidas que é impossível traçar as transformações graduais de uma forma em outra.

- (3) a métodos para relacionar os conceitos e postulados de uma teoria à evidência empírica — ou seja, evidência baseada em regras para o acordo intersubjetivo entre os investigadores.

Consideramos importante insistir explicitamente nos fundamentos empíricos por causa do descaso, consciente ou inconsciente, com os princípios empíricos que permeia alguns dos trabalhos mais influentes na lingüística de hoje. No que segue, tentaremos documentar e explicar esse estado de coisas.

Pensamos numa teoria da mudança lingüística como parte de uma investigação teórica mais ampla sobre a evolução lingüística como um todo. Uma teoria da evolução lingüística teria de mostrar como formas de comunicação características de outros gêneros biológicos evoluíram (com quaisquer mutações que sejam) até uma protolinguagem distintivamente humana e, em seguida, em línguas com as estruturas e a complexidade das formas faladas que observamos hoje. Teria de indicar como as línguas atuais evoluíram desde as formas mais antigas atestadas (ou inferidas) de que temos registro; e finalmente ela determinaria se o presente curso da evolução lingüística está seguindo a mesma direção e se é governado pelos mesmos fatores que operaram no passado⁶.

É a terceira área geral de investigação que será o foco deste ensaio: a descrição e explicação da mudança lingüística ao longo dos quatro ou cinco últimos milênios. Mas até mesmo esta área limitada seria ampla demais para uma teoria da mudança hoje. Podemos considerar diferentes faixas temporais separadamente: mudanças de longo prazo com efeitos similares ao longo dos milênios; mudanças completas que cobrem um século ou dois no máximo; processos em marcha que podem ser observados no curso de uma ou duas gerações; ou mesmo porções puramente sincrônicas em que identificamos inferencialmente as direções da mudança de certos elementos variáveis. Nesta discussão, nos concentraremos primordialmente na segunda e na terceira dessas faixas, embora alguns comentários venham a ser feitos sobre o primeiro problema e alguns dados sejam extraídos de estudos do último.

⁶ Investigações sobre os efeitos de longo prazo do planejamento lingüístico, do letramento maciço e dos meios de comunicação têm, por conseguinte, uma relevância especial para o estudo abrangente da evolução lingüística, embora tais fatores, cujo efeito, na melhor das hipóteses, é recente, podem ser deixados de lado para certos estudos limitados da mudança lingüística. Sobre a língua de um ponto de vista evolutivo, ver Greenberg 1954: cap. V; Greenberg 1959; Hymes 1961.

1.1. AS TEORIAS DE HERMANN PAUL

MUITO antes do século XIX, já se havia notado que as línguas mudam⁷, mas aquele século se distinguiu como o período mais vigoroso da lingüística histórica. Os teóricos desse período se esforçaram por mostrar que a coerência do comportamento lingüístico, e em particular a regularidade das mudanças fonéticas, podia ser derivada de princípios mais gerais, de preferência psicológicos. O ápice dessa investigação foi atingido por Hermann Paul (1880)⁸, que desenvolveu a idéia de que a língua do falante-ouvinte individual encerra a natureza estruturada da língua, a coerência do desempenho falado e a regularidade da mudança. Isolando a língua do indivíduo do uso lingüístico do grupo, Paul desenvolveu uma dicotomia, que foi adotada por gerações de lingüistas posteriores e que subjaz, como tentaremos mostrar, na base dos paradoxos do século XX acerca da mudança lingüística.

⁷ Por razões óbvias, a consciência e a discussão sobre a mudança lingüística se desenvolveram primeiramente no mundo românico. O interesse de Dante na questão é bem conhecido, o de seu compatriota Tolomei, bem menos (Claudio Tolomei, *Il Cesano*, ca. 1530). J. Chr. Kraus (1787) já era sofisticado o bastante para sublinhar as oportunidades oferecidas à história da cultura pelo maior conservadorismo da gramática sobre o vocabulário. Vários outros exemplos poderiam ser citados. Portanto, Hockett (1965: 185), como as autoridades em que ele mesmo se baseia, simplifica demais as coisas ao atribuir a "hipótese genética" a Jones, Gyármathi, Rask, Grimm e Bopp. A mera enumeração desses nomes já é uma simplificação excessiva em outro sentido, também: os autores nomeados diferiam grandemente em sua capacidade de fazer inferências com base nos fatos de mudança. Para Grimm, a seriação temporal de estágios atestados das línguas germânicas era fundamental, mas em seguida ele não se atribuiu nenhuma tarefa de reconstrução. Rask, por outro lado — embora talvez o pensador mais ousado e esclarecido do grupo —, demorou a se decidir sobre os fatos de mudança; em sua obra-prima de 1818, ainda se perguntava de que línguas atestadas podia ter se originado o norueguês antigo.

⁸ Nossas referências de páginas são da quinta edição, mais ou menos *standard* (1920), que não difere da original nos pontos em questão aqui. [Existe tradução portuguesa da obra de Paul: *Princípios fundamentais da história da língua*, trad.: Maria Luísa Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1983.]

IDIOLETO E USO LINGÜÍSTICO. A tarefa do historiador da língua, segundo Paul, é apresentar a seqüência de estados particulares da língua (*Sprachzustände*, p. 29). O dado primário neste procedimento é um objeto que ele chama de *psychischer Organismus*. Este organismo é concebido por Paul como uma gramática psicologicamente internalizada que gera os enunciados dos falantes⁹. “O verdadeiro objeto do lingüista é a totalidade das manifestações de fala em todos os indivíduos em sua interação mútua” (p. 25).

Para constituir um fundamento realmente utilizável para uma visão histórica, a descrição de uma língua tem que fazer mais do que enumerar completamente os elementos de que uma língua consiste; “deve explicitar a relação dos elementos uns com os outros, suas forças relativas, as conexões em que entram, o grau de estreiteza e a força dessas conexões” (p. 29). Todas essas relações lingüisticamente cruciais só podem ser encontradas na língua do indivíduo, em cuja mente se encontrarão os “grupos de imagem engatados, com suas múltiplas relações entrelaçadas, que são relevantes para a atividade de fala” (p. 39). Os grupos de imagem consistem de “imagens” (*Vorstellungen*), isto é, vestígios no inconsciente de enunciados fisicamente e conscientemente percebidos¹⁰. Uma vez que a psique do indivíduo é vista como o *locus* das associações e conexões entre componentes lingüísticos, percebemos por que Paul isola o indivíduo como o portador primário de uma língua, e leva o argumento à sua conclusão lógica ao afirmar que “temos de distinguir tantas línguas quantos são os indivíduos”¹¹.

⁹ Paul está especificamente preocupado com o poder gerativo de uma totalidade internalizada de “grupos de imagens”, como transparece em seu interesse no automonitoramento cinestésico e auditivo da produção de som e em sua afirmação, em conexão com a analogia (sincrônica!), de que os falantes são capazes de formar e entender sentenças nunca antes encontradas. Paul espera que uma descrição fidedigna de um idioleto nos revele, “falando de um modo popular”, nada menos do que o *Sprachgefühl* do falante (p. 29). Tal como Paul vê, é impossível inferir a estrutura do idioleto simplesmente pela observação de enunciados. “Relacionar [fatos físicos observados] a fatos mentais”, escreve ele (p. 30), “é possível somente por meio de inferências analógicas baseadas no que temos observado em nossas mentes. A auto-observação exata constantemente renovada, a análise metódica do próprio *Sprachgefühl* é, por conseguinte, pré-requisito para o treinamento do lingüista”.

¹⁰ As “imagens” não devem, de modo algum, ser entendidas como representações pictóricas, por exemplo, de coisas nomeáveis por nomes concretos; bem ao contrário, Paul diz que cada unidade lingüística, cada classe de unidades e cada relação entre classes têm uma imagem correspondente como sua representação mental. Essas imagens são relacionadas por “associação” para formar grupos (pp. 26ss.), gerando assim uma representação mental plena da capacidade lingüística do falante.

¹¹ A individualidade última da língua já era, evidentemente, uma idéia importante do romantismo; cf. Herder (1772: 123-124), tal como citado por Sapir (1907: 133-134).

O isolamento do indivíduo, pensava Paul, tinha a vantagem de vincular a lingüística a uma ciência mais geral da psicologia. O preço deste isolamento, contudo, foi a criação de uma oposição irreconciliável entre o indivíduo e a sociedade. Paul então teve de construir uma ponte teórica para passar do objeto da lingüística único e individual para uma entidade transindividual.

Uma comparação das línguas individuais (que podemos rotular, com o risco de anacronismo terminológico, mas sem muito medo de distorção, de “idioletos”¹²) produz uma certa “média”, que determina o que é realmente normal na língua — o uso lingüístico (*Sprachusus*, p. 29). Com vistas a uma discussão posterior, vamos observar as seguintes características do “uso lingüístico” de Paul. Primeiro, trata-se (ao contrário do idioleto) de um artefato do lingüista — um produto de seu trabalho de comparar idioletos; nenhuma “existência” independente é reivindicada para ele¹³. Segundo, um uso lingüístico não tem nenhum limite determinado: qualquer agrupamento de falantes em grupos dialetais é arbitrário, sem motivação teórica (p. 38). Obviamente, o uso lingüístico, ou “média”, resultante da comparação dos idioletos *A* e *B* diferiria daquele resultante de uma comparação dos idioletos *A*, *B* e *C* — e não há modo de decidir, com base na teoria circunscrita de Paul, se *C* deve ser incluído ou omitido da comparação. Terceiro, se o “uso lingüístico” tivesse de ser seriamente interpretado como uma “média”, ele só seria significativo com referência a fenômenos graduais; podemos argumentar que *ü* é a “média” de *u* e *i*, mas não existe nenhum significado óbvio para uma “média”, digamos, de *soda* e *pop* como duas designações idioletais para bebida gasosa. Quarto, é preciso observar que, ao postular a absoluta individualidade dos idioletos, Paul não oferece nenhuma indicação de como situar diferenças entre idioletos em qualquer escala de importância. Decorre daí, portanto, que para Paul o único objeto de significação teórica é o idioleto: o uso lingüístico é derivativo, vago, não estruturado; como em seus termos estrutura e homogeneidade se implicam mutuamente, nenhum objeto estruturado que seja transindividual pode ser concebido¹⁴.

¹² Ver § 1.22 abaixo.

¹³ Paul faz uma analogia com a concepção ficcional das espécies que prevalecia na época: “Nada tem existência real exceto os indivíduos particulares. [...] Espécies, gêneros, classes não passam de sínteses e distinções arbitrárias da mente humana” (p. 37).

¹⁴ Começando com essa visão das coisas, alguém poderia ainda pensar em salvar, para o estudo dos fenômenos transindividuais, o *núcleo comum* de um grupo de idioletos — isto

MUDANÇA NO IDIOLETO E NO USO LINGÜÍSTICO. Agora estamos prontos para ver como Paul trata a mudança lingüística. As mudanças na língua podem ser entendidas em dois sentidos: (1) como mudanças num idioleto, e (2) como mudanças no uso lingüístico. As mudanças no uso lingüístico, por seu turno, podem surgir de dois modos: (1) por meio de mudanças dentro dos idioletos com base nos quais um dado uso lingüístico é definido; (2) por meio de adições ou subtrações de idioletos do conjunto de idioletos sobre os quais um uso lingüístico é definido. Suponha-se que definimos o uso lingüístico UL_1 para os idioletos A, B, C, D . Se o idioleto B mudar para B' , então disso resulta uma mudança em UL_1 ; por outro lado, se o idioleto B for removido do conjunto (por exemplo, com a morte de seu falante), ou se um idioleto E for acrescentado (por meio do nascimento ou da imigração de seu falante), ou ambas as coisas, também haverá uma mudança no uso lingüístico UL_1 , pois em princípio todo idioleto contribui com algo diferente para o uso lingüístico como um todo. Uma vez que as fronteiras do conjunto de idioletos sobre os quais um uso lingüístico é definido não têm nenhum fundamento teórico, e uma vez que as mudanças no uso lingüístico são completamente derivativas (p. 18), é a mudança dentro do idioleto que, para Paul, tem o exclusivo interesse teórico. (O que salva a investigação de ser uma absoluta fantasia sociológica é o fato, devidamente observado por Paul, de que conjuntos de idioletos, é claro, freqüentemente têm fronteiras *naturais* no sentido de rupturas de comunicação entre os falantes ou comunidades de falantes; cf. p. 40).

O que causa mudanças num idioleto? Há dois mecanismos envolvidos: mudança espontânea e adaptação aos idioletos de outros falantes (p. 34). Sobre o mecanismo intraindividual, espontâneo, Paul tem pouco a dizer; ele se refere apenas uma vez mais ao papel das "particularidades pessoais e estímulos (*Erregungen*) peculiares da própria configuração mental e corporal" de um indivíduo (p. 38), mas não lhe ocorre exemplificar tais peculiaridades, de modo que uma proposta séria de correlações entre traços individuais e mudança no idioleto está fora de questão. O outro

é, não a "média", mas aquele fragmento do uso lingüístico compartilhado por todos os idioletos. No entanto, Paul não quer saber de nada disso e recrimina a "gramática descritiva" por seu procedimento de registrar "aquilo que, num conjunto de formas e relações gramaticais, é corrente numa comunidade de fala num tempo particular, o que pode ser usado por cada um sem ser mal entendido e sem provocar estranheza em seu interlocutor" (p. 24). O pecado capital dessa abordagem é sua preocupação com "abstrações".

mecanismo de mudança do idioleto, como dissemos, é a adoção seletiva de traços do idioleto dos interlocutores do sujeito. Suspeita-se que, para Paul, esse mecanismo, o social, é o mais importante; assim, ele diz sumariamente em outra passagem que "é somente por meio do intercuro (*Verkehr*) que a língua do indivíduo é criada" (p. 39).

Diante da relação entre idioletos e uso lingüístico, que já discutimos, podemos ver que o uso lingüístico muda "por meio da soma total de uma série de [...] mudanças em idioletos que se movem numa mesma direção"; um novo uso lingüístico se forma a partir do acúmulo de mudanças paralelas nos idioletos para os quais ele é definido. Agora fica claro que essa teoria nada diz sobre dois outros tipos de mudança que podem ser concebidos de modo igualmente razoável: (1) mudanças qualitativas, não-graduais em idioletos, e (2) comportamento não-paralelo de idioletos. Se são não-graduais, dificilmente as mudanças podem levar a uma "soma total"; e se os idioletos não estão mudando paralelamente, qual será o resultado no uso lingüístico geral? Mas não faria sentido colocar a questão no contexto da teoria de Paul, porque para ele o uso lingüístico com respeito a fenômenos não-graduais (isto é, com efeito, com respeito ao grosso da língua) não é um construto a ser levado a sério.

INFÂNCIA E IDADE ADULTA. Dados os dois mecanismos de mudança do idioleto (e, por extensão, de mudança do uso lingüístico), podemos nos deter para considerar se um indivíduo é igualmente propenso a mudanças idioletais ao longo da vida. Em princípio, sim, diz Paul: "É impossível designar um ponto na vida de um indivíduo em que se poderia dizer que o aprendizado da língua cessou". Por outro lado, o maior montante de aprendizado da língua (de mudança idioletal) ocorre na infância, e a diferença em grau é enorme (p. 34). Por conseguinte, Paul acha justificável concluir "que os processos de aprendizado da língua são da maior importância para a explicação de mudanças no uso lingüístico, que eles representam a causa mais importante destas mudanças" (*ibid.*).

Infelizmente, Paul não desenvolve essa idéia em nenhuma hipótese concreta, e várias questões permanecem sem resposta. Por exemplo, se o mecanismo do aprendizado da língua opera eficiente e uniformemente, seria de esperar que o conjunto de idioletos desviantes das crianças pequenas fizesse a mesma pequena e estável contribuição a todo uso lingüístico; seria então *falso* que o aprendizado da língua explica mudanças no uso lingüístico. Se, por outro lado, o mecanismo de aprendizado

opera ineficientemente, então estamos habilitados a saber por que o aprendizado desviante das crianças não tem efeitos aleatórios, mutuamente canceladores. Em outras palavras, invocar o aprendizado incompleto da língua pelas crianças como uma explicação para a mudança lingüística é inútil, a menos que se sugira ao mesmo tempo um padrão de falhas de aprendizado. Mas isso Paul não nos oferece.

INCONSCIÊNCIA. Podemos agora prosseguir na discussão de um quebra-cabeça que surge de uma combinação dos postulados básicos da teoria de Paul. Se o *locus* significativo da mudança lingüística está no idioleto, e se o idioleto é uma representação psicológica (o *Sprachgefühl* do falante), como é que os falantes não têm consciência de estar mudando seus idioletos?¹⁵ Para uma resposta, Paul lança a hipótese de que a mudança idioletal ocorre por etapas infinitesimais (p. 19). Mas como pode haver etapas infinitesimais entre fenômenos discretos, quantificados? Como alguém pôde, digamos, mover-se de *dived* para *dove*, ou de *pop* para *soda* por etapas infinitesimais? Soluções possíveis vêm à mente, e veremos a seguir como outros teóricos lidaram com a questão. A saída do próprio Paul foi estreitar arbitrariamente a discussão, da língua em geral para aqueles aspectos da língua que são contínuos (em vez de discretos) em sua configuração. Ele, portanto, simplesmente evitou a questão *geral*, que precisa necessariamente lidar também com aspectos descontínuos da língua.

O lado contínuo da configuração da língua com que Paul lida¹⁶ é agora elaborado por meio de mecanismo ulterior: o desempenho variá-

¹⁵ Que a mudança é um fato inconsciente é, para Paul, um achado empírico, embora ele admita que isso não seja "tão geralmente reconhecido e ainda precise ser demonstrado em pormenor" (p. 18). Ele está pensando, é claro, no desenvolvimento "natural" da língua, não na intervenção reguladora intencional que pode ser observada nas línguas padronizadas e que não pode ser senão consciente.

¹⁶ Sua principal preocupação é com o som. Em sua explicação da mudança semântica (cap. IV), onde distingue entre significados costumeiros (codificados idioletalmente) e significados ocasionais (atos de referência "dispersos"), Paul também lida com um *continuum*. Se tivesse se interessado pelo problema do discreto *versus* contínuo como um aspecto do *design* da língua, Paul poderia ter se estendido sobre os paralelismos entre mudança fonética e semântica, e percebido que eles não são conjuntamente representativos do resto da mudança lingüística. Ao caracterizar a fonologia diacrônica de Paul como um estudo de fenômenos contínuos, nos damos conta, evidentemente, de que a teoria lingüística subsequente impôs uma quantização onde Paul ainda via um *continuum*. Contudo, como deve ficar claro pela discussão, as visões de Paul não são totalmente obsoletas na medida em que aqueles fenômenos fonéticos concernidos são os que formam um *continuum* residual, mesmo depois que a estrutura discreta foi "extraída" pela fonêmica.

vel. O desempenho fonético de um falante, nos diz ele, varia em torno de uma meta (idioletalmente codificada) tal como os tiros de um exímio atirador se dispersam em torno do alvo (p. 54). A representação mental do som da fala envolve tanto uma cinestesia (*Bewungsgefühl*; p. 49) quando uma imagem acústica (*Lautbild*) para o audiomonitoramento (*Kontrolle*; pp. 53, 58). É um fato empírico para Paul o de que tais representações são insuficientemente precisas para garantir o desempenho absolutamente consistente; por exemplo, o que é codificado como uma única cinestesia e imagem acústica (hoje diríamos: um único fonema) é manifestado como o par de sons psicologicamente discrimináveis [n] e [ŋ] em alemão, como em *Land* e *Anger*; de modo semelhante, uma única unidade psicologicamente codificada aparece como [d] em *Feldes* e como [t] em *Feld*. Portanto, onde podemos conceber dimensões contínuas de espaço fonético, "sempre existe uma *série contínua de sons infinitamente numerosos*" (pp. 51-52).

Isso, então, explica a flutuação no desempenho que não é codificada no idioleto e nem sequer é percebida pelo portador do idioleto.

CAUSAS DA MUDANÇA. Daqui nos movemos em direção ao problema crucial: por que a média dos desempenhos dispersos se altera? Que ela *pode* se alterar sem ser notada pelo falante se deve, diz Paul, ao fato de que a imagem acústica para monitoramento se move em paralelo com a cinestesia que controla a produção (p. 61). Mas, admitindo que elas se alteram juntas, por que se alteram afinal? Sobre essa questão crucial, a resposta de Paul tem uma parte geral e uma específica. Em geral, a língua se desenvolve sujeita a pressões de utilidade:

No desenvolvimento do uso lingüístico, a finalidade (*der Zweck*) desempenha o mesmo papel que Darwin lhe atribui na natureza orgânica: a maior ou menor utilidade (*Zweckmässigkeit*) dos padrões (*Gebilde*) resultantes é decisiva para sua preservação ou extinção. (p. 32)

Ora, como uma explicação pela seleção natural é vazia, a menos que se postule um critério independente para a sobrevivência, Paul invoca, como um fator especificamente lingüístico, o princípio da maior comodidade:

É muito difícil detectar qualquer outra causa para a inclinação a desviar-se mais para um lado do que para o outro, além do fato de que o desvio em uma direção de algum modo *se adapta melhor* (*bequemer ist*) aos órgãos do falante. (p. 56)

Em casos como a assimilação de grupos consonantais (*octō* > ital. *otto*), o fator da comodidade¹⁷ é óbvio. Às vezes, a duração e o acento também podem estar envolvidos. Até mesmo o fato de que “todas as línguas exibem uma certa harmonia de seus sistemas de sons” (presumivelmente relacionada a diferentes posições de repouso dos órgãos entre seus falantes) é uma explicação. É claro que existem vários tipos adicionais de mudança, especialmente do tipo “não-condicionado”, e Paul parece se dar conta de que os exemplos mais transparentes não produzem uma *explicação geral*. Mas ele crê que pesquisas psicofísicas ulteriores são a chave; “a investigação da essência desse maior ou menor conforto é uma tarefa para a fisiologia” (p. 57). Que a busca do conforto por alterações infinitesimais no desempenho fonético é de fato a explicação — disse Paul está seguro.

Correlações de mudança sonora com clima, condições do solo, modo de vida e outros fatores ambientais não estão provadas, e aquelas que envolvem diferenças na anatomia dos órgãos fonadores são freqüentemente incorretas e, de todo modo, inconclusivas (p. 60). A comodidade, reconhecidamente, “depende de uma variedade de circunstâncias que pode ser diferente para cada indivíduo”, mas elas “também podem afetar grupos maiores” (p. 57). Quando afetam, uma alteração sonora ocorre (p. 59)¹⁸.

Mas se a busca da comodidade é a causa da mudança fonética nos idioletos, a questão fundamental emerge: por que os falantes não a empreendem mais depressa, e por que o uso lingüístico se divide entre alguns falantes que se engajam numa trilha da busca da comodidade enquanto outros conservam seu padrão menos confortável? Esta questão fundamental emergirá repetidamente em nossa discussão; já aludimos a ela como o problema da implementação. Pois mesmo quando o curso de uma mudança lingüística foi plenamente descrito e sua proficiência, explicada, resta sempre a questão de por que a mudança não foi ativada mais cedo, ou por que não foi simultaneamente ativada em todo lugar onde prevaleciam condições funcionais idênticas. A charada

¹⁷ O alemão *bequem* significa tanto “conveniente” quanto “confortável”. Como substantivo, porém, “comodidade” [*ease*] parece preferível a “conforto”.

¹⁸ Em outro lugar (p. 227), Paul também cita a eliminação da alternância mórfica como uma tendência geral; presumivelmente, isso também poderia ser interpretado como uma busca de comodidade.

não resolvida da implementação é o preço a pagar por qualquer explicação ligeira e individualista da mudança lingüística. Ela cria o problema oposto: explicar por que a língua deixa de mudar.

Vamos ver como Paul lida com o enigma da implementação.

CONFORMIDADE. Em todos os momentos, diz ele, o desempenho de um falante está sob a pressão de diferentes forças para mudar em diferentes direções. Durante períodos estáveis de um idioleto, estas forças estão em perfeito equilíbrio e causam os desvios espontâneos do alvo para se cancelar uma à outra. Por exemplo, durante um período estável de um idioleto, a dispersão dos desempenhos do som *a* pode estar sob pressão igual para mudar rumo a *i* e rumo a *u*.

Contudo, é muito improvável que seja este o caso em todos os pontos e todos os momentos. Somente o acaso pode fazer com que, numa área mantida unida por intercurso particularmente intenso, uma tendência alcance preponderância sobre outra. Isso pode ocorrer mesmo se o consenso da maioria não estiver condicionado por qualquer coerência interna particular *vis à vis* os indivíduos que permanecem de fora do grupo, e mesmo se as causas que impelem a mudança numa direção particular forem talvez todas diferentes para indivíduos diferentes. A preponderância de uma tendência num círculo limitado deste tipo é suficiente para sobrepujar as tendências contrárias (p. 61).

Nesta passagem, Paul parece atribuir a implementação de uma mudança ao acaso. No entanto, se os inícios das mudanças fossem processos aleatórios, perdas ocasionais de equilíbrio alternariam com restaurações de equilíbrio, e inícios de mudança infinitesimal alternariam com interrupções de mudança infinitesimal. Portanto, o acaso é invocado aqui de modo ilegítimo, uma vez que estamos empenhados em explicar um processo específico e não um processo aleatório. O princípio teórico substancial ao qual Paul adere dissimuladamente é outro — é o que poderíamos chamar de “mecanismo de avalanche”. Mas no caso das avalanches, a aderência da neve explica por que uma massa rolante atrai neve adicional; e ao explicar avalanches, podemos realmente atribuir sua implementação ao acaso (ou a algum evento desimportante, tal como um esquiador fazendo um giro abrupto em algum lugar: cf. Martinet, 1955: 36). No caso das mudanças fonéticas tais como descritas por Paul, no entanto, não se sugere nenhuma razão independente para se acreditar num mecanismo de avalanche.

Existe, de fato, mais uma hipótese dissimuladamente implicada na teoria de Paul: a hipótese de que os falantes gostam de se conformar aos idioletos de seus interlocutores. Mas sendo ou não uma crença válida, deixemos claro que ela não contribui em nada para a explicação da mudança fonética. Isso porque é invocada *ad hoc* para explicar tanto a resistência inicial à mudança quanto a subsequente concessão à mudança. Como vimos mais acima, Paul sustenta que os falantes adotam traços dos idioletos de outros, *seletivamente*, mas ele não oferece absolutamente nenhuma explicação dessa seletividade.

Ao descrever a difusão de uma mudança de idioleto para idioleto, Paul faz livre uso de sua hipótese da conformidade:

Uma vez que uma mudança definitiva na cinestesia [ou qualquer outro aspecto do idioleto¹⁹] ocorreu por meio da eliminação das inibições exercidas pela comunicação [isto é, o desejo dos falantes de se conformarem aos idioletos de seus interlocutores], uma pequena mudança posterior se torna possível pelo efeito de continuidade da tendência. Enquanto isso, porém, toda uma minoria é varrida pelo movimento. Os mesmos fatores que impedem que a minoria se afaste demais do uso geral também a impedem de permanecer significativamente atrás do progresso da maioria [...]. O movimento prossegue em distâncias tão pequenas que uma oposição saliente nunca desponta entre indivíduos que permanecem em estreito intercurso uns com os outros (p. 62).

Duas importantes afirmações empíricas são introduzidas aqui: (1) que o progresso de uma mudança lingüística através de uma comunidade segue um curso regular, uma curva em S²⁰ da minoria para a maioria e para a totalidade; (2) que a frequência de uma forma garante sua exemplaridade para uma comunidade de fala. Mais adiante teremos a oportunidade de discutir mais profundamente estas afirmações.

A trajetória social em S de uma mudança pode em princípio ser localizada em qualquer lugar numa comunidade. Mas ela adquire

¹⁹ Embora a discussão de Paul se concentre na mudança sonora, tudo o que ele diz aqui sobre a difusão de mudanças (enquanto distintas de sua origem) poderia igualmente bem ser aplicado a domínios discretos da língua, e sua discussão a partir deste ponto poderia ser generalizada, sem distorção, da mudança sonora para a mudança lingüística.

²⁰ Compare-se com Osgood e Sebeok (1954: 155): "O ritmo da mudança seria talvez lento no início, aparecendo na fala de inovadores ou, mais provavelmente, de crianças; torna-se relativamente rápido à medida que estes jovens se tornam os agentes propulsores da diferenciação; e desacelera à medida que há cada vez menos indivíduos idosos e marginais para levar adiante as formas antigas".

especial interesse se puder ser correlacionada com a diferenciação universal das comunidades de fala pela idade. Segundo Paul, precisamos distinguir entre mudanças intrageracionais e transgeracionais. As mudanças em S dentro de uma geração, acredita ele, são possíveis mas necessariamente diminutas. Elas alcançam proporções maiores somente quando a curva em S coincide com uma mudança nas gerações. Se a mudança já tiver abarcado a maioria, então os jovens "naturalmente" acompanharão (isto é, eles se tornam a ponta final do S). Mas mesmo que uma maioria ainda esteja resistindo à mudança, esta maioria acabará morrendo. Além disso,

as mesmas razões que impulsionam a geração mais velha a se desviar de cinestésias já formadas devem agir na formação de novas cinestésias entre a geração mais jovem. Portanto, pode se dizer que a causa principal [*Veranlassung*] da mudança fonética é a transmissão de sons a novos indivíduos. Para este processo, então, o termo "mudança" não é apropriado, se quisermos ser completamente exatos; trata-se antes de uma nova formação desviante [*Neuerzeugung*] (p. 63).

Em outras palavras: o que para falantes maduros é um desempenho que se desvia da codificação do idioleto se torna, para as crianças, um desempenho controlado pelo idioleto (não-desviante).

É fácil ver por que a noção de geração atrai Paul, e vários outros estudiosos, como um porto seguro num perigoso mar teórico. Se as mudanças cronológicas na língua podem ser sobrepostas às renovações da população, fica cancelada a necessidade de uma teoria da mudança enquanto tal, já que se pode simplesmente pensar nos falantes de um dialeto substituindo os falantes de outro. (Em termos geográficos, a difusão de material lingüístico por migração de falantes oferece um caso semelhante, atipicamente cômodo.) Mas uma teoria abrangente tem que dar conta de mudanças em diferentes ritmos e em diferentes direções, além da substituição de pais por filhos (ver § 2.41 abaixo). Além disso, a teoria de Paul parece repousar na idéia irrealista de que a diferença entre as gerações é descontínua. Na verdade, as gerações são discretas dentro de uma família, mas na comunidade elas formam um *continuum*. Uma teoria sólida que se baseie nas diferenças de idade tem que estar preparada para tratá-las como um gradiente ininterrupto.

REGULARIDADE DA MUDANÇA. Quando chegamos, a seguir, na questão da regularidade da mudança sonora, encontramos Paul seguindo não a

posição radical do manifesto neogramático²¹, mas um ponto de vista moderado iluminado pelas críticas de Kruszewski. Uma vez que a história deste debate é apresentada em geral de forma inexata²², uma ligeira digressão é necessária.

O postulado das leis fonéticas completamente regulares (isto é, sem exceções que sejam explicáveis elas mesmas por contextos fonéticos não-*ad hoc*) recebeu seu ímpeto principal da leitura de Osthoff e Brugmann da monografia de Winteler de 1876 sobre o dialeto alemão de Kerenzen (Suíça). Na parte descritiva de sua monografia — que celebramos hoje em dia como um esforço pioneiro de análise fonêmica —, Winteler apresentou a distribuição de alofones em termos de item-e-processo. (Como sanscritista — um sanscritista, de fato, que pôs o termo *sândi* em circulação na Europa —, Winteler, evidentemente, tinha estudado Panini, de modo que a fonologia item-e-processo era um modelo natural para ele.) Ora, procurando o exemplo mais impressionante de uma lei sonora sem exceções, Osthoff e Brugmann recorreram à fonologia de Winteler: vejamos o alemão de Kerenzen, disseram eles, onde todo *n* por exemplo muda para *ŋ* diante de *k* e *g* — sem absolutamente nenhuma exceção. Historicistas como eram, Osthoff e Brugmann não perceberam que estavam extrapolando de um processo sincrônico para um diacrônico²³. A diferença entre os dois, e a legitimidade muitíssimo menor das mudanças diacrônicas, foi logo em seguida apontada por Kruszewski (1881); a diferença, contudo, ficou perdida entre os neogramáticos mais ortodoxos;

²¹ Osthoff e Brugmann (1878).

²² As abordagens clássicas da história deste período foram escritas por estudiosos que eram eles mesmos neogramáticos em espírito — sobretudo Pedersen, mas também Bloomfield. Buscar uma visão equilibrada nestes relatos é como basear a história da guerra nas autobiografias dos generais vitoriosos. Jakobson (1960) prestou um valiosíssimo serviço com seu estudo da escola antineogramática de Kazan; infelizmente, seu artigo ainda permanece disponível apenas em polonês. Uma abordagem ainda mais ampla da controvérsia neogramática consideraria os argumentos dialetológicos junto com os sincrônico-analíticos contra a doutrina das leis sonoras que não admitem exceção.

²³ Leskien (1876), que é normalmente citado como o elaborador da hipótese dos neogramáticos, não conseguiria achar apoio para ela em seu material indeterminado. Como os historiadores daquele período desconsideraram a evidência mais forte disponível a Osthoff e Brugmann (p. ex., a monografia de Winteler), eles tenderam, quase como quem se desculpa, a rebaixar o postulado da não-excepcionalidade das leis sonoras a uma “hipótese”, e a atribuir a autoconfiança de Osthoff e Brugmann à exuberância de sua juventude. Uma explicação menos psicologizante e mais estritamente acadêmica da autoconfiança deles, no entanto, é o fato de que nas regras fonéticas sincrônicas do alemão de Kerenzen os neogramáticos verificaram, com efeito, exemplos não-hipotéticos de leis sonoras sem exceção.

não foi entendida por Pedersen e, infelizmente, também foi desconsiderada por Bloomfield, para quem o processo sincrônico não existia.

Paul, *sim*, entendeu o argumento de Kruszewski (cf. suas referências aos artigos de Kruszewski nos *Zeitschrift* de Techmer [vols. 1, 2, 3, 5], p. 49), e, como não tinha preconceitos do tipo item-e-arranjo em fonologia, assimilou facilmente a distinção. Distingue, portanto, entre “trocas” de som (*Lautwandel*) e “alternâncias” de som (*Lautwechsel*). As primeiras são alterações em termos de processos *sincrônicos* unicamente, e são tidas como completamente regulares. As segundas são remanescentes de processos sincrônicos mais antigos que cessaram (ou podem ter cessado) de funcionar e que deixaram resíduos irregulares que têm de ser aprendidos como listas (p. 69). Para evitar confusão, daqui em diante traduziremos a *Lautwandel* de Paul por “regra fonética”, *grosso modo* no sentido de Halle (1959). O problema para Paul, então, não é a absoluta regularidade das regras fonéticas, mas a redistribuição irregular dos sons entre os elementos lexicais. Em outras palavras, como é que uma regra fonética produtiva de um idioleto vem à tona? Pode ela resultar do intercurso com outros falantes? Eis a resposta de Paul:

O único modo como isso pode ser visualizado é que um indivíduo simultaneamente ficaria sob a influência de vários grupos de pessoas que se tornaram diferenciadas por diferente desenvolvimento fonético [isto é, diferentes regras fonéticas sincrônicas], e que ele aprenderia algumas palavras de um grupo, outras de outro. Mas isso pressupõe um relacionamento totalmente excepcional. Normalmente não existem diferenças [interdialetais] deste tipo numa comunidade comunicativa dentro da qual um indivíduo cresce e com a qual ele permanece em vínculos muito mais íntimos do que com o ambiente mais amplo. [...] Dentro do mesmo dialeto, portanto, não se desenvolvem inconsistências, somente em consequência de mistura dialetal, ou, como teremos ocasião de explicitar melhor, em consequência do empréstimo de uma palavra de um dialeto estranho. [...] Na formulação de leis sonoras [isto é, regras fonéticas sincrônicas], não precisamos, é claro, contar com tais inconsistências (pp. 71-72).

O elo mais fraco deste argumento é a noção de “dialeto único”, porque, como vimos, ela não tem nenhum suporte teórico no pensamento de Paul. De fato, Paul mostra alguma preocupação com essa fraqueza, pois promete considerar mais tarde “a extensão com que e as condições em que” o empréstimo lexical de outros dialetos acontece (p. 72). Na verdade, porém, no capítulo sobre mistura de línguas, só uma breve

seção é consagrada à interferência dialetal (pp. 402-403), e a questão das “condições” para o empréstimo de palavras nem sequer é levantada.

FONOLOGIA E AGRUPAMENTO DE IDIOLETOS. Observamos acima a maneira como Paul deslizou de uma teoria da mudança lingüística em geral para uma teoria da mudança sonora em particular. Podemos agora examinar o paradoxo que emerge como conseqüência deste não assinalado estreitamento da discussão. No que diz respeito à mudança lingüística *em geral*, aprendemos que os idioletos são sujeitos a desenvolvimento aleatório. Na verdade, o intercuro pode causar alterações paralelas em idioletos de grupo, mas elas não precisam resultar e (como Paul sabia pela pesquisa dialetológica) de fato não resultam numa subdivisão hierarquicamente estruturada da comunidade (pp. 37-42). O idioleto A pode formar um agrupamento dialetal com o idioleto B com respeito ao Traço 1, um agrupamento com o idioleto C com respeito ao Traço 2. Para Paul, não há fim nem organização nestes princípios mutuamente interseccionantes porque (1) o lingüista não conhece nenhuma base para uma hierarquia dos traços lingüísticos, e (2) não tem nenhuma explicação para a difusão seletiva de traços idioletais (isto é, nenhuma escala de difusividade). Paul percebe que se há rupturas na rede de intercursos — especialmente rupturas absolutas causadas pela migração —, uma divisão dialetal emergirá; mas isso é completamente “externo” à língua, e podemos acrescentar que é, em todo caso, um fenômeno altamente incomum (ainda que na história das antigas línguas indo-européias ele possa ter desempenhado um papel importante). Isso não se dá no caso da mudança sonora; aqui existe uma base *lingüística* para agrupar dois idioletos num dialeto, a saber: o fato de compartilharem um conjunto (completo?) de regras fonéticas. Os idioletos A e B seriam atribuídos ao mesmo dialeto se compartilhassem as mesmas regras fonéticas, e uma palavra adotada por A de B estaria automaticamente sujeita ao mesmo tratamento fonético.

Pareceria, então, que se nosso objetivo fosse uma classificação das fonologias idioletais, a teoria de Paul nos ofereceria um razoável critério lingüístico para tanto — ao menos para a classificação dos idioletos num só nível, uma classificação tudo-igual-ou-tudo-diferente. Mas se estamos buscando uma classificação não de fonologias idioletais, mas dos idioletos em sua inteireza, a teoria de Paul é inútil, porque não garante (e só poderia fazê-lo contrariamente à evidência factual) que a diferenciação não-fonológica vai de mãos dadas com a dife-

renciação fonológica. Seria perfeitamente natural, por exemplo, encontrar um conjunto de idioletos A, B e C tal que A e B compartilhassem fonologias enquanto diferissem conjuntamente em sua fonologia de C; mas A e B podem ter numerosas diferenças lexicais e gramaticais em pontos em que B concorda plenamente com C.

Paul escreve: “O verdadeiro fator característico na articulação dialetal de uma área contínua são sempre as condições fonéticas”. A razão para isso, pensa ele, é que é na formação das condições fonéticas que tudo depende do intercuro pessoal direto. “No vocabulário e no significado das palavras, na morfologia e na sintaxe, a transmissão mediada não oferece dificuldade”. Em contraste, segundo Paul, a influência fonética (isto é, difusão de regras fonológicas) depende do intercuro íntimo e intenso. Assim, prossegue ele,

diferenças muito maiores se desenvolvem na fonética do que no vocabulário, na morfologia ou na sintaxe, e aquela dura mais uniformemente por longos períodos do que estas [...] O menos típico de todos é o vocabulário e seu uso. Aqui as transmissões de um dialeto para outro ocorrem predominantemente [do mesmo modo] como de uma língua para outra. Aqui há mais diferenças individuais do que em qualquer outro domínio. Aqui pode também haver diferenças [por exemplo, no vocabulário profissional] que não têm nada que ver com diferenças dialetais e que se interseccionam com elas (p. 47).

Nesta passagem, topamos com a dificuldade conceitual de contar e pesar a inovação fonológica em oposição às demais. Não haverá, talvez, mais inovações lexicais simplesmente porque há mais palavras? E qual é a base teórica para desconsiderar diferenciações dialetais altamente estáveis no vocabulário e na gramática? Dá para desconfiar que Paul está iludindo a si mesmo. A prioridade que ele estava dando aos critérios fonológicos da classificação idioletal se baseava, não na maneira empiricamente demonstrada de sua transmissão (para isso ele não tem nenhuma evidência), nem na estabilidade deles (para isso a evidência é bastante inconclusiva), mas simplesmente porque a fonologia, no sentido de um conjunto consistentemente aplicado de regras fonéticas, era o *único* domínio da língua que oferecia qualquer esperança de quantificar (= de impor a discretividade sobre) o *continuum* da comunidade de fala.

Basear as classificações motivadas do idioleto na fonologia pode ser um conselho do desespero; também pode ser justificado por argu-

mentos ulteriores, por exemplo, em relação ao primado da fonologia dentro da língua como um todo. Embora discordemos de ambos os procedimentos, consideramos que são propostas legítimas merecedoras de exame. O que torna ilegítima a abordagem de Paul, por outro lado, é seu uso de uma suposição teórica disfarçada de argumento factual — e, para piorar, num argumento factual que é incorreto.

SUMÁRIO. Vamos agora tentar resumir criticamente a posição de Paul nos pontos essenciais:

O único objeto teoricamente embasado do estudo lingüístico é o idioleto, e dentro do idioleto, o único domínio em que a mudança é relacionada ao desempenho estável é a fonologia (por causa de sua natureza não-discreta). O uso de um indivíduo é, em princípio, coerente, e se conforma à sua representação mental deste uso, exceto que os desempenhos fonéticos são aleatoriamente dispersos como em volta de um alvo. Um indivíduo pode, por etapas inconscientes infinitesimais, desviar a distribuição de seus desempenhos (fonéticos) à medida que busca padrões de comportamento mais cómodos. (Nenhuma explicação é oferecida para a lentidão com que se atinge o comportamento alegadamente mais “cómodo”; isto é, o enigma da implementação permanece sem solução e nem sequer é formulado.) Os dialetos são concebidos como grupos de idioletos (fonologicamente) idênticos; por conseguinte, a mudança dialetal consiste simplesmente em idioletos mudando em paralelo, e a divisão dialetal não é mais do que idioletos mudando divergentemente.

Um idioleto ou dialeto pode também mudar “tomando de empréstimo” formas de outros idioletos ou dialetos. Tal empréstimo é seletivo, mas não se oferece nenhuma explicação para as seleções particulares. A oportunidade de tomar empréstimos de outros idioletos depende da exposição a eles; contudo, tanto o empréstimo quanto o não-empréstimo são atribuídos à conformidade — seja com os inovadores, seja com os conservadores.

1.2 A HERANÇA DOS NEOGRAMÁTICOS

Pode se dizer que os *Prinzipien* de Paul refletem as melhores realizações da lingüística dos neogramáticos. Com seus antecessores e contemporâneos neogramáticos, Paul compartilhava as virtudes do máxi-

mo rigor de formulação, um intenso interesse por regularidades recorrentes, a percepção da atipicalidade das línguas-padrão dentre a totalidade das línguas, uma preocupação com o pormenor fonético, e um desejo de ver a língua no contexto de seu funcionamento a fim de compreender seu desenvolvimento, de “retratar o mais detalhadamente possível as condições da vida da língua [*Sprachleben*]” (p. 6). Escrito e revisado depois que a poeira em torno da controvérsia da lei sonora tinha baixado, o livro de Paul tem o mérito adicional de reconhecer o ponto de vista dialetológico sobre a mudança lingüística. Não surpreende, portanto, que ele tenha se tornado enormemente influente, e embora acabasse por servir como alvo para a oposição antineogramática, funcionou como o texto básico para mais de uma geração de lingüistas.

1.2.1 Saussure

O efeito revolucionário do pensamento de Saussure não fica diminuído se afirmarmos que, na questão da individualidade da língua, ele deve muito à doutrina dos neogramáticos. Para Saussure, a sistematicidade da língua (ver § 2.0) depende da existência, dentro do indivíduo, de uma faculdade de associação e de uma de coordenação (p. 29). As relações entre elementos de uma língua se localizam na consciência do falante. A seguinte citação é típica:

A sincronia só conhece uma perspectiva, a dos sujeitos falantes, e todo o seu método consiste em recolher o testemunho deles; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será necessário e suficiente investigar em que medida ela existe na consciência dos falantes (p. 128).

De fato, é a irrealidade psicológica das relações diacrônicas e dialetológicas que leva Saussure a atribuir os fenômenos históricos a um domínio de investigação totalmente diferente. “O ‘fenômeno’ sincrônico”, escreve ele, “nada tem em comum com o diacrônico; um é uma relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de um elemento por outro no tempo, um evento” (p. 129). Por conseguinte,

a lingüística diacrônica estudará ao contrário [da sincrônica] as relações que vinculam termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva, e que *se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si* (p. 140, grifos nossos).

Para garantir a realidade psicológica do objeto da investigação sincrônica, Saussure exige a seguir que tal objeto seja homogêneo. O objeto

da lingüística sincrônica, argumenta ele, não é tudo o que é simultâneo, mas somente aqueles fatos simultâneos que pertencem a uma mesma língua. A separação de objetos de estudo legítimos, isto é, homogêneos, tem de prosseguir “na medida em que for necessária [...] até os dialetos e os subdialetos” (p. 128). De fato, os lingüistas são alertados de que não existem dialetos naturais — “há tantos dialetos quantos são os lugares” (p. 276). E Saussure acrescenta: “No fundo, o termo *sincronia* não é bastante preciso; ele deveria ser substituído pelo termo, um pouco longo, é verdade, *idiossincrônico*. Ao contrário, a lingüística diacrônica não somente não necessita, mas rejeita semelhante especialização”.

Tem se enfatizado muito que, ao distinguir a fala [*parole*] da língua [*langue*], Saussure rompeu com o psicologismo característico do pensamento neogramático: ele via a língua como social e a fala como individual. Entretanto, observemos que Saussure nada tem a dizer de concreto sobre a comunidade como a matriz do desempenho da fala individual. Em particular, não há nada em sua teoria que pudesse acomodar uma língua heterogênea salvando-a ao mesmo tempo como um objeto legítimo da investigação sincrônica. “A língua [...] é de natureza homogênea” (p. 32). E Saussure ecoa Paul ao escrever: “Entre todos os indivíduos assim ligados pela linguagem se estabelecerá uma espécie de média: todos reproduzirão — não exatamente, decerto, mas aproximativamente — os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (p. 29). Aqui Saussure, claramente, vê a heterogeneidade dentro do uso lingüístico de uma comunidade não como sujeita à descrição sistemática, mas como um tipo de tolerável imprecisão de desempenho. Sua visão, portanto, de novo está em plena conformidade com a de Paul, que dissera que a “grande uniformidade de todos os processos lingüísticos nos mais diversos indivíduos é a base essencial para um conhecimento científico exato de tais processos” (Paul, p. 19). Não vemos nenhum indício de que Saussure tenha progredido para além de Paul em sua capacidade de lidar com a língua como fato social; para ele, a precondição para lidar com a língua como fenômeno social era ainda sua completa homogeneidade.

Ao abordar a causa da mudança sonora, Saussure rejeita todas as explicações que tinham sido propostas (pp. 202-208). Embora estivesse convencido de que todas as mudanças se originam na fala, ele entretanto não faz nenhuma sugestão sobre como distinguir, a não ser *a posteriori*,

entre inovações individuais que entram na língua e aquelas que não entram (pp. 138-139). Apesar de postular duas forças conflitantes — a do intercurso e a do paroquialismo (*esprit de clocher*) — para descrever a imitação e a não-imitação de um indivíduo, respectivamente, da fala de outros, o equilíbrio dessas forças permanece como uma explicação vazia, já que Saussure não pôde mostrar (pp. 284-285) que a prevalência de uma força sobre a outra co-variava com qualquer outra coisa.

Hoje podemos concordar facilmente com o argumento de Saussure de que o antigo alto-alemão *gesti* (“convidados”) não coexistia na consciência de qualquer falante com a contraparte alemã moderna, *Gäste*, com o resultado de que esses itens jamais estiveram portanto lingüisticamente opostos. O que está faltando em sua concepção, porém, é a possibilidade de um momento no tempo em que um *gasti* mais arcaico e uma variante mais inovadora, *gesti*, coexistiram nas mentes de alguns falantes bem reais da língua. De igual modo, quando Saussure alerta contra reunir dialetos espacialmente remotos sob a rubrica de uma mesma descrição sincrônica, podemos concordar facilmente, mas ele lamentavelmente omite da consideração o caso importantíssimo de dialetos *vizinhos*, cujos sistemas estão muito “na consciência” dos mesmos falantes²⁴. O erro de Saussure, nos parece, foi equiparar a justaposição de estágios remotos de uma língua com a justaposição de estágios em geral²⁵. É essa generalização injustificável que subjaz na base de sua antinomia entre o estrutural e o histórico, uma antinomia que foi aceita pelos fundamentalistas da Escola de Genebra²⁶, mas que praticamente todos os demais lingüistas vêm tentando ultrapassar.

1.2.2 A lingüística descritiva bloomfieldiana

Nos trabalhos dos lingüistas descritivistas americanos, encontramos um nível variável de interesse pela diversidade lingüística dentro

²⁴ Saussure deixou de considerar esta possibilidade, apesar de dedicar uma seção especial (pp. 265ss.) à “coexistência de vários dialetos no mesmo ponto [geográfico]” (onde mais, então, senão nas mentes dos mesmos falantes?) e outra às influências recíprocas dos dialetos coexistentes com línguas literárias (pp. 267ss.).

²⁵ Paul talvez tenha sido mais perspicaz ao afirmar que a descrição de processos com base numa comparação de estados da língua seria mais exitosa se os estados comparados estivessem o mais próximo possível uns dos outros (pp. 31-32).

²⁶ Compare-se Sechehaye 1940: 30ss.; Frei 1944.

de uma comunidade de fala; o que vincula este grupo ao dos mestres neogramáticos é a falta de interesse pelo caráter sistemático da língua heterogênea de uma comunidade.

Bloomfield escreve:

Uma comunidade de fala é um grupo de pessoas que interagem por meio da fala. [...] Se observássemos bem de perto, descobriríamos que duas pessoas — ou, antes, talvez, nenhuma pessoa em diferentes épocas — jamais falam exatamente do mesmo modo. [...] Essas diferenças desempenham um papel muito importante na história das línguas; o lingüista é forçado a considerá-las muito cuidadosamente, embora em alguma parte de seu trabalho ele seja forçado provisoriamente a ignorá-las. Ao fazer assim, ele está simplesmente empregando o método da abstração, um método essencial para a investigação científica, mas os resultados assim obtidos têm de ser corrigidos antes que possam ser usados na maioria dos trabalhos ulteriores (1933: 42-45).

Como um conjunto preliminar de diretrizes, esta declaração seria inquestionável; o que é importante, contudo, é que Bloomfield não faz nenhuma sugestão quanto ao modo como a “abstração” deve ser derivada da descrição dos usos individuais, ou como ela deve ser “corrigida”²⁷. Refletindo a ênfase de Saussure na *langue* como fenômeno social, Bloomfield reconhece que

estamos menos preocupados com cada indivíduo do que com a comunidade toda. Não investigamos os diminutos processos nervosos de uma pessoa que profere, digamos, a palavra *maçã*, mas nos contentamos de preferência em determinar que, no geral, para todos os membros da comunidade, a palavra *maçã* significa um certo tipo de fruta. [...] No entanto [ele admite imediatamente], tão logo tentamos lidar acuradamente com esta questão, descobrimos que a concordância da comunidade está longe de ser perfeita, e que cada pessoa usa formas faladas de um modo único (p. 75).

Escrevendo antes dos principais desenvolvimentos da fonêmica diacrônica, Bloomfield ainda não reagia à possibilidade de que o estado de uma língua pode em si mesmo funcionar como um determinante das mudanças dentro dela. Tal como Paul, portanto, ele lança todo o fardo da explicação da mudança sobre o mecanismo da imitação, por parte do indivíduo, dos hábitos de fala de seus companheiros. A dire-

²⁷ Além disso, as mesmas perguntas levantadas pelo conceito de “média” de Paul poderiam ser feitas acerca da noção de abstração de Bloomfield.

ção da imitação, acredita Bloomfield, é inteiramente determinada pelo “prestígio” do modelo (p. 476). Embora hoje se saiba que isso é factualmente incorreto, trata-se ao menos de um passo à frente do inócuo equilíbrio e desequilíbrio de forças contrárias postulado por Paul e Saussure. Tal como Paul, Bloomfield distingue verdadeiras mudanças fonéticas e analógico-semânticas, que ocorrem na fala de indivíduos, da difusão de tais mudanças pelo mecanismo do empréstimo dialetal. “Os processos mesmos raramente se oferecem à nossa observação” (p. 481). “É inútil perguntar que pessoa ou conjunto de pessoas foram as primeiras a favorecer [certas] variantes. [...] No momento em que uma mudança sonora se torna observável, seu efeito já foi distribuído pelo efeito nivelador que opera dentro de cada comunidade” (pp. 480-481). A distinção entre a origem de uma mudança lingüística e sua difusão, e o pessimismo quanto a observar as origens da mudança lingüística moveram o pensamento bloomfieldiano acerca da mudança lingüística numa direção antiempírica.

Um marco importante no isolamento da língua do indivíduo como o objeto legítimo da descrição lingüística por excelência foi o “Set of Postulates for Phonemic Analysis” de Bloch, em que o termo *idioleto* foi introduzido pela primeira vez. (É difícil determinar, por ora, se seu recurso ao prefixo *idio-* ecoa o *idiossincrônico* de Saussure.) Bloch escreve:

A totalidade de sentenças possíveis de um falante num dado período ao usar uma língua para interagir com um outro falante é um *idioleto* [...] Quanto às palavras “num dado período”, sua interpretação pode variar seguramente dentro de amplos limites: podem significar “num momento particular” ou “num dia particular” ou “durante um ano particular” [...] A locução “com um outro falante” tem a intenção de excluir a possibilidade de que um idioleto possa abarcar mais do que um ESTILO de fala: é no mínimo improvável que um dado falante venha a usar dois ou mais estilos ao se dirigir à mesma pessoa [...] A análise fonológica de um dado idioleto não revela o sistema fonológico de nenhum idioleto pertencente a um dialeto diferente (1948: 7-9).

Vemos Bloch aqui executando o princípio atomístico de Paul e Saussure de reduzir a língua de uma comunidade à suas partes homogêneas básicas. Mas não podemos deixar de notar que até mesmo essa *reductio ad absurdum* se baseia numa suposição contrafactual de que um par de falantes sempre se atêm ao mesmo estilo. (Para provas em contrário, ver, por exemplo, Labov 1966: 90-135.)

A lógica da teoria neogramática, tal como herdada de Saussure e de Bloomfield, foi desenvolvida mais plenamente por alguns dos discípulos de Bloomfield. Retornaremos às análises deles mais abaixo (§ 2.1), depois de discutir o isolamento da estrutura como um fator no funcionamento da linguagem.

1.2.3 A prática dos gramáticos gerativistas

Embora a lingüística gerativa até agora tenha abordado os problemas históricos apenas de modo marginal, há diversos pronunciamentos teóricos registrados, sugerindo que a concepção neogramático-descritivista de um sistema homogêneo como único objeto legítimo de análise foi adotada por esta escola de pensamento. Assim, Chomsky escreve:

A teoria lingüística se ocupa de um falante-ouvinte ideal, *numa comunidade de fala completamente homogênea*, que conhece sua língua perfeitamente e não é afetado por condições gramaticais irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, alterações de atenção e interesse, e erros (aleatórios ou característicos) ao aplicar seu conhecimento da língua em desempenho real (1965: 3-4; grifos nossos).

A exigência da homogeneidade se torna central aqui: a competência lingüística que é o objeto da análise lingüística é a posse de um indivíduo; a teoria lingüística se ocupa da comunidade somente na medida em que a comunidade é homogênea e na medida em que o informante individual é um perfeito representante dela. Procedimentos para ultrapassar a diversidade real observada no comportamento lingüístico não são sugeridos, tanto quanto não são na obra de Paul ou Bloomfield; em harmonia com Saussure, porém mais explicitamente, Chomsky declara que tal diversidade é teoricamente irrelevante. Assim, ele tem toda razão ao dizer: “Esta me parece ter sido a posição dos fundadores da lingüística geral moderna”; mas não podemos concordar com sua afirmação seguinte de que “não se tem oferecido nenhuma razão convincente para modificá-la”. Como mostraremos a seguir, encontramos razões convincentes para modificar essa posição nos fatos confirmados de que os desvios de um sistema homogêneo não são todos eles erros aleatórios de desempenho, mas são num alto grau codificados e parte de uma descrição realista da competência de um membro de uma comunidade de fala.

2.0 TIPOS DE TEORIA RELEVANTE

PARA PAUL, a teoria da língua (*Prinzipienwissenschaft*) era, ao menos oficialmente, coincidente com a teoria da mudança lingüística. Depois do desenvolvimento da antinomia saussuriana entre o diacrônico e o sincrônico, porém, abriu-se espaço para *dois* corpos de princípios — teorias da mudança lingüística e teorias da estrutura lingüística. Os refinamentos alcançados na segunda área — é o que se percebe do nosso ponto de vista — tiveram inevitáveis e importantes implicações para a história da língua, mesmo onde a motivação original do avanço conceitual era outra que não histórica.

Em relação à mudança lingüística, cada refinamento na teoria da estrutura lingüística (e o mesmo se poderia dizer sobre os refinamentos na teoria das comunidades de fala) teve os seguintes efeitos potenciais:

- (a) uma *reclassificação* das mudanças observadas segundo novos princípios;
- (b) propostas de *fatores condicionantes* novos sobre a mudança;
e
- (c) propostas de novas *causas* da mudança.

O efeito (a) é fácil de visualizar. Por exemplo, quando se introduziu uma separação entre traços distintivos e redundantes na análise fonológica, todas as mudanças sonoras puderam ser divididas conforme envolvessem ou não traços distintivos. De modo semelhante, a distinção entre dialetos prestigiados e desprestigiados suscitou uma nova classificação da inovação, dependendo de eles se moverem para cima ou para baixo na “escala” de prestígio. Na esteira da maioria das novas teorias lingüísticas, encontramos de fato textos que expõem as implicações das novas idéias para a história. No entanto, ao ofere-

cer meras reclassificações das mudanças previamente observadas ou observáveis, este tipo de avanço é de interesse limitado para uma teoria da mudança lingüística enquanto tal.

Muito mais significativa é a possibilidade de que um refinamento na teoria lingüística ou sociolingüística possa permitir (b), a hipotecação dos fatores condicionantes sobre a mudança. Assim, uma teoria bruta dos sons da fala não torna possível afirmar muita coisa sobre a configuração fonológica real das línguas, mas à medida que a teoria se torna mais refinada, a generalização possível acerca de como as línguas são constituídas se torna cada vez mais rica. Mesmo num espírito completamente indutivo, torna-se possível fazer generalizações estatísticas altamente específicas sobre línguas existentes; torna-se possível, na mesma linha, mostrar se uma dada mudança produz um estado de língua que viola as normas estatísticas ou, mais significativamente, se conforma a elas. Se as observações de línguas forem, ademais, amarradas numa estrutura teórica mais ampla, pode-se atribuir importância ainda maior a séries interconectadas de mudanças, e mais desafiadora e significativa se torna a busca pelas tendências de "otimização" na mudança lingüística.

De máxima importância é (c), a proposta de novas causas da mudança, baseada numa teoria dos estados da língua tão firmemente estabelecida que uma mudança num estado de língua implica necessariamente outra mudança *ex hypothesi*, de modo que o evento A possa ser designado como causa da mudança B. Em sua versão mais forte, uma teoria da mudança identificaria A como a causa *suficiente* de B; numa versão mais fraca, o evento A apareceria pelo menos como a causa *necessária* de B. Só raramente é que a lingüística histórica tem tido vislumbres de tais teorias causais, mesmo da versão mais fraca (causa necessária); mas com base nos progressos já registrados podemos ter esperanças de avanços ulteriores.

O equilíbrio de nossa discussão se organiza da seguinte maneira: neste capítulo, consideraremos as implicações para a mudança lingüística da teoria estrutural que vê a língua como um sistema de relações opositivas. Os problemas fonológicos aqui têm especial predominância, já que se trata de uma área em que as funções contrastivas e não-contrastivas da mesma substância têm sido distinguidas com êxito considerável. Em seguida (§ 2.4) nos voltamos para as implicações

históricas da análise fatorial que a teoria sincrônica tem aplicado aos sistemas lingüísticos. A noção de traço distintivo na fonologia recebe aqui o grosso da nossa atenção. As teorias discutidas nas seções 2.1-4 representam importantes avanços sobre Paul, mas compartilham com ele e seus sucessores na lingüística americana descritiva e gerativa a abordagem da língua como um objeto homogêneo, indiferenciado; os subsistemas tais como são postulados dentro de uma língua são vistos como não-concorrentes, mas conjuntamente necessários e complementares (fonologia, gramática, léxico). Na seção 3 nos voltamos para os trabalhos que rompem com o postulado da homogeneidade e operam com a língua enquanto sistema sistematicamente diferenciado.

2.1 FUNÇÃO CONTRASTIVA DOS FONEMAS

Como vimos acima, Paul, o neogramático, não tinha uma predileção particular pelo atomismo na lingüística; observamos seu modo estruturado de pensar num *Sprachgefühl* ["sentimento da língua"] como um dispositivo gerativo. Foi Saussure, então, que veio a enfatizar a realidade psicológica de relações contrastivas numa língua e, portanto, se viu obrigado, a bem da coerência, a relegar as correspondências históricas a um outro domínio, o do psicologicamente irreal. Usando sua célebre analogia do jogo de xadrez, Saussure insistiu em dissociar as funções reciprocamente determinadas das peças (um fato sincrônico) das origens persas do jogo. (Sentimos falta, em seu programa, de uma investigação sobre as regras de xadrez mutantes.)

Logo depois que a idéia do contraste passou a ser aplicada ao estudo dos sistemas de sons, sobretudo em Praga, os lingüistas descritivistas encontraram a ocasião para uma previsível reclassificação das mudanças observadas. As inferências exigidas foram traçadas primeiramente por Jakobson (1931), que mostrou como as mudanças sonoras podem ser agrupadas em fusões fonêmicas (desfonologização de variantes) e cisões fonêmicas (fonologização de variantes)²⁸. Uma

²⁸ De novo cabe a Jakobson (1928) o crédito pela tentativa mais ousada de salvar as intuições de Kruszewski, ao proclamar sem rodeios aquilo que escapou à mente mais neogramática de Bloomfield — que as únicas leis sonoras que operam sem exceção numa dada língua são de fato as leis que governam as distribuições de variantes contextuais de um fonema num sistema sincrônico.

análise muito semelhante foi oferecida, de modo independente, nos Estados Unidos por Hill (1936)²⁹.

Segundo nosso esquema, essas classificações em si mesmas constituem somente o nível mais baixo das consequências históricas de uma nova teoria lingüística. Mas antes de examinarmos suas capacidades explicativas, observemos que elas também levam a dificuldades formais. A aplicação direta da quantificação fonêmica ao *continuum* da mudança lingüística logo trouxe à tona um enigma dialetal: como é que as mudanças graduais, não-distintivas, repentinamente saltam para dentro de uma nova categoria distintiva? Considere-se a explicação eloqüentemente desconcertante de Hockett:

A mudança sonora em si é constante e lenta. Uma reestruturação fonêmica, por outro lado, tem de ser, em certo sentido, absolutamente repentina. Não importa quão gradual foi a aproximação no inglês médio do /æ/ e do /ɛ/ na direção um do outro, não podemos imaginar a real coalescência dos dois senão como um evento repentino: em tal-e-tal dia, para tal-e-tal falante ou pequeno grupo de falantes, os dois se fundiram em /á/ e todo o sistema de núcleos acentuados, para o(s) idioleto(s) particular(es), foi reestruturado. Ainda assim, não há razão para acreditar que seríamos capazes de detectar esse tipo de evento repentino pela observação direta [...] (1958: 456-457).

Refletida na análise de Hockett está a síntese das posições neogramática e saussuriana de que a língua do idioleto serve como o *locus* dos fatos estruturais, isto é, lingüisticamente relevantes, e legítimos. Mas o claro resultado dessa síntese consistente é que uma teoria da mudança lingüística fica quase inteiramente destituída de fundamentos empíricos. É difícil aceitar uma explicação por meio de fenômenos que são, não apenas inobservados, mas inobserváveis.

²⁹ O próprio Bloomfield em 1933 ainda não tinha assimilado bem sua perspectiva pré-fonêmica sobre a história da língua à sua abordagem fonêmica mais tardiamente adquirida para a descrição. Assim, nas seções 20.1-10 de seu capítulo sobre mudança fonética, a questão da distintividade nem sequer emerge; a apresentação segue bem de perto as linhas de Paul. Somente na última seção (20.11), que adere à doutrina de Paul sobre o contato íntimo como uma condição para o empréstimo das distribuições de variantes sonoras (isto é, regras fonéticas), é que Bloomfield rotula as variantes sonoras de "não-distintivas" ou "subfonêmicas". A formulação-chave estruturalista, aliás, parece mais forte do que lhe é permitido: "Podemos falar de mudança sonora somente quando o deslocamento do hábito levou a alguma alteração na estrutura da língua" (p. 367). Admitindo-se que as mudanças que alteram a estrutura são mais importantes por algum critério descritivo, por que elas deveriam ser postuladas como as únicas?

Já discutimos em outras ocasiões as consequências da alegação de que as mudanças sonoras em progresso não podem ser observadas (Weinreich 1960; Labov 1963, 1965). Em nossa opinião, esse dilema autopunitivo procede de uma distinção insustentável entre a origem de uma mudança e a propagação da mudança, distinção que Saussure e Bloomfield adotaram de Paul³⁰. Fica evidente que o problema da transição não pode ser resolvido, a menos que sejam estudados estágios intervenientes na propagação de uma mudança. Na citação acima, Hockett se concentra no problema da observação: a inobservabilidade da mudança fonética infinitesimal é acoplada à inobservabilidade da mudança estrutural instantânea.

Para os estudiosos que se sentem pouco à vontade com tal abordagem, diversas soluções alternativas vêm à mente. Uma é negar que a mudança ocorra dentro de um sistema e afirmar, ao contrário, que o sistema (por exemplo, o dialeto) tomou emprestado o novo fenômeno de outro dialeto (por exemplo, Hoenigswald 1960: 72-73). Se tal formulação ainda contém os riscos de um mistério conceitual (por exemplo, em que momento preciso o empréstimo de um fenômeno novo se torna "total"?), ela pode ser ulteriormente revisada para dar conta de dois dialetos coexistentes — um com a oposição em questão, o outro sem (cf. Bloomfield 1933: 328) — e de falantes que flutuam entre dois estilos de fala, favorecendo o dialeto "coalescente" em medida crescente³¹. Reconsideramos essa possibilidade na seção 3.1 como uma abordagem a uma visão mais adequada da estrutura lingüística.

Outra solução é afirmar que existe variação contínua dentro de cada dialeto como um elemento estrutural, correlacionado com algum outro fator lingüístico ou extralingüístico, e que o movimento constante de itens de uma classe categorial para outra é parte da estrutura subjacente (Labov 1966). Assim, a mudança ocorreria normalmente como uma variável de uma posição *dentro* de um dado fonema, para uma posição *através* das fronteiras do fonema, para uma posição *dentro* de um segundo fonema, e tal variável seria estritamente definida por covariação com outros aspectos. (Ver § 3.31 abaixo.)

³⁰ Discutimos anteriormente o lugar desta distinção no pensamento de Paul. A distinção foi adotada por Saussure praticamente intacta (*Cours*, p. 283).

³¹ Weinreich (1960: 332). Reformulações correspondentes poderiam ser elaboradas para cobrir a disjunção fonêmica.

Um segundo problema que emergiu da enxertia da teoria fonética na teoria neogramática da mudança sonora foi a tentativa de identificar a nova distinção analítica, subfonêmico/fonêmico, com as distinções históricas (reciprocamente coextensivas) infinitesimal/discreto, flutuante/estável, irregular/regular e inconsciente/consciente. Bloomfield, por exemplo (1933: 365ss.), acreditava que as mudanças não-distintivas são observáveis apenas para o fonetista que tem à sua disposição "uma enorme massa de registros mecânicos, percorrendo várias gerações de falantes". Mas a identificação das dicotomias levanta, pelo menos, duas dificuldades teóricas:

(a) Admitindo (por ora) que as mudanças não-distintivas não são observadas pelos usuários leigos da língua, por que o linguista tem de ter necessariamente "uma enorme massa de registros mecânicos" para determinar, digamos, que subgrupos de uma comunidade de fala diferem consistentemente no uso de alofones como [x] versus [h] ou [ʃ] versus [ʒ]? Em outras palavras, que razões dedutivas existem para acreditar que a variação não-distintiva é necessariamente inconsistente ou infinitesimal, de modo que medidas fonéticas de enormes massas de registros são exigidas para sua detecção?²²

(b) Se a explicação das mudanças na estrutura fonêmica repousa na distinção entre comportamento fonético contínuo e fonemas descontínuos, como poderemos delinear uma teoria unificada que também abarque a gramática, onde os elementos não-distintivos (morfes) não são contínuos?²³

Mas, a despeito de termos ou não eliminar tais dificuldades teóricas, somos obrigados a levar em conta evidências empíricas que

²² As mesmas objeções poderiam ter sido feitas contra Paul. A variação não-distintiva, de fato, foi observada por Labov (1963, 1966) por meio de amostragens nada "enormes". Alguns estudiosos, aliás, têm sido muito mais cautelosos do que Bloomfield e Hockett. Lehmann, por exemplo (1962: 148), não sustenta que as mudanças subfonêmicas são inobserváveis, apenas que elas não são levadas em conta por redatores que descrevem sua língua em termos fonêmicos. E por esta razão muito melhor formulada que os linguistas têm pouca informação sobre mudanças não-distintivas no passado; e não há nada na visão de Lehmann que nos desencoraje de observar foneticamente mudanças não-distintivas em progresso.

²³ Entende-se por que Hoenigswald (1960), trabalhando numa teoria geral da mudança linguística, fala do "alegado" caráter gradual da alteração fonética, para unificar a concepção de mudança morfológica e fonológica, ele explica até mesmo esta última recorrendo ao "empresismo dialetal" — um processo discreto por definição.

desautorizam a identificação do analiticamente distintivo com o historicamente discreto e o psicologicamente consciente. Assim, a substituição amplamente subfonêmica do *r* lingual pelo uvular em várias línguas europeias deve ter ocorrido por etapas discretas (Hoenigswald 1960: 73); além do mais, a distribuição das duas variantes não é, de modo algum, a distribuição instável que sua não-distintividade implicaria. Quanto à consciência, descobrimos que os falantes em diversas partes dos Estados Unidos são extremamente sensíveis às variantes subfonêmicas de /θ/ e /ð/, e rapidamente estigmatizam o uso não-padrão dos outros. De igual modo, o acentamento subfonêmico das vogais de *off*, *lost* em Nova York é uma questão de extrema sensibilidade e um alvo de comentário muito explícito e de correção em estilos formais. Por outro lado, a mudança radical no repertório de fonemas que resultou deste processo — a perda de distinção entre *sure* - *shore*, *lure* - *lore* — é bastante despercebida e não parece evocar qualquer avaliação social (Labov 1965, 1966). Quando vemos uma ausência comparável de consciência social da coalescência de fonemas ilustrada pela fusão maciça de *cot* - *caught*, *hock* - *hawk* em extensas áreas dos Estados Unidos, somos forçados a concluir que não existe correlação entre percepção social e *status* estrutural.

Uma séria debilidade nos fundamentos empíricos das várias teorias da mudança linguística consideradas aqui deriva de sua confiança automática na função cognitiva como o determinante primeiro do comportamento linguístico. A suposição de que a percepção era determinada somente por unidades contrastivas (distinguidoras de morfes) nunca se baseou num fundamento fonético empírico, mas sim num vasto número de observações não-controladas (aleatórias) de casos em que a percepção coincidia com categorias fonêmicas. Um volume crescente de evidências obtidas em estudos sociolinguísticos controlados indica que a percepção de fato é controlada pela estrutura linguística; mas é uma estrutura que inclui não só unidades definidas por função contrastiva, mas também unidades definidas por seu papel estilístico e por seu poder de identificar o pertencimento do falante a um subgrupo específico da comunidade (Hymes 1962; Labov 1966).

Vamos ver a seguir que possibilidades explicativas foram encontradas pelos linguistas históricos na função contrastiva dos fonemas, possibilidades capazes de contribuir para a solução do problema da avaliação. Esta função deixou claro, por um lado, por que os fonemas

devem ser apresentados o mais distanciados possível um do outro (de Groot 1931), e isso por sua vez sugeriu por que um fonema mutante deveria “repelir” seus vizinhos no sistema para que as fusões sejam impedidas (Hill 1936). Nesta questão, Paul argumentou o contrário:

Em nenhum lugar se faz qualquer esforço para impedir uma mudança fonética. Pois aqueles envolvidos nem sequer têm consciência de que há algo a ser impedido; afinal, eles prosseguem em sua fé de que falam hoje como falavam anos atrás, e de que falarão do mesmo modo até o fim de seus dias (p. 58).

Na medida em que Paul estava duvidando da probabilidade de alguma pessoa poder mudar uma regra fonética sincrônica, é possível acompanhá-lo; mas, evidentemente, em seu esquema conceitual a afirmação se aplicava automaticamente também aos processos históricos, e ao fazer isso ela se tornava demasiado radical. Outros observadores estavam começando a ver as coisas de modo diferente. Gilliéron interpretou a colisão dos homônimos como um fenômeno disfuncional para o qual os usuários da língua dispunham de corretivos “terapêuticos”. Martinet³⁴ integrou as opiniões de outros precursores com um funcionalismo sistemático na fonética e ampliou o conceito de patologia-terapia: de palavras individuais para conjuntos inteiros de palavras distinguidas por uma oposição fonêmica particular. Nossos predecessores do século XIX teriam ficado horrorizados com esta maneira teleológica de pensar; o postulado de Martinet sobre a aversão “profilática” às fusões fonêmicas pareceu mais plausível aos lingüistas estruturais, uma vez que ele utilizou o conceito da função morfodistintiva do fonema em vez dos esforços conscientes dos falantes de evitar mal-entendidos (1955: 41-44).

Apesar de toda a disfuncionalidade das colisões de homônimos e das fusões em massa de palavras, a coalescência de fonemas é fartamente atestada na história das línguas. Para impedir que o mecanismo da preservação-de-contraste explicasse demais, Martinet adaptou o conceito de Mathesius (1931) de “rendimento funcional” como um tipo de contrastividade variável (1955: 54-59). Esperava-se que a teoria permitisse então que as oposições de baixo rendimento funcional entrassem em colapso e explicasse ao mesmo tempo a preservação das oposições de alto rendimento.

³⁴ Para simplificar, baseamos nossas referências ao trabalho de Martinet em seu livro-síntese de 1955.

Martinet, portanto, lançou uma explicação convincente para o fato de ocorrerem tantas mudanças em grupos ou seqüências — um fato que fascinou todos os lingüistas, de Rask e Grimm em diante, mas que foi deixado de lado pelos melhores deles devido a uma profunda desconfiança quanto às “abstrações” ou ao misticismo na história. Martinet, ademais, resolveu uma grande parte do enigma das mudanças sonoras “não-condicionadas”: o princípio do contexto sintagmático encontrava agora uma contraparte paradigmática, e a “comodidade” sintagmática (em termos de Paul) podia agora ser acoplada a uma noção totalmente plausível de “comodidade paradigmática” (Martinet 1955: 59-62).

Mas seria uma infelicidade se as realizações de Martinet fossem aceitas como definidoras do arcabouço geral da explicação para a mudança lingüística. O trabalho de Moulton (1961, 1962) e alguns achados de Labov (1966) forneceram fundamentos empíricos para várias das conclusões de Martinet, os quais fortalecem as evidências menos detalhadas dadas pelo próprio Martinet e por seus discípulos. Mas, mesmo dentro do arcabouço de Martinet, existe a necessidade de análise detalhada para tornar conceitos importantes mais precisos e confiáveis. Assim, o conceito de rendimento funcional carece de uma grande dose de refinamento. Existem poucos estudos quantitativos em torno dele, e estes sofrem de uma concepção um tanto estreita do quadro em que contrastes importantes para a comunicação devem ser mantidos. Assumem uma abordagem um tanto simplificada da língua ao calcularem o rendimento de oposições entre pares mínimos pronunciados como itens lexicais isolados. Outros estudos do rendimento funcional erraram também ao estabelecer um quadro contextual demasiado estreito (elemento seguinte e anterior), tornando impossível lidar com fenômenos tais como “rupturas”, harmonia vocálica, metaforia [umlaut] ou “r pré-consonântico”. Temos todos os motivos para supor que probabilidades transicionais entre fonemas e que o contexto sintático (para não falar do situacional) forneçam vastas quantidades de redundâncias capazes de diminuir de modo variado o valor de um contraste, e cremos que medidas mais complexas da carga funcional terão de ser elaboradas e avaliadas antes que esta noção altamente atrativa seja abandonada³⁵.

³⁵ Ver Hockett (1966) e Wang (1967) para abordagens críticas deste problema. King (1965) explora o papel do rendimento funcional empiricamente com resultados negativos, mas seus ambientes estão infelizmente limitados aos segmentos imediatamente precedentes e subseqüentes, como discutido acima.

Ferguson (1959) sugeriu que a estrutura gramatical do membro inferior do par de línguas na relação de "diglossia", isto é, a variedade lingüística usada em situações menos formais, mostrará regularmente menos distinções. No tocante à fonologia, ele indica que o sistema de *status* mais baixo é o básico, enquanto o sistema de *status* mais alto é mais bem entendido como um sub- ou para-sistema do mais baixo. Hoje já temos evidências empíricas para mostrar que, numa comunidade de fala, a fonologia mais altamente sistemática, a que exhibe mais claramente os processos de evolução lingüística, é aquela usada na fala casual com o mínimo de distinções e o máximo suporte contextual. No sistema amplo e *ingliding* de vogais da fala *sen-r* da cidade de Nova York, é possível encontrar exemplos que sustentam uma série de contrastes com sete membros — na fala mais formal. Assim, temos:

beard /ɪh/		moored /uh/
bared /eh/	stirred /ah/	
bad /əh/	barred /ah/	bored /əh/

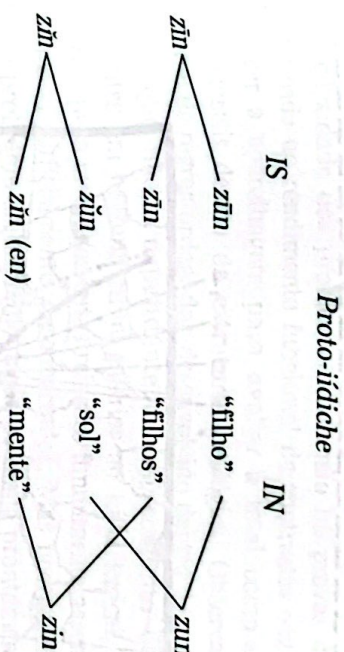
mas as formas que sustentam este sistema são produzidas de uma maneira muito irregular e precária. Por outro lado, a fala mais espontânea (entre os falantes da classe média-baixa) produzirá um sistema muito regular da seguinte forma:

bear, bared, bad /ɪh/	moored, bored /uh/
stirred /əh/	
barred /ah/	

e este sistema é o produto de um processo regular e racional de evolução lingüística (Labov 1966: 559-565). Aparentemente, existem forças motivadoras na mudança lingüística que podem passar por cima de qualquer tendência de preservar distinções cognitivas.

As consequências destas descobertas devem ser incorporadas ao conceito do rendimento funcional e a uma explicação da preservação de contraste na mudança lingüística sequenciada.

Outro exemplo: o ancestral dos dialetos iídiches da Europa central e oriental distinguia vogais altas posteriores e altas anteriores longas e breves: *u, ū, i, ī*. No iídiche do sul (IS), a série posterior foi anteriorizada para se fundir com as vogais anteriores, no iídiche do nordeste (IN) as vogais longas se fundiram com as breves correspondentes. Temos, assim:



Ora, teria sido possível argumentar (de um modo reconhecidamente circular) que o rendimento funcional permitiu cada uma das fusões duplas, mas não uma fusão quádrupla (Weinreich 1958). Mesmo esta "explicação" circular, porém, fica agora invalidada por novas evidências empíricas. A pesquisa mais recente (Herzog 1965: 211ss., 1968) revelou duas áreas em que todas as vogais se fundiram num *i* uniforme (ver Figura 1): uma no norte-centro da Polónia, a outra no norte da Ucrânia. Revelou-se, além disso, que na região em torno da segunda área uma mudança **ē>i* está em distribuição geográfica complementar com o total colapso dos *u* e dos *i*. Pareceria que mais uma quinta fonte de vogais *i* (produzindo, por exemplo, mais homonímia com *zīn* "ver" < **zēn*) teria sido demais. Na teoria do rendimento funcional tal como formulada até agora, não encontramos base para predizer que a fusão vista no iídiche do norte da Polónia era possível, ou que a fusão do iídiche ucraniano era possível somente na condição de que **ē>i* não ocorresse também.

O *Atlas Iídiche*, elaborado no início para lidar com problemas desse tipo, está revelando grandes quantidades de material relevante na fonologia tanto quanto na gramática e na semântica lexical.

Vale a pena observar também que a teoria da prevenção de homonímia pouco contribui para a solução do "enigma da implementação". É perfeitamente justificável, é claro, deixar espaço para "mais pesquisa", e cabe esperar que em alguns casos (privilegiados) o estudo profundo dos estados de língua explique não só por que uma mudança ocorre em dado momento numa certa direção, mas também por que ela não ocorreu mais cedo. Martinet decerto tem razão ao dizer (1955: 62) que um lingüista não deve ser desviado de sua investigação das causas

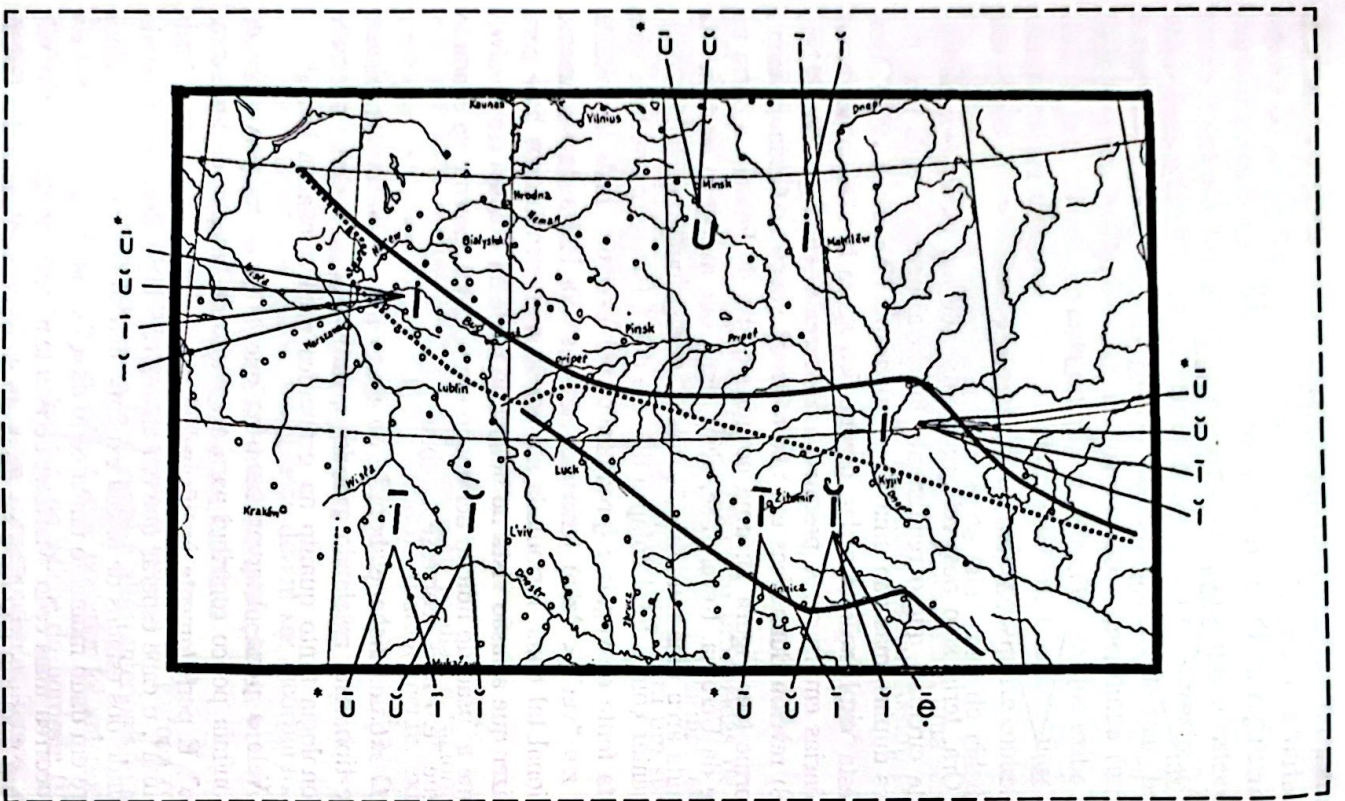


FIGURA 1. INTERSEÇÃO DE /u - i/ E ISOGLOSSAS DE PERDA DE QUANTIDADE NO LÓDZ DO NORTE DA POLÔNIA

pela complexidade dos problemas; mas não há provas de que uma teoria baseada no rendimento funcional de contrastes cognitivos possa oferecer a aparelhagem para avaliar a total complexidade das relações causais dentro da estrutura fonológica. Observamos que o mecanismo de regras ordenadas desenvolvido dentro de um arcabouço gerativo, que não é dependente de um conjunto de unidades contrastantes em nenhum nível inferior ao nível lexical, oferece um campo rico para investigar estas relações fundamentalmente assentadas entre fenômenos superficialmente desconectados. Mas nos parece improvável que o problema da implementação se renda prontamente às investigações estruturais, e esperamos que a contribuição destas se confine à tarefa de expor limitações e de elucidar — em parte — o mecanismo da mudança lingüística. Soluções para o problema da implementação têm de ser esperadas de outras direções.

2.2 ESTRUTURA GRAMATICAL

Revisões da teoria gramatical analítica têm levado, como era de esperar, a uma reclassificação de eventos históricos registrados. Tomando como exemplo o sistema de análise gramatical pós-Paul mais bem definido — a morfêmica bloemfeldiana —, encontramos as consequências históricas das distinções ético/ênico desenvolvidas sistematicamente por Hoenigswald (1960). Podemos esperar extensões semelhantes da gramática gerativa à descrição de eventos históricos. Entre as investigações que visam à explicação mais do que à simples descrição, podemos citar pelo menos duas linhas de trabalho teórico. A primeira se vincula à formulação dos universais gramaticais; a segunda, ao estudo dos padrões produtivos conflitantes.

Subjazendo à busca dos universais, se encontra a opinião de Humboldt de que as línguas do mundo, em toda a sua variedade morfológica, são configuradas para atingir os mesmos objetivos sintáticos. Este raciocínio dá o fundamento teórico para achados tais como o de que a perda de sistemas de caso em antigas línguas indoeuropeias tem sido compensada pelo desenvolvimento de uma ordem de palavras mais estrita e por sistemas preposicionais.

Uma lista de universais gramaticais notavelmente rica foi proposta por Greenberg (1963b); eles têm a ver sobretudo com a ordem

das palavras. Recentemente (1966), ele se voltou para o exame das implicações diacrônicas desses universais, com resultados promissores. Além disso, deu um grande passo adiante ao testar certos universais sincrônicos que não passam no teste da aplicação sincrônica absoluta, examinando o papel deles como determinantes dos rumos da mudança. Por exemplo, investigou a tese de que categorias semanticamente não-marcadas (nominativas) tenderão a ser morfologicamente não-marcadas, e categorias semanticamente marcadas, morfologicamente marcadas. Embora existam óbvios contra-exemplos nas declinações nominais eslavas, a revisão de Greenberg dos desenvolvimentos históricos do tcheco mostra que todas as mudanças que ocorreram nos últimos séculos foram na direção prevista por aquela regra. Dois importantes modos de investigação vêm indicados no trabalho de Greenberg: (1) o esclarecimento, por meios empíricos, da alegação abstrata de que os sistemas sincrônicos têm tendências "dinâmicas" (ver Matthesius 1911), e (2) o uso de métodos quantitativos para substituir as evidências assistemáticas e o argumento persuasivo. Embora Greenberg não tenha apresentado nenhuma teoria geral da estrutura lingüística ou da mudança lingüística, seu trabalho assim mesmo é extremamente importante para a fundamentação empírica de uma tal teoria.

Nos sentimos encorajados por Greenberg em seu uso de métodos quantitativos e sua habilidade em isolar importantes tendências na estrutura. Ao mesmo tempo, é preciso admitir que Greenberg está necessariamente confinado à estrutura superficial no nível mais baixo de confiabilidade que é comum às descrições das línguas disponíveis a ele. Argumenta-se às vezes que é preciso ter uma teoria lingüística abrangente, ou uma teoria da mudança lingüística como um todo, antes que se possa começar a investigar a língua ou a mudança lingüística seriamente. Quem se filiasse a tal doutrina teria de ser muito crítico dos habilidosos procedimentos de Greenberg. Mas é possível argumentar que algumas das contribuições mais duradouras à lingüística têm sido na forma de explicações parciais de áreas limitadas da linguagem, ao passo que as teorias abrangentes que tentaram dar conta de tudo não exibiram a mesma longevidade. Podemos perguntar, em contrapartida, se alguma teoria abrangente pode ser erigida neste momento sem a rigidez que rejeita dados novos e métodos novos. Para o historiador, um conjunto de universais validados se torna um fator condicionante sobre possíveis mudanças numa língua. Contudo, é preciso admitir que

até agora os universais gramaticais têm fornecido à língua uma compridíssima amarra histórica que, observa-se, só muito raramente fica toda esticada; ou seja, os universais, especialmente os projetados por Chomsky, são tão amplos que é improvável que encontremos casos de línguas em mutação que se aproximem de uma possível "violação". Mas, é claro, este tipo de investigação lingüística está apenas na infância, e as possibilidades futuras são quase inimagináveis.

A segunda linha de trabalho acima referida deriva de um desejo de escapar das vacuidades da doutrina neogramática da analogia. No domínio da alternância morfofonêmica irregular, Paul e seus contemporâneos observaram muita mudança imprevisível, que eles classificaram como "analogica". Mas, como os críticos do neogramaticismo não tardaram a apontar, a "analogia", como um alternativa às leis fonéticas desprovidas de exceções, não só era em si mesma uma explicação *ad hoc* como também convertia a própria lei fonética num conceito *ad hoc*. (É divertido e instrutivo ver Osthoff, no mesmo volume cujo prefácio se tornou o manifesto dos neogramáticos, "explicar" algumas mudanças nos numerais gregos com os apelos mais extravagantes e arbitrários à analogia.) Paul estava bem consciente de que "uma vez que um item pode, por virtude de sua forma, pertencer a várias classes, é possível derivar os itens associados remanescentes a partir dele segundo diferentes proporções" (p. 114). Dos vários desenvolvimentos possíveis, concluiu Paul portanto, um item segue aquela proporção que tem o maior "poder" (*Macht*). Mas como ele não sugeriu nenhum critério para testar independentemente o "poder" de uma proporção, o argumento fica completamente circular: a causa, em si mesma não-motivada, pode ser conhecida somente através de seus efeitos. Bloomfield, apesar do benefício de décadas de pesquisa adicional, em seu exame da mudança analógica não conseguiu relatar nenhum progresso para além de Paul.

Tentativas mais recentes de sistematizar a experiência dos lingüistas com a analogia foram feitas depois da II Guerra Mundial por Kurylowicz (1949) e MaDczak (1958); elas foram adequadamente resenhadas por Lehmann (1962: 188-192). As regras gerais formuladas por estes estudiosos, com um volume considerável de evidências documentadas, oferecem novos esquemas onde, anteriormente, em geral, só havia desordem.



Outra saída para o vale-tudo da analogia foi buscada por Frei (1929) e Bally (por exemplo, 1944). Na sistematização dos erros cometidos contra a gramática normativa do francês, os estudiosos de Genebra procuraram indícios de aspectos disfuncionais no sistema contra o qual as ondas da mudança tinham começado a bater. Este material seria particularmente digno de reconsideração se pudesse ser estendido para cobrir uma variedade de dialetos em uso real por uma dada população.

2.3 ARGUMENTOS RELATIVOS A TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO

Vimos que um dado histórico particular muda de *status* quando é visto dentro do arcabouço de teorias lingüísticas diferentes. Assim, a anteriorização do *u* (como na metafofia do alemão) constitui uma mudança significativa tão logo ocorre — numa teoria sem um fundamento fonêmico. De um ponto de vista fonêmico, esta anteriorização tem sua importância sobrepujada pela perda da condição contextual (vogais altas anteriores na sílaba seguinte). Os exemplos poderiam ser multiplicados e ramificados à vontade.

Um determinado dado também pode adquirir nova significação se for visto, não através de uma diferente teoria da estrutura lingüística, mas como parte de uma diferente tendência de longo prazo. Como escreveu Meillet:

As mudanças lingüísticas ganham significado apenas se se considera o todo do desenvolvimento de que elas são parte; a mesma mudança tem uma importância absolutamente diferente, dependendo do processo que ela manifesta, e nunca é legítimo tentar explicar um detalhe fora de uma consideração do sistema geral da língua em que ele aparece (1906a: 11).

O conceito de *deriva* [drift] confere à história da língua uma “trama” significativa que desempenha bem o mesmo papel de uma tendência introduzida por um historiador ao recontar uma seqüência de eventos sociopolíticos. Considerada por si mesma, por exemplo, a flutuação entre *who* e *whom* objetivos em início de sentença no inglês é só mais um caso de alternância alomórfica; vista, porém, como Sapir a viu (1921), como um conflito entre duas tendências — movimento dos interrogativos para a posição inicial *versus* ordem de palavras especializada para os vários sintagmas nominais de uma

sentença —, esta flutuação é convertida no último ato de um longo drama e lhe confere enorme suspense.

Em geral, as tendências de longo prazo têm sido formuladas para uma língua ou grupo de línguas a cada vez. Um exemplo de uma explanação deste tipo ricamente documentada é o artigo de Malkiel (1957-1958), “Diachronic Hypercharacterization in Romance”, em que ele mostra que entidades polissêmicas se dividiram repetidamente em pares de signos com significantes separados (p. ex., latim: *leō*, “leão/leoa”, em francês: *lion/lionne*). Malkiel parece estar com a razão ao concluir que o estudo de uma tendência como a hipercharacterização “confere rico significado a processos que, vistos isoladamente, têm sido tradicionalmente descartados como desimportantes” (p. 36), e que não há nada incompatível entre a documentação de uma tal tendência e quaisquer princípios consagrados de teoria lingüística. Em bases semelhantes, podemos apreciar o trabalho de Žirmunskij sobre tendências de longo prazo no alemão e no germânico (1958). Cabe perguntar, porém, se as tendências assim estudadas não ganhariam em importância teórica se fossem deduzidas de alguma “agenda”, independentemente motivada, de tendências possíveis, em vez de detectadas separadamente para cada grupo de línguas cujos dados calharam parar nas mãos de um determinado historiador (por mais inspirado que seja). Quer dizer, apesar do valor sistematizante destas tendências de longo prazo estudadas dentro de seus campos separados, tem-se a sensação de que elas permanecerão marginais a uma teoria lingüística abrangente a menos que possamos formular um melhor *sistema* de tendências.

2.4 TRAÇOS DISTINTIVOS E MUDANÇA FONOLÓGICA

A imposição de uma concepção puramente funcional do fonema à história da mudança sonora freqüentemente levou a estranhos resultados; uma mudança radical como

$$\begin{vmatrix} t & d \\ \theta & \end{vmatrix} > \begin{vmatrix} d & \delta \\ h & \end{vmatrix}$$

não se qualifica como uma mudança lingüística porque o repertório de fonemas (isto é, a “estrutura”) não tinha sido afetado; depois da

mudança, ainda havia três fonemas, numa correspondência um a um com os três de antes da mudança (cf. Hill 1936: 15; Hockett 1958: 380). Esta visão puramente funcional sustentava que a realização fonética das unidades contrastivas era irrelevante para a estrutura; e com isso obscurecia o caráter estrutural das mudanças sonoras de larga escala mais sistemáticas. A dificuldade pode ser evitada, porém, se em vez disso seguirmos a tradição de Praga de entender o fonema não só em termos de sua função morfodistintiva, mas também em termos de sua *estrutura* de traços distintivos (Weinreich 1960: 330).

Aplicado à história das línguas, o entendimento estrutural dos fonemas novamente teve, como sua primeira conseqüência, uma reclassificação de certas mudanças. No artigo já referido, Jakobson (1931) formulou um terceiro tipo de mudança além da fusão de fonema e da cisão de fonema — a reinterpretação de fonemas (refonologização). Ficou possível mostrar como uma oposição permanecia invariante enquanto os meios de sua implementação mudavam: por exemplo, a passagem das aspiradas e não-aspiradas indo-europeias para um par correspondente de séries de consoantes sonoras e surdas. A simples formulação de uma mudança assim estava além da capacidade não só da teoria de Paul, mas também da fonêmica puramente contrastiva representada por Hockett (1958), em que a realização fonética das unidades não comportava nenhuma significação estrutural.

Avanços mais substanciais na aplicação diacrônica da teoria dos traços distintivos foram feitos, mais uma vez, por Martinet. Primeiro, ele enriqueceu o conceito de “refonologização” com uma doutrina, mais plenamente desenvolvida e amplamente ilustrada, da preservação de traços úteis (p. ex., 1955: 186-187, 199-211). Ainda mais importante foi seu desenvolvimento daquilo que por tanto tempo fascinara e intrigara os lingüistas — a simetria dos sistemas sonoros. Os neogramáticos desconfiavam dela — mais uma vez, viram os perigos da mistificação — e não conseguiam lidar muito bem com o fato de que “todas as línguas exibem uma certa harmonia do sistema sonoro” (Paul, p. 57), até que Sievers ofereceu uma explicação fisiológica: uma posição de repouso diferente dos órgãos nos falantes de línguas diferentes. Os contemporâneos de Sievers saudaram essa base empírica para as intrigantes simetrias — mas provas empíricas não sustenta-

ram a alegação, e tampouco ninguém conseguiu explicar por que tal posição de repouso deveria controlar a realização de segmentos sonoros. Foram os fonologistas de Praga que procederam a uma descrição sistemática destas harmonias; e foi Martinet que tentou dar um passo *explicativo* maior ao argumentar que o conflito entre a geometria assimétrica dos órgãos da fala e a economia (presumivelmente) psicofísica da utilização simétrica dos traços distintivos garante uma permanente instabilidade dos sistemas sonoros. As ilustrações de Martinet de oscilações reais de sistemas entre simetria e assimetria (1955: 88ss.) oferecem sólidos argumentos para sua teoria, que deve ser incluída em qualquer explicação da mudança lingüística, embora ainda deixe intocado o enigma da implementação.

O desenvolvimento da teoria dos traços distintivos também tornou possível pela primeira vez não apenas caracterizar sistemas sonoros em termos de presença ou falta de certos sons (ou classes de sons), mas também sugerir implicações necessárias; por exemplo, se uma língua tem africadas, também terá fricativas homorgânicas. A tentativa mais ambiciosa nesta direção é a de Jakobson (1941) e, na atmosfera de um interesse renovado pelos universais da linguagem, a busca de implicações pareceu ser a linha de trabalho mais promissora na fonologia (p. ex., Ferguson 1963). Obviamente, a lista de implicações válidas ainda é extremamente vacilante, de modo que tentativas de usar os supostos universais como fatores condicionantes da reconstrução (p. ex., Jakobson 1958) permanecem altamente controversas (cf. a discussão de S. W. Allen, *ibid.*). Mas as possibilidades nesta linha ainda estão seguramente longe de se esgotar.

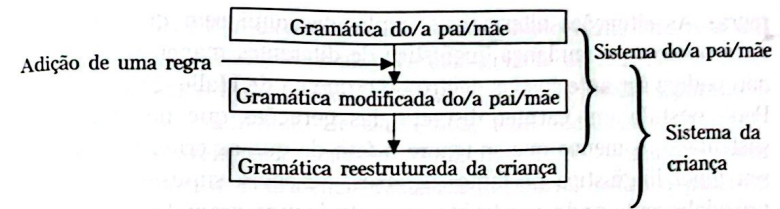
2.4.1 A fonologia gerativa e a economia das gramáticas

Como em todos os casos previamente citados, o desenvolvimento de um novo esquema de descrição lingüística — a “fonologia gerativa” (Halle 1959, 1962) — implica uma redefinição e uma reclassificação das mudanças registradas há muito tempo. Em particular, a formulação de redundâncias fonéticas em termos de regras ordenadas torna possível descrever as diferenças entre certos sistemas fonológicos em termos das mesmas regras diferentemente ordenadas (Halle 1962; Keyser 1963; Saporta 1965). De acordo com isso, e previsivelmente, algumas mudanças podem agora ser descritas como inversões de

ordem entre regras existentes. Houve um tempo em que as mudanças sonoras estavam sendo classificadas sob as rubricas de “adições de fonemas ao inventário, apagamento de fonemas, substituição de fonemas, transposição de fonemas”. Supomos que a repetição desse exercício simplista em relação a regras (adição, apagamento) não deve ser considerada como a principal contribuição da teoria gerativa à lingüística histórica. Pois, a despeito dos méritos da fonologia gerativa na descrição das mudanças lingüísticas, é muito mais importante investigar se ela oferece alguma perspectiva nova na explicação das mudanças.

O esforço de aplicação mais geral da fonologia gerativa à explicação histórica ainda é o de Halle (1962); ele serviu como ponto de partida para várias discussões recentes sobre a mudança histórica (p. ex., Closs 1965, sobre a sintaxe). Várias das questões levantadas por Halle são igualmente construtivas e penetrantes; no entanto, o exame dos fundamentos empíricos do ponto de vista de Halle revela sérios motivos de preocupação. Temos argumentado (§1.23 entre outros) que o modelo gerativo para a descrição da língua como um objeto homogêneo é desnecessariamente irrealista, e sustentamos que é bastante inútil construir uma teoria da mudança que aceita como *input* descrições de estados de língua que contrariam os fatos e são desnecessariamente idealizados. Vamos agora abordar três aspectos do argumento de Halle que ilustram mais claramente essas limitações: (1) o isolamento da relação individual pai-para-filho da comunidade de fala, e o uso desta relação como um modelo da mudança lingüística; (2) o isolamento de desenvolvimentos históricos específicos de seu contexto social; e (3) a aplicação dos traços distintivos a exemplos concretos de mudança no espaço fonológico.

- (1) *O modelo pai-para-filho de mudança lingüística.* O tratamento de Halle para o que chamamos de problema da transição (ver §3.1 e ss.) postula “descontinuidades nas gramáticas de gerações sucessivas” (1962: 65) e cita as opiniões paralelas de Meillet a este respeito. A concepção de Halle isola necessariamente da comunidade de fala a dupla falante-aprendiz e o modelo parental. O mecanismo que ele propõe para a mudança lingüística pode ser diagramado da seguinte forma:



A imagem da relação pai-para-filho como um modelo para a mudança lingüística pode ser plausível, no contexto de um modelo estrutural baseado no estudo dos indivíduos (ou de uma “comunidade homogênea”, que é simplesmente um indivíduo sob um rótulo de grupo). Além disso, parece claro que as crianças de fato reestruturam suas gramáticas não uma vez, mas várias vezes, enquanto crescem (Miller e Ervin 1964; Bellugi 1967). Mas o modelo depende da suposição não-verificada de que as gramáticas das crianças se formam com base nos dados fornecidos pela fala de seus pais. Ora, há um crescente volume de provas de que a língua de cada criança está continuamente sendo reestruturada durante seus anos de pré-adolescência pelo modelo de seu grupo de pares. Estudos atuais dos grupos de pares pré-adolescentes mostram que a criança normalmente adquire seu padrão dialetal particular, incluindo mudanças recentes, de crianças só ligeiramente mais velhas do que ela³⁶.

À luz desta consideração, fica claro que o modelo de Halle deixa várias questões sem responder. A regra adicionada se origina dentro da comunidade? Todos os pais dentro da comunidade adicionam a regra? Se não, o que acontece quando uma criança de uma família que adicionou a regra fala com uma criança de uma família sem a

³⁶ Nos vários estudos empíricos de comunidades de fala mencionados neste ensaio, descobriu-se que, de modo regular, os filhos de pais da “primeira geração” não diferem em suas características dialetais dos filhos de famílias que têm vivido na mesma área por várias gerações, mesmo quando o dialeto dos pais é marcadamente diferente do dialeto local. Assim, a maioria dos falantes do Lower East Side no estudo sobre Nova York eram usuários de inglês de segunda geração — isto é, o inglês não era a língua materna de seus pais —, mas este fato não era inconsistente com uma evolução uniforme e regular do vernáculo básico de Nova York (Labov 1966). Há duas situações em que a língua dos pais pode de fato ser tomada como o modelo definitivo para a língua dos filhos. Uma é o lar isolado — rural ou urbano —, onde a criança não consegue ou não pode brincar com outras crianças. A outra é a transferência direta de um traço de prestígio do pai/mãe para o/a filho/a na variedade de fala monitorada usada para repreender ou para corrigir (ver Labov 1966b).

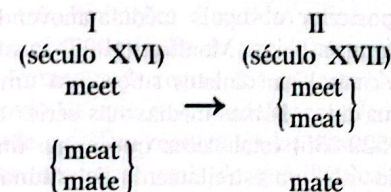
regra? As situações alternativas implicadas aqui sem dúvida afetariam o curso da mudança lingüística de diferentes maneiras, as quais não podem ser antecipadas dentro do esquema de Halle. Ele, tal como Paul, postula um caráter discreto das gerações que não pode ser sustentado, a menos que se ignore o fato de que as crianças derivam seu *input* lingüístico de fontes diversas. Se agora supusermos que o pré-adolescente pode construir e reconstruir uma gramática mais simples enquanto sua experiência cresce, fica óbvio que mudanças estruturais produzidas pela última adição de regra de seus pais podem jamais aparecer na gramática final do adolescente. O próprio fato de que a criança pode reestruturar sua gramática implica que é pouco útil buscar na língua dos pais o modelo para a mudança na gramática da criança. Diferenças radicais entre pai/mãe e filho/a, então, não são evidência da descontinuidade da mudança lingüística, mas, sim, da distância social entre as gerações.

Outro ponto frágil do modelo de Halle é a implicação de que uma mudança é completada dentro de uma geração, produto de uma relação específica entre as gramáticas dos pais e dos filhos. Mas essa implicação não é corroborada pelas provas empíricas da mudança em progresso (cf. Gauchat 1905; Hermann 1929; Reichstein 1960; Labov 1963, 1966). Estas investigações descreveram mudanças que continuam na mesma direção por várias gerações. A persistência na direção da mudança sugere que tais mudanças são variáveis que têm sido avaliadas do mesmo modo pela comunidade de fala durante um considerável lapso de tempo (ver §3.3). Um contínuo processo de transferência dentro do grupo de pares, de crianças ligeiramente mais velhas para crianças ligeiramente mais novas, é coerente com esses desenvolvimentos de médio alcance; mas propostas para a reestruturação automática dos dados dos pais pela criança não nos mostram nenhuma razão para que o processo se repita em gerações sucessivas³⁷.

³⁷ Finalmente, vale a pena observar que os problemas apresentados aqui não são irrelevantes para o *status* histórico das regras alternantes sugeridas em recentes tratamentos gerativos da Grande Mutação Vocálica. Se considerarmos que estas regras alternantes são de algum modo paralelas às mudanças que de fato ocorreram, haveria óbvios problemas de comunicação entre falantes que pronunciassem *sigh* como [si] e *see* como [se], e falantes que invertissem estas duas pronúncias. Pode-se argumentar que tal alternância é possível entre duas gerações sucessivas e descontínuas, embora isso dificilmente seja coerente com a restrição de Halle sobre a mútua inteligibilidade como uma pressão sobre a mudança (1965:

- (2) *Aplicação a exemplos históricos.* Quando Halle lida com um exemplo histórico real, o caráter isolante de seu modelo básico emerge de modo ainda mais saliente. Tendo separado o falante individual de seu grupo, Halle delinea argumentos estruturais para relacionar vários indivíduos (= *idioleto*s), sem considerar a evidência histórica disponível sobre o processo de mudança dentro da comunidade de fala. Ele discute o caso da vogal /e/ do inglês moderno (*meat*, *sea*, *beat*) como exemplo de uma mutação na ordem das regras que operam sobre uma estrutura subjacente preservada de estágios anteriores da língua.

É verdade que os estudiosos do inglês ficaram intrigados por algum tempo com a aparente reversão de uma fusão completada: na Londres do início do século XVI, as classes de palavras de *mate* e *meat* aparentemente tinham se fundido e ficaram em oposição à classe de *meet*; mas no século XVII, o sistema emergiu em sua forma moderna com *mate* oposto a *meat* e *meet*:



Halle usa este exemplo para argumentar que a fusão no nível (contrastivo ou biúnico) fonêmico não é irreversível. Mas seu exemplo — não importa quão hipotético — perde a força à luz das ricas comprovações trazidas por Wyld (1936) e Kökeritz (1953), que mostram que os sistemas I e II se alternaram em Londres por um período considerável, e que a significação social das regras conservadora e inovadora deve ter sido bem conhecida da maioria dos londrinos. Nos textos de Shakespeare, por exemplo, Kökeritz encontra amplo suporte para a tese de que o sistema conservador era identificado com a fala refinada e aristocrática — da mesma forma como para o londrino comum, sem

86). Mas se pensarmos em sucessivas faixas etárias transmitindo a tradição lingüística num modo contínuo, então as regras alternantes parecem ainda mais distantes de processos que podem ocorrer no processo real de mudança lingüística.

dúvida, é avaliada a pronúncia-padrão da BBC hoje em dia. Tais falantes devem dominar tanto o sistema antigo quanto o novo, ao menos em sua percepção. Quer vejamos o processo como um bidialetalismo prolongado ou como variabilidade estrutural inerente (ver §3.3 abaixo), temos de supor que alguns falantes de todas as idades eram competentes na fonologia de I e II (regras [14] e [22-23] de Halle). Seguramente, uma solução empírica para o problema da transição tem que ter precedência sobre argumentos baseados na manipulação de estruturas isoladas; desconsiderar evidências empíricas, mesmo num exemplo hipotético, representa um passo atrás na explicação da mudança (com efeito, um retorno à posição de Saussure; ver §1.21 acima).

(3) *Aplicação da teoria dos traços distintivos a mudanças sonoras observadas em progresso.* Estudos de mudanças fonológicas em progresso sugerem que as propostas de Halle são inadequadas por não conseguirem dar conta de modos de transição freqüentemente observados. Temos evidências quantitativas consideráveis para mostrar que existe íntima co-variação entre o movimento de vogais baixas numa direção anterior-e-posterior e vogais médias movendo-se para uma posição mais alta ou mais baixa. Moulton (1962) mostrou que a posição da vogal baixa-central em dialetos suíços era uma função da estrutura das vogais médias e baixas-médias nas séries anterior e posterior. Labov (1966: 529-535) estabeleceu que numa única comunidade de fala a posição do /ah/ era estreitamente determinada pelas alturas relativas das vogais médias /eh/ e /oh/. Estas relações quantitativas implicam o movimento constante de uma vogal ao longo de uma dimensão em coordenação com outras vogais movendo-se ao longo de outras dimensões — durante várias gerações. Evidências qualitativas de várias mudanças completadas recentemente sugerem o mesmo padrão; em dialetos iídiches, as mudanças $u > y$ [$> \text{ɪ}$] e $\bar{o} > u$ estão sistematicamente relacionadas (Herzog 1965: 170); em vários dialetos americanos, encontramos processos em andamento semelhantes de anteriorização de /ah/ acompanhada de elevação de /æh/ rumo a /eh/³⁸.

³⁸ Este desenvolvimento está especialmente adiantado em cidades do Norte como Buffalo, Detroit e Chicago. Um falante de Detroit de 15 anos de idade, por exemplo, se divertiu ao descobrir que os nova-iorquinos dizem [bɔɪ] para [bɑɪ] ("bottle") e [bæɪ] para [biːɪ] ("battle"). Num grupo de rapazes operários de Chicago, encontramos *John* realizado como [jæn], *locks* como [læks] e *that* como [ðeɪt].

Estes dados mostram que o mecanismo de mudança não é a repentina substituição ou adição de regras de nível mais alto, mas sim a aplicação de uma função contínua ao espaço fonológico num nível em que valores contínuos são possíveis. Além disso, mostram que o modelo bidimensional do quadrângulo das vogais, baseado em posições articulatórias da língua, oferece o quadro dentro do qual tais mudanças operam, e que medidas diretas da distância entre vogais baixas e médias são um fator nas regras em operação (ver §3.3 abaixo). No entanto, o quadro de traços distintivos com que Halle trabalha dissolve o espaço fonológico em dimensões independentes. Nenhuma das definições de gravidade e compacidade oferecidas até agora nos dará uma motivação teórica para a co-variação de gravidade e compacidade entre as consoantes, e nenhuma evidência assim apareceu. Portanto, se o historiador da língua quiser aceitar a matriz dos traços distintivos, ele perderá a possibilidade de descrever de modo coerente uma série de mudanças que se movem em torno da periferia do trapezóide vocal.

Apesar das três limitações discutidas acima, permanece um forte apelo intuitivo na visão de Halle do papel, na mudança lingüística, do comportamento formador de regras das crianças. Não podemos desconhecer o fato óbvio de que os pré-adolescentes constroem gramáticas independentemente e podem reestruturá-las diversas vezes. Mas a hipótese pai-para-filho obscurece mais do que ilumina a questão empírica sobre se a mudança é contínua ou descontínua. O ponto crítico a ser examinado é se podemos localizar qualquer descontinuidade lingüística na sucessão de grupos etários numa dada comunidade.

Uma tal investigação realista da descontinuidade pode proceder de um modelo teórico que constrói gramáticas para comunidades de fala heterogêneas. Argumentamos que, enquanto a mudança lingüística está em progresso, uma forma arcaica e uma inovadora coexistem dentro da gramática: esta gramática difere de uma gramática anterior pela adição de uma regra, ou talvez pela conversão de uma regra invariante numa regra variável (ver §3.3 abaixo). Se adotarmos uma visão semelhante à de Sturtevant (1947: cap. VIII), teremos de contar com o fato de que a significação social será, mais cedo ou mais tarde, atribuída à oposição das duas formas. Em algum ponto, as questões sociais e lingüísticas se resolvem conjuntamente; quando

a oposição já não se mantém, a variante conservadora desaparece. Esta visão da mudança se encaixa na observação geral de que a mudança é mais regular no produto do que no processo. Podemos esperar que a mudança abrupta ou a descontinuidade ocorram no ponto de resolução. É neste ponto que podemos esperar uma súbita reestruturação da gramática: a busca de descontinuidades lingüísticas na sucessão dos grupos etários seria, portanto, um primeiro passo necessário para a sugestão de Halle receber firme suporte empírico.

3

A língua como um sistema diferenciado

3.0 UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA DAS ESTRUTURAS HETEROGÊNEAS

VOLTAMOS agora à questão fundamental levantada na Seção 0: se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda? Vamos propor um modelo de língua que evita os infrutíferos paradoxos com que as teorias da estrutura homogênea têm estorvado a lingüística histórica.

Vimos que, para Paul tanto quanto para Saussure, a variabilidade e a sistematicidade se excluíam mutuamente. Seus sucessores, que continuaram a postular mais e mais sistematicidade na língua, ficaram ainda mais profundamente comprometidos com uma concepção simplista do idioleto homogêneo. Não ofereceram nenhum meio efetivo para constituir uma comunidade de fala a partir de vários desses idioletos, nem sequer para representar o comportamento de um único falante com diversos idioletos à sua disposição. Tampouco ofereceram um método efetivo para constituir uma única língua a partir de estágios homogêneos cronologicamente discrepantes. No entanto, a maioria dos lingüistas reconhece a evidência que demonstra que a mudança lingüística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação lingüística.

Os paradoxos foram sentidos intensamente. Hockett, por exemplo, exhibe uma sensibilidade dolorida frente à dificuldade de reconciliar o fato da mudança com a natureza categórica da estrutura homogênea. Por um lado, ele afirma que o processo de mudança sonora é demasiado lento e gradual para ser observado, exceto em seus efeitos; por outro lado, sustenta que o processo de mudança estrutural é instantâneo e, portanto, igualmente inobservável por seus efeitos. É possível acompanhar, como fizemos, os desdobramentos históricos que levaram a essas posições extremas, mas poucos lingüistas podem ficar

satisfeitos com uma explicação da mudança que depende da inobservabilidade conjunta de todos os processos envolvidos.

Sugerimos (§0) que a solução para essa questão fundamental repousa na decisão de romper com a identificação da estruturalidade com a homogeneidade. No lugar dela, propusemos que uma explicação razoável da mudança dependerá da possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua. Nesta seção, apresentaremos tal modelo de estrutura lingüística, junto com alguns dos dados que o sustentam; em seguida, esboçaremos uma estratégia para um estudo da mudança lingüística que se alicerce sobre estes fundamentos empíricos.

3.1 O TESTEMUNHO DA GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA

Desde o início, os achados da geografia lingüística têm sido usados pelos lingüistas históricos para sustentar seus pontos de vista teóricos, mas raramente os dados forneceram as provas que eram desejadas³⁹. Se as isoglossas para cada palavra envolvida numa mudança sonora coincidissem, a hipótese dos neogramáticos receberia uma poderosa sustentação. Mas o fato doloroso é que elas raramente coincidem, mesmo quando se agregam para compor feixes frouxos. A desculpa de que cada palavra tem sua própria história reflete nossa incapacidade de prever ou mesmo de explicar os modos como uma palavra precede uma outra ao longo dos mapas do geógrafo-lingüista. No entanto, essa suposta evidência é apresentada nos textos clássicos dos neogramáticos junto com pronunciamentos categóricos sobre a natureza não-excepcional das mudanças sonoras (Bloomfield 1933: 341, 361)⁴⁰.

Os lingüistas históricos também esperavam que as isoglossas sustentassem a firme divisão dos territórios lingüísticos em conjuntos hierarquicamente ordenados de línguas, dialetos e subdialetos. Aqui, novamente, as evidências foram decepcionantes: um conjunto aleatório de

³⁹ Compare-se a leitura que Osthoff e Brugmann fazem de Winteler.

⁴⁰ Uma abordagem para reconciliar os fatos da geografia lingüística com a uniformidade das leis sonoras é argumentar que as flutuações atestadas são os resultados de empréstimo e reempréstimo de um dialeto regular para outro. O processo de mudança sonora então sai da classe dos fenômenos observáveis (cf. Weinreich 1960: 330 para uma crítica da elaboração de Hockett sobre este tema).

isoglossas não divide um território em áreas bem delimitadas, mas, sim, num *continuum* de fragmentos sutilmente subdivididos. Bloomfield revê este problema (1933: 341), mas seus próprios critérios para selecionar as isoglossas mais significativas para a classificação dialetal não se revelaram exitosos na pesquisa empírica (Weinreich 1968).

Também se esperava que a geografia dialetal oferecesse suporte para a noção de que existe uma correlação negativa entre a “estruturalidade” e a comunicabilidade dos fenômenos lingüísticos. Para Paul, por exemplo, tudo na língua era infinitamente comunicável pelo intercuro social, e tudo numa língua respondia livremente, sem resistência, à influência externa — exceto as regras fonológicas. Num espírito bem semelhante, Saussure alegava que o modelo de ondas nos esclarece sobre as leis primordiais de todos os fenômenos da diferenciação (p. 287), embora devamos presumir que para os propósitos da reconstrução, isto é, de novo, na fonologia, Saussure conservaria a *Stammbaum* que postula a dependência mútua de inovações particulares.

A correlação negativa entre estruturalidade e comunicabilidade foi uma extrapolação perfeitamente natural para uma teoria lingüística socialmente agnóstica. Contudo, a correlação nunca foi mais do que hipotética e agora fica evidente que ela era factualmente incorreta. Já demos provas mais acima de que as fusões fonêmicas se expandem para fora, e essa tendência parece, de fato, ser muito geral⁴¹. Poderia se argumentar que a expansão das fusões representa a perda de estrutura, mais do que a transmissão de estrutura. Entretanto, as evidências para a comunicação de aspectos estruturais são mais amplas do que

⁴¹ Pode se observar a expansão de fusões numa grande variedade de áreas dos Estados Unidos com base nos registros do *Atlas Lingüístico* realizado uma geração atrás. A fusão de vogais baixas-posteriores em *hock* e *hawk*, *Don* e *dawn* está se expandindo para além das áreas centrais da Nova Inglaterra oriental e da Pensilvânia ocidental. Observações sistemáticas da mesma fusão no Oeste dos Estados Unidos indicam rápida expansão e solidificação. A fusão de /i/ e /e/ antes de nasais está se expandindo para fora do Sul, e foi observada em pontos tão ao norte quanto Gary (Indiana). Várias distinções antes do *r* estão sendo perdidas em áreas onde estavam bastante firmes uma geração atrás: /or - ɔr/ em *hoarse* vs. *horse*, *pork* vs. *storm*, é um dos exemplos mais notáveis, no Sul tanto quanto no Norte. A distinção de /hw - w/ em *which* vs. *witch*, *whale* vs. *wale* exibe uma instabilidade comparável, apesar de ser apoiada pela ortografia. A principal exceção a essa tendência é o avanço da pronúncia do *r* em áreas anteriormente sem-*r*, restaurando em algumas regiões a distinção entre *god* e *guard*, *sauce* e *source*. O avanço deste traço prestigioso, apoiado pelos meios de comunicação de massa, é discutido abaixo (§ 3.3). Note-se que na grande maioria das áreas sem-*r*, muitas destas distinções foram mantidas pela qualidade da vogal.

isso. Os estudos feitos com base no Atlas do Iídiche, por exemplo, estão revelando exemplos interessantes, tal como a transmissão de um sistema de gênero reorientado do iídiche-nordeste para o iídiche-central (Herzog 1965: 101-118). Enquanto o avanço global do padrão do nordeste manifesta a perda da categoria do neutro, também observamos a importação de uma nova categoria “intermediária” que é o resultado do empréstimo de relações de concordância abstratas mais do que de empréstimo direto de itens lexicais. Além disso, essa área de transição mostra a comunicação de uma nova restrição sobre a atribuição de gênero envolvendo a oposição nomes contáveis vs. nomes incontáveis, que não existia no dialeto (p. 103).

Não pretendemos negar que uma dialetologia estrutural sincrônica seja possível: como exercício analítico, nada há de errado com ela; mas à medida que os fatos se acumulam, tal extensão mecânica do estruturalismo está se tornando cada vez menos esclarecedora como explicação do modo como a língua se desenvolve.

Não estamos afirmando, é claro, que todas as inovações são igualmente comunicáveis; se fossem, não haveria isoglossas interseccionantes nem diferenciação dialetal duradoura. Estamos negando simplesmente que a estrutura sincrônica da língua nos forneça os critérios principais para a comunicabilidade diferencial.

A rede de isoglossas que deriva de um estudo de geografia dialetal freqüentemente representa o equivalente sincrônico do problema da *transição* — isto é, a trilha pela qual uma mudança lingüística está caminhando para se completar. Um entendimento da relação destas isoglossas com a mudança lingüística freqüentemente depende de uma solução para o problema do *encaixamento* — isto é, a relação delas com os sistemas lingüísticos e com as histórias das comunidades de fala envolvidas. É mais provável que uma dada isoglossa represente uma mudança lingüística em progresso se sua localização não puder ser explicada pelo contexto lingüístico ou histórico. Podemos distinguir quatro tipos de isoglossas em termos de sua “explicabilidade”.

- (1) A isoglossa ou feixe de isoglossas coincide com uma fronteira política (ou geográfica), representando os limites do padrão de comunicação que levou à difusão do fato lingüístico. As grandes discontinuidades no iídiche do norte da Polônia

mostram várias fronteiras deste tipo (Herzog 1965: 246-252). O feixe de isoglossas que separa o iídiche-norte-central do iídiche-central coincide com certo número de fronteiras políticas bem conhecidas do século XVI. A fronteira lingüística entre o iídiche-nordeste e o norte-central coincide com uma descontinuidade social que é menos óbvia: a linha ao longo da qual colonos judeus lituanos vindos do norte encontraram colonos judeus poloneses vindos do sul e do centro, quando esta área foi aberta para o assentamento judeu no século XVI. Este feixe de isoglossas também é uma grande divisão na área da cultura não-verbal.

- (2) A localização da isoglossa é explicada por sua relação sistemática com outras isoglossas que se enfeixam com ela. Os casos mais claros são os da *incompatibilidade* lingüística: onde a mudança em progresso representa um aspecto que não pode simplesmente ser acrescido ou subtraído do sistema do dialeto vizinho encontrado para além do feixe de isoglossas. Observamos um exemplo disso na difusão da monotongação de *aj* do iídiche-central para o sul da Ucrânia, de modo que *hajnt* (“hoje”) se tornou *ha:nt*, e *majlexl* (“boquinha”) se tornou *ma:lexl*. A difusão deste aspecto mutante terminou de modo abrupto justamente naquele ponto em que a distinção de comprimento de vogal foi perdida no norte da Ucrânia. Se a monotongação tivesse continuado, o monotongo teria coincido com o *a* breve naquela região, de modo que *hant* representaria tanto “hoje” quanto “mão”, e *malexl* representaria tanto “boquinha” quanto “anjinho” (Herzog 1968: fig. 7)⁴².
- (3) A localização da isoglossa não se explica por nenhum fator lingüístico ou social, mas a direção do movimento é previsível em termos lingüísticos. A Figura 1 mostra um exemplo de duas isoglossas “livres”: de um lado, a fusão de *i* e *u* movendo-se do sudeste para o nordeste e, do outro, a fusão de *i:* e *u:* movendo-se do nordeste para o sudeste. Um fator condicionante geral sobre a mudança lingüística discutida

⁴² O comprimento também foi subseqüentemente perdido no sul da Ucrânia. Por conseguinte, *a* (< *a:* < *aj*) ocorre em *hant* (“hoje”) e *malexl* (“boquinha”). No entanto, o *a* breve original evoluiu para um *o* breve, e “mão” é *hont*, e “anjinho” é *molexl*.

acima, o de que as fusões se expandem às custas das distinções, nos leva a predizer as direções das mudanças com base só nos fatos sincrônicos. Observou-se, é claro, que a direção do movimento pode ser predita em vários casos com base nos fatores geográficos e configuracionais dos mapas dialetais.

- (4) A localização da isoglossa não se explica por fatores lingüísticos nem sociais, e a direção do movimento não é previsível. Muitas isoglossas lexicais individuais têm este caráter. É possível verificar que em todos estes casos estamos lidando com itens transportados por falantes individuais que se movem ao longo de linhas de comércio e trânsito, mais do que com uma difusão firme do traço lingüístico de uma comunidade de fala vizinha para outra por padrões de comunicação mais freqüentes e previsíveis.

O problema de explicar a transição geográfica de dialetos através de um território parece, portanto, simétrico ao problema de explicar a transição de dialetos através do tempo numa comunidade. Em cada caso, há um contato entre falantes com sistemas diferentes. Se quisermos resolver os misteriosos paradoxos da mudança esboçados acima, será necessário analisar os processos que ocorrem em tais situações de contato em termos de como um falante pode entender e aceitar como seus os elementos estruturais na fala de outros.

3.2 LÍNGUAS E DIALETOS EM CONTATO

Um estudo atento do problema da transição inevitavelmente nos leva a considerar a transferência de uma forma ou regra lingüística de uma pessoa para outra — mais especificamente, de um sistema lingüístico para outro. O mecanismo mais simples foi o proposto por Paul, em que a transferência ocorre entre dois idioletos isolados, homogêneos. Para Paul, a “mistura de línguas” (incluindo mistura de dialetos, p. 402) surge quando dois indivíduos, cada um por definição falando seu próprio idioleto, se comunicam entre si. Quando isso acontece, “o falante influencia as imaginações lingüísticas relevantes (*Vorstellungsmassen*) do ouvinte” (p. 390). Assim, ocorre ou intercuro de idioletos não-idênticos, ou modificação de idioletos por mútua influência.

Independentemente de como este modelo de mudança lingüística seja considerado, ele parece impraticável. Ele não corresponde às observações empíricas nem oferece um modelo razoável que satisfaça nossas intuições nativas. O problema é visto em sua forma mais nítida na rápida transferência característica da cultura verbal pré-adolescente. Na área de Boston, as crianças pedem uma fatia de bolo ou um doce a seus amigos dizendo “*Allies*”, “*Cokes*” ou “*Checks*”. Se uma criança de Providence ou Nova York se mudar para Boston e tentar pedir uma fatia usando um termo estranho, seria razoável esperar que sua tentativa fosse frustrada. No entanto, de um modo ou de outro, o termo para pedido “*Thumbs up*” se difundiu para Boston e outras cidades do norte no final dos anos 1950 e desalojou os termos locais. A influência direta de um falante sobre outro no processo de comunicação se opõe claramente ao aparente auto-interesse do receptor.

Na explicação de Paul, o domínio de dois idioletos só é considerado para propósitos históricos (como uma explicação da influência de um idioleto sobre outro). Não se propõe para a investigação nenhuma propriedade sincrônica ou de bi-idioletalismo como tal — nem analítico, nem psicológico, nem social. Assim, a teoria de Paul permite *trocas* para outros idioletos tanto quanto *influências* interidioletais, mas não a alternância entre idioletos⁴³. Se abandonarmos o idioleto individual homogêneo como modelo para a língua, podemos sugerir um mecanismo de transferência mais inteligível. Parece razoável dizer que a transferência ocorre quando o falante *A* *aprende* a forma ou regra usada pelo falante *B*, e que a regra então coexiste na competência lingüística de *A* junto com sua forma ou regra anterior. A mudança então ocorre *dentro* do complexo repertório lingüístico de *A*: um tipo é o desfavorecimento gradual da forma original em prol da nova, de modo que ela assume o *status* de “arcaica” ou “obsoleta”.

O tratamento dado por Bloomfield às mudanças sonoras no holandês mostrou um claro avanço em relação a Paul neste aspecto:

Todo falante está constantemente adaptando seus hábitos de fala aos de seu interlocutor; ele abre mão de formas que tem usado, adota novas e, talvez mais freqüentemente que tudo, muda a freqüência das formas

⁴³ No estudo do contato lingüístico também se distingue entre alternância posterior-e-anterior e troca de uma vez por todas; cf. Weinreich 1953: 68-69.

faladas sem abandonar inteiramente as velhas ou aceitar qualquer uma que seja realmente nova para ele (1933: 327-328).

O fato de Bloomfield se dispor a aventar a possibilidade de um modelo mais complexo de transferência indica um reconhecimento geral da importância das alternâncias estilísticas no comportamento lingüístico. Os estudos de mudança lingüística em progresso regularmente trazem à tona esse tipo de alternância (Kökeritz 1953: 194ss.; Labov 1963; Reichstein 1960). Qualquer atlas dialetal oferece diversos exemplos da oposição arcaico/inovador dentro da competência de falantes individuais. Mas podemos também apontar um mecanismo de mudança distintamente diferente que pode ocorrer simultaneamente com aquele. Quando o falante A aprende pela primeira vez uma regra, *q*, de B, não é de esperar que ele a aprenda perfeitamente. Influenciado por seu próprio sistema, *P*, e sem a gama total de experiência de B que suporta o sistema *Q* de B, A adquire uma regra, *q'*, de um tipo algo diferente — uma regra fonológica com traços alterados, uma regra lexical com diferentes privilégios de distribuição, ou uma regra gramatical com algumas condições especiais perdidas. Assim, nessa transferência inicial, um segundo tipo de mudança já aconteceu. Mas a mudança mais profunda e sistemática deve ser esperada depois que A adquiriu a regra de B. Dentro do repertório único disponível a A (contendo *p* em *P* e *q'*), podemos prever uma acomodação de *p* e *q'* — normalmente, uma assimilação de *q'* aos traços característicos de *p* de modo que se torna possível a inserção final de uma *q''* modificada dentro do sistema *P*. Esse processo tem sido observado diversas vezes no ajuste fonológico de palavras emprestadas. Quando *Trauma* foi emprestado do alemão para o inglês, o *r* uvular automaticamente se tornou uma apical surda americana; mas no período subsequente de ajuste, podemos observar o /aw/ mudando para /ɔ/ em conformidade com a regra geral que restringe /aw/ diante de consoantes labiais. O iídiche *štik*, “pedaço; travessura” foi tomado emprestado pelo inglês da cidade de Nova York aproximadamente com a mesma forma fonética; mas na comunidade negra, onde o *š* não ocorre em grupos iniciais⁴⁴, a forma mudou para [stik], homônima com *stick*, com diversas conseqüências semânticas.

⁴⁴ Assim, *Schneider* aparece como [snaide], *shmuck* como [smAk], e *shnook* como [snuk].

Quando um falante negro tradicional do sul dos Estados Unidos migra para o norte, adquire o termo geral *common sense* (“senso comum, bom senso”) que é apenas um equivalente parcial para seu termo nativo *mother-wit* (“inteligência prática, inata”) ou *mother-with*⁴⁵. Os dois coexistem como um *mother-wit* arcaico versus o *common sense* inovador, mas quando a alternância entre os dois se resolve em favor de *common sense*, o modificador *mother-* muda de seu significado original, “inato, original”, para o de “mãe”, mais geral. Assim, alguns falantes negros jovens, indagados se os homens podiam ter *mother-wit*, se mostraram espantados e responderam: “Não”.

O estudo de línguas em contato confirma a idéia de que a coexistência estável de longo prazo é muito freqüentemente uma ilusão, promovida talvez pela existência de um léxico e de uma morfofonêmica relativamente estáveis (ou até dessemelhantes). A investigação de Gumperz do íntimo e prolongado contato do marati e do kannada em Kupwar (Índia) (1967) mostra o ajuste mais radical de semântica, estrutura frasal, componente transformacional e fonética dos dois sistemas. Por outro lado, o vocabulário e os morfemas gramaticais são tão patentemente diferenciados que nunca pode haver dúvida num dado enunciado se o que está sendo falado é marati ou kannada. Línguas que são obviamente diferentes na estrutura de superfície de fato se tornaram tão semelhantes, que a tradução mecânica parece bastante factível por meio de uma simples consulta ao dicionário.

Os achados de Gumperz são o produto de um estudo atento do bilingüismo dentro de seu contexto social; sua abordagem do desenvolvimento do marati foi um estudo não só do problema da transição, mas também do problema do encaixamento. Os objetos que Gumperz analisou não foram o marati e o kannada padronizados descritos nos manuais, mas os sistemas coexistentes que estavam em uso dentro de

⁴⁵ O termo *mother-wit* é arcaico ou erudito na fala dos brancos, mas é um caso de uso cotidiano para os falantes negros do sul. Embora seja equivalente a *common sense* (“senso comum; bom senso”) na representação do saber corriqueiro, prático, não aprendido em livros, difere em sua conexão mais firme com o conceito de inteligência natural, inata; a maioria dos falantes brancos acreditam que se adquire mais bom senso à medida que se envelhece. Um dos fatos notáveis sobre a oposição *mother-wit* ~ *common sense* é que os brancos são uniformemente ignorantes do uso negro de *mother-wit*, e os negros são uniformemente ignorantes de que os brancos não usam o termo (dados provenientes de investigações semânticas associadas a Labov 1963 e 1966).

um contexto social específico. Parte da solução para o problema do encaixamento de uma mudança lingüística particular é, obviamente, o estudo de suas inter-relações estruturais com os elementos lingüísticos que o circundam; mas as soluções para estes problemas foram freqüentemente artificiais e insatisfatórias, já que comparavam estruturas que não estavam em contato real em nenhuma situação social real. Em princípio, não existe diferença entre os problemas de transferência entre dois dialetos intimamente relacionados e entre duas línguas distantemente relacionadas.

Examinando as mudanças lingüísticas que ocorrem dentro da fala de indivíduos bilíngües ou bidialetais, podemos contemplar fatos puramente estruturais; mas o isolamento da estrutura tem falhado significativamente em resolver o problema de especificar a interferência bilíngüe. Como observou Weinreich:

Obviamente, o lingüista está autorizado a abstrair a língua de considerações de natureza psicológica ou sociológica. Na verdade, ele DEVERIA postular problemas puramente lingüísticos sobre o bilingüismo [...] Mas a extensão, a direção e a natureza da interferência de uma língua sobre outra podem ser explicadas ainda mais amplamente em termos do comportamento de fala de indivíduos bilíngües, o qual por sua vez é condicionado por relações sociais na comunidade em que ele vive (1953: 4).

Podemos agora nos voltar para o exame mais específico da situação de contato e da natureza sistemática da alternância de estilo que se postula aqui.

3.2.1. Sistemas coexistentes

Foi sugerido acima que encontramos certo grau de contato entre quaisquer dois dialetos regionais: alguns falantes que controlam ambos os dialetos ativamente, e um número maior que têm conhecimento passivo do dialeto vizinho, mas comando ativo de apenas um. Também encontramos na maioria das comunidades de fala formas distintas da mesma língua que coexistem, *grosso modo*, na mesma proporção em todas as sub-regiões geográficas da comunidade. Este é o caso não somente de áreas urbanas como Nova York, Londres ou Paris, mas também em comunidades rurais como Hemnes (Noruega) ou Martha's Vineyard (Massachusetts). Estas formas coexistentes podem ser conhecidas como "estilos", mas também como "padrões",

"gírias", "jargões", "jeito antigo de falar" ("old talk"), "níveis culturais" ou "variedades funcionais". Nos termos do modelo de um sistema lingüístico diferenciado que estamos desenvolvendo, tais formas compartilham as seguintes propriedades:

- (1) Oferecem meios alternativos de dizer "a mesma coisa": ou seja, para cada enunciado em *A* existe um enunciado correspondente em *B* que oferece a mesma informação referencial (é sinônimo) e não pode ser diferenciado exceto em termos da significação global que marca o uso de *B* em contraste com *A*.
- (2) Estão conjuntamente disponíveis a todos os membros (adultos) da comunidade de fala. Alguns falantes podem ser incapazes de produzir enunciados em *A* e *B* com igual competência por causa de algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu status social, mas todos os falantes geralmente têm a capacidade de interpretar enunciados em *A* e *B* e entender a significação da escolha de *A* ou *B* por algum outro falante.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, é possível rastrear uma tendência geral dos lingüistas na Europa e na América a se afastar da unidade psicológica simples do idioleto tal como postulada por Paul Mathesius e seus colegas em Praga usaram uma abordagem multiestratificada para caracterizar sistemas coexistentes na mesma comunidade. Jakobson (1931) declarou que a alternância de estilo é um fato permanente que não compromete a sistematicidade de cada estilo como um objeto da descrição lingüística. Nos Estados Unidos, vimos que Bloomfield considerava a existência de formas arcaicas e inovadoras no mesmo falante. Além disso, Bloomfield foi totalmente capaz de corrigir sua própria opinião anterior de que as complexidades dos estilos de fala "bons" e "ruins" são artefatos das culturas letradas; quando confrontado com a situação dos menomini*, ele reconheceu que estilos hierarquicamente organizados são o produto de processos sociais gerais (1927). Confrontado com a crescente consciência da heterogeneidade da língua usada por cada indivíduo, Bloch procedeu ao desenvolvimento de uma noção do idioleto que representava apenas um dos possíveis sistemas dentro da competência individual (1948: 7).

* Menomini ou menominee: membro de um grupo indígena norte-americano (estado do Wisconsin) (N. do T.).

Hoje pode parecer ingênuo Bloch ter imaginado que poderia evitar encarar os fatos da heterogeneidade limitando o idioleto a um falante e um ouvinte. Se os idioletos de Bloch realmente pudessem alcançar a homogeneidade, então o tópico, a situação e até o tempo teriam que ser rigidamente controlados (Ervin-Tripp 1964; Labov 1966: 90). À medida que foi crescendo a consciência da complexidade do comportamento lingüístico, o domínio do idioleto foi encolhendo — até, finalmente, desaparecer.

Nem todos os lingüistas americanos se consagraram à separação entre os objetos lingüísticos homogêneos e a situações heterogêneas da vida em que eles se localizam. Alguns não se recusaram a descobrir dentro do idioleto uma multiplicidade de camadas. Fries e Pike, em seu artigo “Coexistent Phonemic Systems” (1949), levantaram a possibilidade de que sistematicidade e variabilidade não eram mutuamente excludentes. Embora os autores se restringissem à fonologia, tudo o que disseram sobre sistemas coexistentes poderia ter sido estendido, *mutatis mutandis*, ao resto da língua. O artigo de Fries e Pike não lidava com um exemplo realmente substancial de subsistemas concorrentes; os elementos árabes no suaíli discutidos por Harris (1951), por exemplo, têm muito mais coerência interna do que os poucos elementos espanhóis demarcados por Fries e Pike. Mas o artigo deles marca um real avanço porque fizeram mais do que pôr de lado aqueles elementos como estranhos: viram que poderia haver uma rica variedade de relações sistemáticas dentro de tais sistemas mistos complexos. Tampouco sua inovação foi puramente sincronista: as implicações para a história estavam bastante claras para os autores, muito embora tivessem a cautela de declará-las como meras “suposições”:

No processo de mudança de um sistema fonêmico para um sistema fonêmico diferente da mesma língua, pode haver um tempo durante o qual partes dos dois sistemas existam simultaneamente e em conflito dentro da fala de indivíduos particulares. [...] É impossível oferecer uma descrição puramente sincrônica de um sistema misto complexo; a direção da mudança é uma característica permanente do sistema e precisa também ser conhecida se se desejar ter uma descrição completa da língua enquanto estruturalmente constituída (pp. 41-42).

Por mais estranho que pareça, no entanto, o avanço significativo de Fries e Pike quase não foi utilizado no trabalho histórico concreto. É verdade que seu esquema se tornou uma peça-chave para o estudo

do bilingüismo — especificamente para as descrições “dialingüísticas” que servem como um tipo de especificação da competência de falantes bilíngües (por exemplo, Haugen 1954, 1957; Weinreich 1953, 1957b). Contudo, muito embora a teoria do contato fosse perfeitamente capaz em princípio de lidar com pares de dialetos cronologicamente “marcados”, bem como com o contato entre sistemas mais dissimilares (Weinreich 1953: 2, 94-95), de fato parece não ter ocorrido a ninguém que a teoria pudesse servir como uma base socialmente realista para a investigação da mudança lingüística⁴⁶. Ninguém tampouco sentiu a urgência de testar a opinião de Jakobson de que a alternância de estilo era um aspecto permanente da língua dentro dos poucos estudos existentes de mudança sonora em processo (Gauchat 1905; Hermann 1929).

As descrições mais detalhadas e confiáveis destas formas coexistentes têm sido oferecidas por estudiosos que trabalharam no Oriente Médio e no sul da Ásia. Um rico volume de dados qualitativos e descritivos sobre níveis sociais e estilísticos foi compilado por Ferguson, Gumperz, Bright, McCormack, Kelley, Ramanujan, Levine e outros, e Ferguson e Gumperz conseguiram agrupar este material num conjunto coerente de princípios que têm sido sustentados por estudos ulteriores (Ferguson e Gumperz 1960; ver especialmente a introdução). Bright e Ramanujan (1964) foram os primeiros a desenvolver uma hipótese específica sobre direções diferenciais da mudança lingüística, baseada num modelo multiestratificado de estrutura sociolingüística. Gumperz foi consideravelmente além da simples descrição em seu estudo sobre Hemnesberget: aqui, pela primeira vez, temos dados controlados sobre grupos naturais dentro da comunidade que demonstram de modo conclusivo o mecanismo de alternância entre estratos que estão funcionalmente disponíveis a todos os membros da comunidade (1964). Friedrich (1966) oferece agora a explicação mais detalhada da mudança paralela em sistemas sociais e lingüísticos complexos. Estes estudos empíricos têm confirmado o modelo de um sistema ordenadamente heterogêneo em que a escolha entre alternativas lingüísticas acarreta funções sociais e estilísticas, um sistema que muda acompanhando as mudanças na estrutura social.

⁴⁶ Uma exceção notável é um artigo de Pulgram (1961).

A fim de assegurar a acuidade de nossa orientação, observemos que a história não é a única direção em que se pode aplicar a abordagem lingüística de sistemas coexistentes; o interesse motivador para seu desenvolvimento de fato repousa em outro lugar. Mathesius, cujas reflexões sobre a variabilidade inerente dos subsistemas componentes serão consideradas mais adiante, ofereceu uma distinção sincrônica entre porções de um vocabulário que têm diferentes origens históricas (1934) — uma aplicação que coincidia com o estímulo de Fries e Pike. A concepção multiestratificada também pode ser usada com fins puramente analíticos para representar uma língua como um “diassistema” composto de dialetos-membros (Weinreich 1954). Para que a teoria tenha importância na lingüística histórica, por outro lado, nós especificamos que os estratos que ela encerra, embora funcionalmente distintos, têm mesmo assim de estar funcionalmente disponíveis a um grupo de falantes.

Insistimos na *distintividade funcional* por duas razões. Primeiro, os estratos têm de estar em competição, não em complementaridade. Os subsistemas fonológicos coexistentes descobertos no vocabulário do inglês, do mazateco ou do tcheco são complementares — não existe, em regra, uma escolha por traduzir a mesma palavra em outro sistema. Não constituem, por conseguinte, os estratos em que está interessado o observador da mudança⁴⁷. Em segundo lugar, é necessário fornecer uma descrição rigorosa das condições que governam a alternância dos dois sistemas. Regras desse tipo têm de incluir fatores extralingüísticos como ambientes condicionadores (Geertz 1960; Martin 1964), já que todos os subsistemas paralelos satisfazem as condições lingüísticas. As regras em si, abstraídas de seus elementos ambientais externos, têm de fornecer uma descrição *lingüística* das relações que governam unidades igualmente presentes ao longo dos estratos. Se os subsistemas coexistentes tiverem coerência interna, como discutido, por exemplo, em Gumperz (1964: 140, com referências ulteriores), então um conjunto de regras compartilhará os mesmos ambientes gerais externos⁴⁸.

⁴⁷ Isso não significa negar que competições ocasionais pela “vaga” ocorram entre membros de sistemas complementares, por exemplo, *defendable* ~ *defensible*, *mustache* ~ *moustache*. Quando ocorrem, é possível tirar daí conseqüências dinâmicas correspondentes.

⁴⁸ Em sua análise de um tipo de bidialetalismo historicamente estabilizado (“diglossia”), Ferguson (1959) deu um passo rumo à caracterização lingüística das variáveis. Assim, ele

Queremos também insistir na disponibilidade dos estratos para um grupo real de falantes. Qualquer par de dialetos pode ser colocado sob a rubrica de um único “diassistema”; a operação pode ser executada mesmo sobre dialetos espacialmente não-contíguos, e pode servir ao útil propósito da reconstrução. Mas somente quando um par de dialetos está conjuntamente disponível a um grupo que alterna num vaivém entre eles — mesmo que alguns membros do grupo apenas *ouçam* um dos estilos e nunca o falem — é que a formulação multiestratificada é relevante para se entender a mudança lingüística⁴⁹. Em sociedades urbanas, descobrimos que vários estratos *estão* disponíveis à população como um todo, ao menos no sentido passivo: sua competência inclui a capacidade de decifrar versões alternativas do código.

A concepção multiestratificada da língua, iniciada por Mathesius e Jakobson em Praga, desenvolvida por Fries e Pike na América e atualmente aplicada mais sistematicamente aos estudos sociolingüísticos por Gumperz, abriu novos horizontes para a teoria da mudança lingüística. Ela substituiu o conceito de empréstimo dialetal — em princípio, um evento momentâneo e acidental — pelo conceito de alternância

foi mais longe do que Gumperz (1964), que também contribuiu com dados extremamente valiosos, mas — talvez por causa de uma hesitação em comprometer o rigor estrutural da lingüística ao estendê-lo a objetos multiestratificados — postula um “repertório verbal”, cuja estrutura “difere das gramáticas descritivas [uniestratificadas] ordinárias” (p. 137). As diferenças entre os dois dialetos do hîndi e do norueguês são exemplificadas por Gumperz através de listas frouxas, sem uma tentativa de mostrar por algum tipo de fórmula “diassistêmica” a presença de relações familiares, como correspondências de fonemas dois-a-um ou sincretismos de casos através dos estratos. Note-se, porém, que num trabalho mais recente sobre a situação maratî-kannada em Kupwar (1967), Gumperz explorou as relações sistemáticas dos dois sistemas muito mais profundamente, e seu conceito de um único repertório lingüístico assumiu maior solidez. Para uma articulação ulterior do conceito de *diglossia*, ver Fishman (1967); note-se que existem situações de diglossia em que as camadas *não* estão conjuntamente disponíveis.

⁴⁹ Para uma distinção comparável entre sociedades bilíngües (sem presença necessária de indivíduos bilíngües) e grupos bilíngües em língua materna (com indivíduos bilíngües presentes por definição), ver Weinreich (1953: 88-89). Em seu prefácio àquele livro, Martinet traçou o esboço de uma unificação teórica de três tópicos de estudo: contato lingüístico, dialetologia e alternância de estilo. Infelizmente, essa unificação permaneceu não-implementada por demasiado tempo. Moulton (1962) criticou acertadamente a idéia de fórmulas diassistêmicas sob a alegação de que seriam, na prática, de uma complexidade inadministrável. Contudo, sob a exigência socialmente realista de disponibilidade conjunta dos estratos, tal como proposta aqui, estaríamos lidando normalmente com não mais do que dois ou três estratos por vez; em tal caso, a complexidade da descrição teria menos chance de escapar das nossas mãos. É preciso acrescentar que os postulados dos estratos múltiplos podem ser expressos em qualquer formulação descritiva; para uma abordagem gerativista do fenômeno sintático multiestratificado, ver Klima (1964).

de estilo — em princípio, um fenômeno duradouro e recorrente. Tornou, assim, desnecessária a busca infrutífera (empreendida, por exemplo, por Paul e Bloomfield) de dialetos puros sofrendo mudança sem interferência. Em suma, ela justificou o estudo da mudança lingüística *in vivo* e tornou desnecessário recorrer ao passado, o qual — por mais ricamente registrado e engenhosamente estudado⁵⁰ — nunca pode substituir o presente como laboratório para o lingüista.

A AVALIAÇÃO SUBJETIVA DA ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO. A grande maioria das investigações de comunidades de fala heterogêneas têm sido estudos do comportamento lingüístico: os autores têm objetivado separar os vários níveis e determinar as condições para a escolha dos falantes ou para suas alternâncias entre os níveis. Algumas previsões do curso da mudança lingüística em comunidades multilíngües têm se apoiado inteiramente numa segunda fonte de dados — os fatores demográficos (Deutsch 1953) —, mas a maioria das discussões introduz uma terceira fonte — as atitudes sociais frente à língua (Kelley 1966; Rona 1966). Uma série de investigações sistemáticas dessas atitudes tem sido levada a cabo com considerável engenhosidade por Lambert e seus colegas (1960, 1967) com resultados extremamente regulares: os correlatos subjetivos da alternância de linguagem revelam ser mais uniformes que o próprio comportamento.

A técnica básica de Lambert emprega *matched guises* (*disfarces combinados*) — o mesmo falante é escutado em diferentes momentos falando francês ou inglês, ou hebraico e árabe, ou inglês com ou sem sotaque judaico — e os informantes avaliam essas vozes segundo uma série de traços de personalidade, sem estar cientes de que estão avaliando a mesma pessoa duas vezes⁵¹. Não pode haver dúvidas de que conjuntos de atitudes sociais bem sedimentadas são fatores poderosos na

⁵⁰ Entre os trabalhos que mais admiramos estão Kökeritz (1953) para o inglês e Fónagy (1956) para o francês. Esses brilhantes estudos se baseiam num reconhecimento consciente de que as flutuações bem documentadas e socialmente condicionadas que eles retraçam pertencem aos mecanismos centrais da mudança lingüística, não a algum processo marginal de "mistura de dialetos". Comparado a essas análises, o esquematismo dos neogramáticos e de alguns estruturalistas modernos, gerativistas ou outros, é surpreendentemente anti-histórico.

⁵¹ Portanto, os dados básicos consistem das *diferenças* entre traços de personalidade atribuídos à mesma pessoa em dois "disfarces" diferentes (isto é, falante de francês vs. falante de inglês). Essas reações são, portanto, avaliações do uso de uma língua ou dialeto como um todo. Para as reações subjetivas a variáveis lingüísticas individuais, ver abaixo.

determinação do curso da história da língua em comunidades multilíngües; o caso da Índia (Kelley 1966; Weinreich 1957b) é testemunho suficiente. Numa série posterior de investigações, Lambert descobriu que estudantes anglo-canadenses que compartilham o conjunto de atitudes negativas em relação aos falantes de francês têm muito maior dificuldade em aprender o francês do que os estudantes nos Estados Unidos (1967: 101-102).

Portanto, o estudo do problema da *avaliação* na mudança lingüística é um aspecto essencial da pesquisa que conduz a uma explicação da mudança. Não é difícil ver como traços de personalidade inconscientemente atribuídos a falantes de um dado subsistema determinariam a significação social da alternância para esse subsistema e assim seu desenvolvimento ou obsolescência como um todo. Mas o efeito dos valores sociais sobre o desenvolvimento interno de um sistema lingüístico é uma questão mais difícil, que consideraremos na seção seguinte.

3.3 VARIABILIDADE DENTRO DO SISTEMA

O caráter heterogêneo dos sistemas lingüísticos discutidos até agora é o produto de combinações, alternâncias ou mosaicos de subsistemas distintos, conjuntamente disponíveis. Cada um desses subsistemas é concebido como um corpo coerente e integral de regras do tipo categórico, neogramático: o único aparato teórico adicional necessário é um conjunto de regras que afirmem as condições para a alternância. Embora tais regras possam ser bastante complexas (Geertz 1960; Martin 1964), elas não interferem com o isolamento de um subsistema ou do outro — um procedimento que é típico da abordagem tradicional dos dialetos não-padrão. Tem-se suposto que o lingüista pode abstrair um nível ou subsistema de um tal complexo sem perder qualquer informação necessária para a análise lingüística, e diversos estudos que isolam um de vários desses sistemas conjuntamente disponíveis foram empreendidos sob a suposição adicional de que a única base possível para a descrição é um sistema homogêneo, invariante. Assim, descobrimos que Sivertsen, em seu excelente estudo do inglês *cockney* (1960), fez abstração dos dados reais para oferecer uma descrição homogênea de um *cockney* independente de quaisquer alternâncias com sistemas coexistentes. Bailey fez o mesmo em sua penetrante investigação da sintaxe do crioulo jamaicano (1966). Em

ambos os casos, foi assumido que os elementos variáveis nos dados eram produtos da mistura de dialetos — inserções irregulares da língua-padrão com a qual os falantes estavam em contato. O sistema coerente do *cockney* ou do crioulo foi identificado com o conjunto de variantes que eram as *mais diferentes* da língua-padrão.

Embora estudos isolantes desse tipo possam fornecer valiosos pontos de partida para a análise linguística, na nossa opinião, eles não oferecem nenhuma base racional para a explicação da mudança linguística. Tais abstrações são, sem dúvida, mais *coerentes* do que os dados reais e, portanto, mais indutoras à redação de regras sem exceção. Por outro lado, se alguém tentasse descrever como um falante de *cockney* ou de inglês jamaicano realmente usa a língua, haveria diversas incoerências intrigantes e inexplicáveis nos dados. Tais incoerências seriam explicáveis dentro de um modelo mais adequado de uma língua diferenciada aplicado à comunidade de fala em seu todo, modelo que inclui elementos variáveis dentro do próprio sistema.

3.3.1 Variáveis linguísticas dentro do sistema

Não há dúvida de que o modelo diferenciado de uma comunidade de fala apresentado até agora não é inteiramente adequado para explicar a complexidade de estrutura observada. É verdade que em vários casos encontramos alternância de código regular entre duas estruturas integradas, como na alternância do francês canadense para o inglês. Essa alternância implica uma *estrutural co-ocorrência* entre os elementos e regras linguísticos concernidos. Um *código* ou *sistema* é concebido como um complexo de regras ou categorias inter-relacionadas que não podem ser misturadas aleatoriamente com as regras ou categorias de outro código ou sistema. Assim, por exemplo, alguém diria normalmente em crioulo jamaicano: *im tired a tired*, ou em inglês-padrão: *he's tired, that's all*, mas não: *he's tired a tired*.

A co-ocorrência estrita é frequentemente atribuída às regras de um dialeto, mas as provas raramente são dadas. Um requisito mínimo seria que o analista declarasse que, numa população suficientemente ampla de sentenças, *A* e *A'* estavam associados na mesma sentença, e *B* e *B'*, mas que nenhum exemplo de *A* e *B'* e *A'* e *B* foi encontrado; contudo, esse tipo de declaração raramente é feita.

Já que frequentemente ocorre que os detalhes da situação de alternância não sustentam aquela alegação, o analista é forçado a sustentar que os falantes podem alternar códigos no meio de um enunciado, de uma frase ou de uma oração, não uma vez mas várias vezes. Por exemplo, alega-se que na fala de crianças negras nas cidades do Norte, a cópula não aparece no presente, como em *You a swine*.⁸² Ora, para todos os falantes dessa comunidade, a cópula *is* aparecerá frequentemente nessa porção. Não é incomum encontrar, na interação de grupos de pares mais excitados, enunciados como *Make believe this is a team and this a team!* Alegar que este e centenas de outros exemplos semelhantes são instâncias de alternância de código seria um artefato da teoria e dificilmente uma conclusão inescapável exigida pelos dados.

Para dar conta dessa variação íntima, é necessário introduzir outro conceito no modelo de heterogeneidade ordenada que estamos desenvolvendo aqui: a *variável linguística* — um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra.

A variabilidade inerente dos fenômenos linguísticos foi de interesse considerável para os membros do Círculo de Praga. Em 1911, Mathesius fez objeções à exigência de Paul de que as línguas sejam necessariamente estudadas sob o aspecto de sua homogeneidade. Os linguistas têm esquecido, argumentou Mathesius, que a homogeneidade da língua não é uma "qualidade real dos fenômenos examinados", mas "uma consequência do método empregado" (p. 2). Na realidade, a língua é caracterizada por oscilação sincrônica⁸³ na fala dos indivíduos. O aspecto sistemático (codificado) desta oscilação Mathesius chamou de "potencialidade":

Se qualquer dialeto fosse absolutamente constante do ponto de vista fonético, isso implicaria a constância de seu inventário de sons e da constituição fonética de cada palavra individual; ao contrário, a potencialidade fonética de um dialeto implica potencialidade do inventário *e/ou* de sua distribuição em palavras (pp. 23-24).⁸⁴

⁸² Compare-se Stewart 1966. Para uma análise dos argumentos sintáticos e dados sobre variáveis linguísticas na fala dos negros, ver Labov e Cohen 1967.

⁸³ Seguimos o tradutor-editor, J. Vachek, que interpretou o "estático" de Mathesius como "sincrônico".

⁸⁴ Entre os antecessores de Mathesius, segundo seu próprio comentário, honra especial cabe a Daniel Jones, que tinha caracterizado diferentes estilos de inglês em termos fonéticos.

Mathesius teve o cuidado de deixar claro que a potencialidade que ele discute é primordialmente um fenômeno *sincrônico*. Também pode haver, é claro, oscilação dinâmica (diacrônica), mas

as questões dinâmicas [= diacrônicas] só podem ser resolvidas depois que uma investigação mais cabal em línguas individuais tiver estabelecido firmemente quais fenômenos podem ter sido considerados nelas, num momento dado, como constantes e quais como potenciais. Só então alguém estará em condições de perguntar por quanto tempo um fenômeno potencial α pode ainda ter sido considerado como basicamente o mesmo fenômeno, só ligeiramente afetado por uma mudança de sua potencialidade, e quando já se deve admitir a existência de um novo fenômeno β , substituindo α . As investigações necessárias serão muito difíceis, mas depois de terem sido realizadas estaremos mais bem informados dos fundamentos do que está acontecendo numa língua do que estamos até agora (p. 31).

Os exemplos de Mathesius mostram um claro reconhecimento do problema da transição que esboçamos acima; contudo, não mostram que ele tenha tido êxito em integrar sua noção de "potencialidade" numa descrição sistemática da língua. Esses exemplos mostram uma distribuição quase-aleatória de extensão ou oscilação de opções gramaticais — variação sem direção. A ênfase está na variabilidade do indivíduo em vez de nas regularidades inerentes em tal variação.

Os autores da escola de Praga continuaram, nas duas últimas décadas, a desenvolver seu interesse pela variabilidade e pela mudança contínua. Estamos particularmente impressionados com os ensaios de Neustupný (1961, 1966), reformulando as opiniões de V. Skalička, e que apresentam críticas penetrantes ao rígido arcabouço categorial normalmente empregado pelos lingüistas. Neustupný insiste no reconhecimento do caráter complexo das categorias lingüísticas e da importância de elementos marginais e periféricos; ele não deixa de sublinhar a importância destes conceitos para a teoria da mudança lingüística:

Classes fechadas não admitem a transição de um fonema para outro [...] Não foi por acaso que R. Jakobson [...] postulou para a mudança fonológica o caráter de saltos absolutos. Contudo, o método descrito pode explicar a mudança pelo desenvolvimento interno, gradual dentro de uma classe fonológica ou grupo de classes (1961: 16).

Os estudos de mudança histórica empreendidos por Vachek (1964a) contribuíram muito para nosso entendimento do papel dos elementos

periféricos e sua falta de integração sistemática, em termos totalmente consistentes com as opiniões de Martinet. Mas, apesar de nossa profunda simpatia teórica pela posição da Escola de Praga, é preciso reconhecer que seus membros não apresentaram suas opiniões com uma precisão formal adequada para a complexidade dos dados lingüísticos. Tampouco desenvolveram métodos empíricos para trabalhar dentro da comunidade de fala, o que lhes permitiria investigar os processos de mudança contínua de maneira convincente⁵⁵. É, portanto, compreensível que esses escritos não tenham tido o impacto sobre o cenário americano que sua importância teórica teria permitido. Certamente não basta apontar a existência ou a importância da variabilidade: é necessário lidar com os fatos de variabilidade com precisão suficiente para nos permitir incorporá-los em nossas análises da estrutura lingüística.

Uma variável lingüística tem de ser definida sob condições estritas para que seja parte da estrutura lingüística; de outro modo, se estará simplesmente escancarando a porta para regras em que "freqüentemente", "ocasionalmente" ou "às vezes" se aplicam. A evidência quantitativa para a *co-variação* entre a variável em questão e algum outro elemento lingüístico ou extralingüístico oferece uma condição necessária para admitir tal unidade estrutural. A *co-variação* pode ser oposta à *co-ocorrência estrita*, ou a co-ocorrência pode ser concebida como o caso-limite da co-variação. Provas das relações de co-ocorrência estrita podem emergir, de fato, de uma investigação quantitativa do tipo que oferece provas de co-variação. Todas as regras podem ser consideradas como sendo da seguinte forma:

$$(1) A \rightarrow g[B] / X \left[\begin{array}{c} \bar{Z} \end{array} \right] Y$$

$$(2) g[B] = f(C, D, E, \dots)$$

onde B é um ou mais traços de A , e C , D e E são variáveis lingüísticas ou extralingüísticas. A expressão $g[B]$ é a *variável lingüística* definida

⁵⁵ Vachek, por exemplo, se baseia numa miscelânea de observações fonéticas coletadas na literatura para argumentar que [W] ([w] surdo) foi e é agora oposto a [hw] como uma variável social e estilística (1964a: 29-46) e esta proposta constitui a base para sua análise dos desenvolvimentos lingüísticos.

pela regra, normalmente notada (B). Assim, a variabilidade da pronúncia do *r* na cidade de Nova York pode ser representada:

$$(3) /r/ \rightarrow g[r] / - \left\{ \begin{matrix} K \\ \# \end{matrix} \right\}$$

$$(4) g[r] = f(\text{estilo, classe, idade})^{56}.$$

Em (3), a categoria */r/* é reescrita como a variável (*r*) em posição final e pré-consonantal, equivalente à frequência da consoante suprimida [*r*], uma função de estilo, classe e faixa etária do falante.

A regra categórica usual tem o valor de *g* colocado em 1. Quando sistemas inteiros de variáveis co-variam juntos, o valor da função controladora *g* é idêntico para cada regra que diferencia os sistemas. O valor de *g* pode também ser idiossincrático para uma variável particular, mas relacionado com outras variáveis de maneira mais ou menos regular. O sistema heterogêneo é então visto como um conjunto de subsistemas que se alternam de acordo com um conjunto de regras co-ocorrentes, enquanto dentro de cada um desses subsistemas podemos encontrar variáveis individuais que co-variam mas não co-ocorrem estritamente. Cada uma dessas variáveis acabará sendo definida por funções de variáveis independentes extralingüísticas ou lingüísticas, mas essas funções não precisam ser independentes umas das outras. Pelo contrário, normalmente se esperaria encontrar íntima co-variação entre as variáveis lingüísticas.

O PROBLEMA DA TRANSIÇÃO. Qualquer estudo atento da transição de um sistema lingüístico para outro exigirá a determinação do valor de uma variável lingüística. É possível, obviamente, que uma mudança lingüística ocorra como um passo discreto — uma mutação simultânea de gramáticas por parte de grande número de falantes, apesar das dificuldades postuladas acima (§ 2.41). Contudo, as mudanças que

⁵⁶ Uma regra prévia desenvolve o */r/* em *bird, work, shirt* numa direção diferente e, assim, (3) não se aplica a esta classe (Labov 1960: 337-342). Um conjunto algo diferente de convenções formais para regras variáveis, incorporando os mesmos princípios gerais, é apresentado em Labov, Cohen, Robins e Lewis (1968); estes lidam primordialmente com as variáveis consonantais de dois valores do inglês negro não-padrão com considerável condicionamento contextual e gramatical, encaixadas num conjunto mais abrangente de dezesseis regras fonológicas do inglês. As regras dadas aqui simbolizam as relações de variáveis de múltiplos valores dentro de um espaço vocálico cartesiano, relações que estão no momento sendo investigadas num estudo instrumental de mudança sonora em progresso.

têm sido estudadas mais de perto (p. ex., Gauchat 1905; Hermann 1929; Reichstein 1960; Labov 1963, 1966) mostram transições contínuas nas frequências e valores modais de formas. Assim, podemos escrever para a comunidade de Charmey estudada por Gauchat:

$$(5) \epsilon \rightarrow g[\epsilon^i]$$

$$(6) g = f(\text{tempo}),$$

isto é, a variável (*ey*) representando a ditongação de [*e*] é uma função do tempo. A variável independente *tempo* é freqüentemente inferida somente de um estudo de distribuição através das faixas etárias; este foi de fato o caso com Gauchat, que realmente só mostrou isto:

$$(6) g = f(\text{idade}).$$

O trabalho de Hermann, uma geração depois, trouxe os dados necessários para nos movermos das observações de faixas etárias para afirmações sobre o tempo real, pois o ditongo [*e*ⁱ] de fato não se tornou geral por toda a população. Em outros casos, estudos quantitativos detalhados de distribuição pelas faixas etárias serviram para suplementar observações mais fragmentárias feitas uma geração antes com o intuito de fornecer o necessário ponto de ancoragem e fazer uma distinção entre o aumento de idade e o processo de mudança lingüística.

Se a variável lingüística fosse uma simples distribuição pelas faixas etárias, então o processo de transferência de um grupo de falantes para outro um pouco mais jovem seria um fato misterioso, mais fácil de notar do que de explicar. Podemos postular uma intrincada série de empréstimos (Bloomfield 1933: 403) ou alegar, com Halle, que as gramáticas de falantes mais jovens são reconstruídas ao longo de linhas mais simples com conseqüentes mutações nas regras (§ 2.41 acima). No entanto, os casos que têm sido estudados mais cuidadosamente mostram a variável como uma função de estilo tanto quanto de idade, mesmo nos estágios iniciais. Verificamos que falantes com baixa escolarização, que mostram pouca consciência da própria fala e nenhuma correção nos estilos formais, ainda assim exibirão uma diferenciação estilística entre modos arcaicos e inovadores. Por exemplo, falantes operários de Nova York usam vogais ligeiramente mais altas em *coffee, more, lost* em expressões enfáticas e afetivas, embora não passem a vogais mais baixas em estilo formal como fazem os

falantes de classe média (Labov 1966: 256). Observamos, assim, na fala deles a diferenciação de variantes inovadoras e arcaicas desta variável (oh):

$$(7) (oh) = f(\text{idade, estilo}).$$

O PROBLEMA DO ENCAIXAMENTO. Os lingüistas naturalmente desconfiam de qualquer explicação da mudança que deixe de mostrar a influência do ambiente estrutural sobre o traço em questão: é razoável presumir que o aspecto está encaixado numa matriz lingüística que muda com ele. Além disso, podemos argumentar que fatores externos têm menos efeito sobre um traço que é membro de um sistema em equilíbrio do que sobre traços isolados. Estudos detalhados de co-variação íntima entre variáveis lingüísticas em processo de mudança oferecem a evidência empírica mais persuasiva de tais efeitos sistemáticos, embora explicações de mudanças completadas não deixem de ter valor neste particular.

Assim, no sistema de vogais da cidade de Nova York (Labov 1966: 507ss.), encontramos uma variável (ah), representando o grau de posteriorização da vogal longa e *ingliding* em *father*, *pa*, *car*, *guard*, *bar*. Esta variável é uma função de outra variável lingüística (oh), mencionada acima. Podemos representar esta co-variação pela notação abreviada:

$$(8) (ah) = f(oh).$$

Esta expressão pode ser relacionada a uma notação mais analítica de traço no ponto onde o conjunto binário de traços numa fonologia gerativa é substituído por um conjunto menor de dimensões lineares. Por razões esboçadas acima (§2.41), o aparato de traços distintivos tem de ser substituído aqui por um conjunto homogêneo de dimensões que definem localizações no espaço fonológico; contudo, não podemos delinear a base quantitativa para tais dimensões aqui e, portanto, conservaremos o binário. As regras dadas abaixo se aplicam somente a vogais tensas geradas num sistema sem-*r* depois que [r] se torna vocalizado e precedendo vogais alongadas, e portanto os traços [+tenso, +vocálico, -consonantal] são entendidos para cada segmento com que se operou⁵⁷.

⁵⁷ A fim de interpretar as regras (11) e (13), é preciso entender o traço [grave] como equivalente à dimensão de anterioridade e posterioridade, e [compacto] como equivalente à dimensão de altura; estas duas dimensões formam um espaço cartesiano em que a distância

A regra (9) define a variável (oh), e (10) define (ah). O *status* sistemático de (ah) é estabelecido por (11), pois, sem este relacionamento, (10) declararia meramente que a gravidade de (ah) varia.

$$(9) \begin{array}{c} \bar{\alpha} \\ [+comp. \\ -dif. \\ +arredond.] \end{array} \rightarrow \begin{array}{c} (oh) \\ [\alpha comp. \\ \rho arredond.] \end{array} / [+grave]$$

onde $1 \leq \alpha \leq 5$ e $\rho = \kappa\alpha$

$$(10) \begin{array}{c} \bar{a} \\ [+grave] \end{array} \rightarrow \begin{array}{c} (ah) \\ [\gamma grave] \end{array} / \begin{array}{c} [+comp. \\ -dif. \\ -arredond.] \end{array}$$

$$(11) \gamma = f[\alpha] = \sqrt{\kappa^2 - \alpha^2} \quad \text{i.e., } (ah) = f(oh)$$

Regras como (11) não são predições sobre enunciados individuais de falantes individuais. Um grande número de pequenos efeitos contribui para um nível básico de flutuação que torna tais predições impossíveis. Mas o nível de flutuação ou de variabilidade aleatória é relativamente baixo: (11) se aplica a pequenas quantidades de enunciados de pequenas quantidades de falantes⁵⁸, de tal modo que o valor médio da variável se aproxima do limite predito pela regra. Assim, (11) é uma regra de gramática de uma comunidade de fala, não de um idioleto.

Quando observamos mais profundamente o sistema de vogais longas e *inglidings*, verificamos que (ah) pode ser determinada por uma regra mais simples e mais precisa envolvendo uma terceira variável (eh), a altura da vogal em *bad*, *bared*, *dance*. Podemos substituir a fórmula de distância de (11) por

$$(12) \begin{array}{c} \bar{a} \\ [+comp.] \\ [-dif.] \end{array} \rightarrow \begin{array}{c} (eh) \\ [\beta comp.] \end{array} / \begin{array}{c} [-grave \\ -arredond.] \end{array}$$

entre dois pares de coordenadas pode ser interpretado como uma linha reta. O uso da notação variável é aqui, naturalmente, estendido além da escolha binária de + ou - para indicar uma série linear de valores da mesma maneira que o tratamento do acento na atual fonologia gerativa. Se as dimensões indicadas pelos traços são ou não contínuas ou discretas é algo que não se decide aqui e que não é crucial para o argumento. (11) representa a descoberta de que a distância entre (ah) e (oh) tende a ser constante.

⁵⁸ Descobrimos, por exemplo, que valores estáveis consistentes com a estrutura global

(13) $\gamma = f'(\alpha, \beta) = \kappa'(\beta - \alpha)$ i.e., (ah) = $g'((eh) (oh))$.

A regra (13) declara que se (eh) é mais alta que (oh), então (ah) é relativamente frontal; mas se (oh) é mais alta que (eh), (ah) se move para trás.

Vogais de outros subsistemas estão igualmente envolvidas: (ah) exhibe estrita co-ocorrência com (ay), que representa a posteriorização do primeiro elemento da vogal em *my*, *side*⁵⁹.

(14) (ah) = (ay) = $g'((eh) (oh))$.

Nenhuma regra de traço adicional é necessária aqui, já que (ay) é equivalente a [ɣ grave] e portanto é governada por (11). Similarmente, (oy), a altura da vogal em *boy*, *Lloyd*, mostra estrita co-ocorrência com (oh) no vernáculo básico, e não exige nenhum tratamento adicional⁶⁰. Contudo, o relacionamento entre (ah) e (aw), a posteriorização da vogal em *now*, *mouth*, não é de co-ocorrência estrita. Como consequência de sua posição estrutural no subsistema posterior-*upgliding*, (aw) co-varia inversamente com (ah) e (ay) (Labov 1966: 540). Em sua forma mais simples, esta relação seria expressa por (10'), que precederia (10)⁶¹:

(10') [+grave] → [-ɣ grave] / $\left[\begin{array}{l} +\text{comp.} \\ -\text{dif.} \\ -\text{arredond} \end{array} \right] \left[\begin{array}{l} -\text{comp.} \\ +\text{grave} \\ +\text{arredond} \\ -\text{cons.} \end{array} \right]$

consistente são derivados de grupos com apenas cinco falantes com cinco a dez enunciados cada (Labov 1966: 113-131, 207-237).

⁵⁹ Antes de obstruintes sonoras e finais, (ay) tem o mesmo núcleo tenso de (ah). Os dados sobre a situação antes das obstruintes surdas ainda são inadequados para especificar mais precisamente estas regras. A notação binária usada para as variáveis aqui não é feliz, já que parece certo que (ay) e (oy) devem ser analisados como dois segmentos no *output* fonêmico, mas (ah) e (oh) como um segmento.

⁶⁰ Note-se, porém, que em estilos formais (oh) e (oy) são tratados diferentemente. A correção irregular de (oh), baixando de [u^h] para [o] ou mesmo [ɔ] não se aplica a (oy) de nenhum modo. Portanto, não é raro ouvir enunciados como [ðæts ɒl mɔɪ bu^h], mas *boy* nunca aparece como [bɔ^h]. As regras dadas aqui se aplicam ao nível mais sistemático do dialeto de Nova York, o vernáculo básico; como notado abaixo, a correção social se aplica menos sistematicamente a palavras e sons particulares, mas raramente a traços.

⁶¹ Considerações de simplicidade nos levariam a este ordenamento. Contudo, estudos ulteriores da posteriorização de (aw) podem indicar que ela é menos avançada e é uma generalização tardia de (ay). Note-se que este dialeto difere do dialeto da Filadélfia usado por Chomsky em que *my* e *now* originalmente compartilhavam o mesmo núcleo baixo-cen-

A extraordinária complexidade das relações de (ah), (oh) e o resto ilustra a riqueza de argumentos de natureza puramente lingüística que pode ser chamada a incidir sobre os problemas da estrutura lingüística dentro de um modelo diferenciado. Mas aqui há também pesadas implicações para a teoria da mudança lingüística. Parece que o primeiro passo nesta cadeia complexa de relações foi o alçamento de (eh), acarretando o alçamento paralelo (generalizado) de (oh), que levou a uma posteriorização associada de (ah) e a um alçamento paralelo de (oy). A posteriorização de (ah) e o alçamento de (oy) induziram uma posteriorização de (ay), que foi acompanhada de uma anteriorização oposta de (aw). Esta seqüência de eventos pode ser sustentada por números em sua distribuição ao longo de várias faixas etárias da população, e por evidência independente provida de estudos anteriores (Labov 1966: 559-564).

Esta cadeia de eventos indica que as relações estruturais dentro da língua não têm o caráter imediato, categórico e instantâneo que às vezes fica implicado em discussões do modelo homogêneo. É verdade que o alçamento de (eh) levou ao alçamento de (oh): reconhecemos a simetria anterior-posterior como uma das condições quase universais da mudança lingüística. Mas a generalização não ocorreu instantaneamente; pelo contrário, três ou quatro décadas se passaram antes que o alçamento de (oh) chegasse a seu pleno alcance. As mudanças associadas mostram atrasos semelhantes que podem ser traçados nos dados. Por conseguinte, vemos que algumas relações estruturais são mais remotas e menos imperiosas que outras; uma conclusão óbvia, do bom senso, mas com a qual é difícil lidar sem incluir variáveis lingüísticas em nossa visão da estrutura.

As relações internas de (eh), (oh), (ah), (ay), (aw) e (oy) são complexas o bastante para satisfazer qualquer exigência de demonstração do caráter sistemático dos sistemas fonológicos. Mas não explicam o processo de mudança lingüística envolvido. Dado o fato de que γ é dependente de α e β , e que α é com efeito parcialmente dependente de β , precisamos ainda explicar o comportamento de β . Esta variável mostra o comportamento mais complexo e o maior

tral e não eram diferenciados como [mɔ^h] e [næ^h]. Para a base sistemática da posteriorização de [aw] em termos de subsistema posterior-*upgliding*, ver Labov (1966: 540).

número de determinantes. Não é possível dizer que ela é, por seu turno, dependente de outra variável lingüística. O sistema de mudanças não é mutuamente determinante; a evidência, em vez disso, aponta para

(15) (eh) = [β comp.] = f(idade, estilo, sexo, grupo étnico).

Embora α, o traço variável de (oh), não seja independente de β, ele mostra também um amplo espectro de determinantes sociais por uma regra semelhante (Labov 1966: 254-258, 292-315). Lingüistas que desejam evitar o estudo dos fatores sociais não conseguirão avançar muito fundo neste sistema: existe uma matriz social em que a mudança está encaixada, tanto quanto uma matriz lingüística. Relações dentro do contexto social não são menos complexas do que as relações lingüísticas que acabamos de delinear, e técnicas sofisticadas são exigidas para sua análise. Mas, por diversas razões, os lingüistas não procuraram a explicação da mudança lingüística nesta área com a energia e a competência requeridas. Na seção seguinte, consideraremos brevemente o pano de fundo histórico dessa relutância.

O PROBLEMA DO ENCAIXAMENTO: A NECESSIDADE DE UM REALISMO SOCIAL. Uma das primeiras e mais eloqüentes reivindicações em favor do papel de fatores sociais na mudança lingüística foi feita por Meillet:

A língua é uma instituição com autonomia própria; deve-se determinar portanto as condições gerais de desenvolvimento a partir de um ponto de vista puramente lingüístico; [...] mas como a língua é [também] uma instituição social, disso decorre que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar a fim de explicar a mudança lingüística é a mudança social, da qual as variações lingüísticas são somente as conseqüências — às vezes imediatas e diretas e, no mais das vezes, mediatas e indiretas (1906a: 17).

Se as tentativas do século XIX de explicar a mudança lingüística deram em nada, julgava Meillet, foi porque as leis com que elas operavam afirmavam apenas as possibilidades e não as necessidades de desenvolvimento. A forma mais poderosa de explicação viria de uma análise das condições sociais.

Mas, para Meillet, isso continuava sendo, em grande medida, um conjunto de *desiderata*. Quando ele se aventurou numa exploração concreta de fatores sociais, foi no domínio “tranquilo” da mudança lexical (1906b); mesmo ali, ele lidou com o passado remoto, e o único

processo socialmente determinado que considerou foi a formação de vocabulários comerciais especializados e sua introdução de palavras na circulação geral.

No estudo histórico de domínios de linguagem mais intimamente lingüísticos, a fonologia e a sintaxe, a referência a fatores sociais nunca esteve, é claro, completamente ausente da literatura: Wyld (1936), por exemplo, baseou suas conclusões sobre a história do inglês em cartas e documentos escritos por uma ampla gama de classes sociais inglesas; Joos (1952) argumentou convincentemente que a marcação de prestígio diferencial é essencial para explicar a “deriva fonética” no francês antigo; os trabalhos exemplares de Kökeritz (1953) e Fónagy (1956) penetram fundo no contexto social da mudança histórica. Mas, do ponto de vista de uma teoria lingüística organizada e cumulativa, essas contribuições permanecem periféricas. Nas cidades da teoria, desenvolvia-se uma proporção inversa entre os graus em que uma explicação da mudança podia ser considerada como lingüística ou social. Meillet (1906a), ainda não disciplinado pelo purismo estruturalista, advogava por explicações lingüístico-sociais; teóricos mais modernos, estimulados pelo êxito crescente das explicações estruturais, compreensivelmente consideravam as excursões na matriz social da língua como amadorísticas, na comparação. Uma posição radical foi assumida por Kurylowicz: “É preciso explicar os fatos lingüísticos com outros fatos lingüísticos, não com fatos heterogêneos. [...] A explicação por meio de fatos sociais é um descarrilamento metodológico” (*Lingua* 1.84 [1948]; citado por Pulgram 1961: 324 n.). Para Kurylowicz, até mesmo a influência de outras línguas era irrelevante: “a teoria do substrato [...] não tem qualquer importância para o lingüista”. Uma delimitação diferente, e menos refratária, do domínio da lingüística foi traçada por Martinet (1955: 190-195).

A aversão pelo sociologismo amadorístico demonstrada por Kurylowicz, Martinet e outros pode ter sido justificada pelos fatos então disponíveis. Acreditamos, no entanto, que, como resultado de estudos recentes das complexas estruturas sociolingüísticas do inglês americano que vimos citando, uma posição de agnosticismo sociológico na lingüística estrutural se tornou obsoleta. Fatores sociológicos, solidamente formulados, vêm sendo agora aduzidos para explicar distribuições e mutações em fenômenos lingüísticos que, de um ponto de vista

estrutural, teriam sido vistos como aleatórios. Segue-se daí que o linguista esclarecido que examinar a mudança linguística achará difícil evitar a ampliação de sua área de competência ou o recrutamento de colegas para que forneçam novas fontes de dados confiáveis.

Grande número das variáveis linguísticas que têm sido estudadas revelam uma complexa *estrutura sociolinguística*, na qual o valor da variável é determinado por diversos fatores sociais e linguísticos tal como sugerido pelas regras esquemáticas (3)-(4) acima. A interpretação dos dados em termos de mudança linguística depende da inteira estrutura sociolinguística, e não simplesmente da distribuição no tempo aparente ou real. A variável (r) na cidade de Nova York oferece um bom exemplo da complexidade dos dados exigidos para a análise da mudança linguística em progresso.

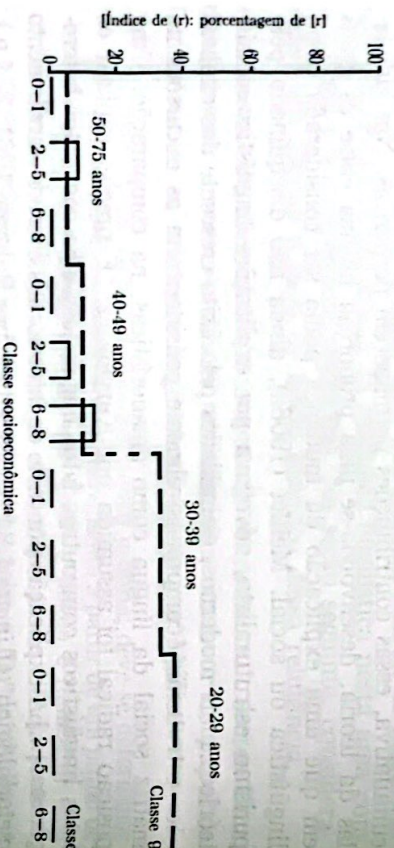


FIGURA 2. ESTRATIFICAÇÃO POR CLASSE DO (r) NA FALA INFORMAL SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA DE FALANTES ADULTOS NATIVOS DE NOVA YORK

A Figura 2 mostra os índices médios de (r) — a frequência do [r] suprimido em posição final e pré-consonantal — para um número de subgrupos entre falantes adultos nativos de Nova York em fala informal. Ao longo do eixo horizontal, estão quatro faixas etárias, cada uma subdividida em níveis socioeconômicos 0-1, 2-5 e 6-8, informalmente rotulados como “classe baixa”, “classe operária” e “classe média-alta”. O nível do grupo socioeconômico mais alto, o 9, “classe média-alta”, é indicado por uma linha tracejada. Não existe nenhuma tendência geral rumo a um aumento da pronúncia do r, a grande maioria dos nova-iorquinos permanece sem-r, como se pode ouvir a

qualquer momento pelas ruas da cidade. O que a Figura 2 mostra é um aumento na *estratificação* de (r): a distância entre a classe média-alta e o resto da população está aumentando. Para os grupos etários mais velhos, não existe um padrão particular na distribuição de (r): para os grupos mais jovens, o [r] evidentemente adquiriu a significação social de uma pronúncia prestigiosa⁶².

A Figura 3 sintetiza a situação em todas as faixas etárias e acrescenta dados sobre uma ampla gama de estilos. O eixo horizontal mostra a fala informal, estilo A, à esquerda, seguida por estilos em que cada vez mais atenção é dada à fala: na extrema direita está o contexto de pares mínimos em que a variável fonológica mesma é o foco da atenção (*god* vs. *guard*). O *status* de [r] como marcador de prestígio é indicado aqui pela direção ascendente geral de todos os subgrupos, de contextos informais para formais. A classe 6-8, em particular, mostra um aumento extremamente rápido, ultrapassando o nível da classe 9 nos estilos mais formais. (Para mais detalhes, ver Labov 1966: 237-249, 342-355.)

Como um linguista socialmente agnóstico reage a esses fatos? Que estamos lidando com uma mudança em progresso fica óbvio pela nítida divisão geracional exibida na Figura 2 e independentemente confirmada de vários outros modos que não podemos desenvolver aqui. Também fica evidente que o comportamento dos subgrupos socioeconômicos é diferenciado (ver pp. 154-204 para os procedimentos de amostragem). Um linguista que exclui fatores sociológicos teria de lidar com o inglês nova-iorquino como um feixe de dialetos separados que fortuitamente estão mudando em paralelo, ou, desprezando a diferenciação socioeconômica, considerá-lo como um objeto único caracterizado por intensa variação livre⁶³. Qualquer das atitudes, no entanto, o *privaria da explicação* mais óbvia para o comportamento da maioria — o fato de que a mudança se origina no subgrupo de

⁶² Essa mudança parece marcar uma nítida ruptura entre os nascidos em 1923 e antes e os nascidos depois. O desenvolvimento explícito do novo padrão de prestígio parece ter seguido de perto o final da II Guerra mundial. Não é incomum hoje em dia encontrar falantes adolescentes da classe média-alta que são quase consistentes na pronúncia do r. Para o problema da difusão de um padrão de prestígio por toda uma população, ver Labov (1966b).
⁶³ Esta foi de fato a alternativa selecionada por vários investigadores da fala de Nova York nos anos 1940 e 1950 (Labov 1966: 35-38).

posição mais elevada. E seguramente o comportamento de cada classe nos diversos estilos não é uma alternância indiferente entre estilos *aleatórios*: o caráter de (r) como traço de prestígio é confirmado por toda a rede de disparidades estilísticas e sociais.

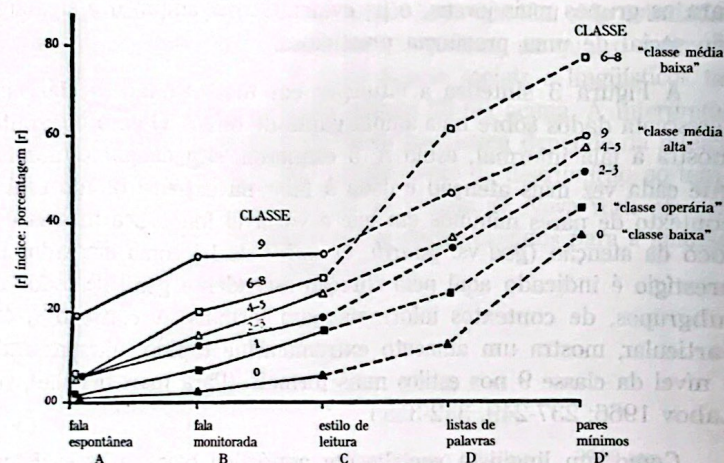


FIGURA 3: ESTRATIFICAÇÃO POR ESTILO E CLASSE DE (R) EM FALANTES NATIVOS ADULTOS DE NOVA YORK

Finalmente, para sublinhar o alto nível de organização estrutural neste diagrama, consideremos aquilo que aparece, à primeira vista, como uma irregularidade aleatória da Figura 3: o "pulo para cima" das classes 6-8 nos estilos D e D'. Em qualquer dos casos, tal aspecto permaneceria como um desvio inexplicável em relação ao padrão estrutural. No entanto, observamos o segundo grupo de *status* mais elevado trocando de posição com o grupo de *status* mais elevado no estilo formal também em dois outros casos de mudança lingüística em progresso⁶⁴. Este padrão de "hipercorreção" também ocorre no estudo independente de Levine e Crockett sobre a pronúncia do r na Carolina do Norte (1966: 223, cf. Tabela 7, "Educação"). Há razões para acreditar que tal hipercorreção é um mecanismo importante na transmissão para baixo de um padrão de prestígio e para a completação da mudança lingüística (Labov 1966b).

⁶⁴ É o caso com (eh) e (oh) discutido acima, mas não com (th) e (dh), que não estão envolvidos em mudança.

A AVALIAÇÃO DAS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS. Na seção 3.14 consideramos o problema da avaliação em relação à alternância de códigos ou sistemas coexistentes dentro de uma estrutura lingüística heterogênea. A avaliação de variáveis lingüísticas individuais coloca alguns problemas especiais, mas tem se feito considerável progresso em sua solução (Labov 1966: 405ss.). Os "matched guises" apresentados aos ouvintes têm de ser controlados de modo a diferir somente na única variável lingüística sob consideração.

A avaliação social do (r) em Nova York foi estudada em pormenor: os resultados indicam um extraordinário grau de concordância nas reações subjetivas a (r) como uma norma de prestígio [de classe média]. Mas esta concordância é característica somente do grupo etário mais jovem. Em sujeitos com mais de 40 anos, há uma variação considerável nas reações subjetivas; mas todos os sujeitos abaixo dos 40 concordam em sua avaliação positiva [não-consciente] do [r]. A comparação da Figura 4 com a Figura 2 mostra que esta mudança categórica na avaliação coincide com o aumento na estratificação de (r) discutida acima. A mudança é mais notável na dimensão da avaliação social do que no padrão de comportamento lingüístico.

Na Figura 4 estamos lidando com reações avaliativas sistemáticas a traços lingüísticos que o ouvinte não consegue perceber conscientemente. Esta avaliação sistemática está regularmente associada a variáveis lingüísticas que exibem estratificação estilística e social. Para algumas variáveis, o nível de consciência social é tão elevado que elas se tornam tópicos salientes em qualquer discussão sobre a fala. Estes "estereótipos" lingüísticos não estão relacionados ao comportamento lingüístico de modo um-a-um; eles estão agudamente concentrados em itens lexicais individuais mais do que em categorias abstratas. A correção nos estilos formais associada a tais estereótipos é extrema mas bizarra em sua distribuição, e é acompanhada por uma considerável tensão psicológica na maioria dos falantes: os resultados são o conjunto assistemático e instável de contrastes característicos da linguagem formal. Assim, as palavras *aunt* ou *vase* inseridas num texto para leitura causam extraordinária vacilação e confusão⁶⁵; as vogais (oh)

⁶⁵ Assim um falante resolve a confusão: "These large ones are my [voziz] but these small ones are my [veziz]".

pesadamente marcadas em *office*, *chocolate* e *coffee* são irregularmente rebaixadas para [o] e, assim, contrastam debilmente com [a] e [ɔ]; falantes que usam [aʷ] em *bird* ridiculizam o estereótipo [ɔ] que eles percebem no *bird* de outros; muitos que usam altas porcentagens de oclusivas lenizadas para as fricativas interdentais ficam profundamente magoados se lhes é dito que têm problemas com seus *dents* e *doses*⁶⁶.

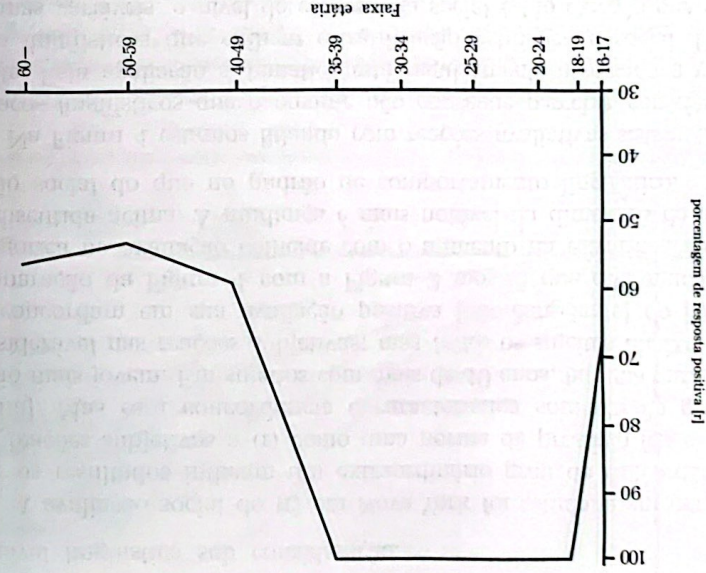


FIGURA 4. AVALIAÇÃO SUBJETIVA DE (R) POR IDADE ENTRE FALANTES NATIVOS DE NOVA YORK

A investigação destas percepções sociais oferece um rico volume de dados sobre estágios recentes da mudança linguística, embora não revele os aspectos mais sistemáticos da evolução linguística. A correção social explícita é esporádica tão logo os falantes — quando uma variável linguística adquire importância social — substituem a norma de prestígio pelo vernáculo básico como um controle no audiomonitoramento. A disjunção entre produção e percepção, tal como estudada por meio dos testes de auto-avaliação (Labov 1966: 455-480), oferece mais um caminho para a análise da mudança em progresso.

⁶⁶ Ver Whyte (1943: 346) para um exemplo dramático.

O estudo de declarações explícitas sobre a língua suscita diversos *insights* acerca dos fatores sociais que pesam sobre a mudança linguística, e acerca das fontes de irregularidade que perturbam o curso da mudança sonora; mas relacionar estes dados à evolução do vernáculo básico é uma tarefa que exige um conhecimento detalhado da comunidade de fala e uma considerável sofisticação sociolinguística.

3.4 PRINCÍPIOS EMPÍRICOS PARA A TEORIA DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Na terceira parte deste ensaio, apresentamos alguns achados empíricos que têm importância para a teoria da mudança linguística, e também algumas conclusões extraídas destes dados acerca da complexidade mínima de uma teoria da estrutura linguística que pode explicar esta mudança. Também nos preocupamos com a relação entre a evidência empírica — ou seja, evidência baseada em regras para a concordância intersubjetiva. Nesta seção final, vamos sintetizar alguns princípios concernentes aos fundamentos empíricos para uma teoria da mudança; organizaremos a discussão, como fizemos anteriormente, em termos dos problemas a serem resolvidos.

O PROBLEMA DOS FATORES CONDICIONANTES. Sugerimos que um possível objetivo para uma teoria da mudança é determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança; na medida em que tal programa deriva de um estudo minucioso de mudanças em progresso, acreditamos que é possível avançar. Um desses fatores condicionantes gerais parece se aplicar a áreas em que um sistema de dois fonemas está em contato com um sistema de um fonema fundido: argumentamos que, exceto sob determinadas condições especiais, a direção da mudança será em favor do sistema de um fonema. Observamos, como outro exemplo, diversos casos de cadeias de mudança correlatas em que vogais [tensas] periféricas se elevam, mas nenhuma na direção contrária.

Podemos também observar que nem toda combinação de fatores linguísticos e sociais tem sido observada em estudos até o momento, nem tem sido observada toda possível combinação de variáveis linguísticas. Em nenhum caso, por exemplo, encontramos uma variável que se originou como um estereótipo social com estratifica-

ção estilística e, num estágio posterior, emergiu como uma variável social sem troca estilística.

O PROBLEMA DA TRANSIÇÃO. Todas as mudanças submetidas ao exame empírico cuidadoso até agora têm mostrado distribuição contínua através de sucessivas faixas etárias da população. Entre quaisquer dois estágios observados de uma mudança em progresso, normalmente se tentaria descobrir o estágio interveniente que define a trilha pela qual a estrutura *A* evoluiu para a estrutura *B*.

Descobrimos que a teoria da mudança lingüística pode aprender mais com os assim chamados dialetos transicionais do que com os dialetos "nucleares" ["core"] (Herzog 1965: 1-5). De fato, ganha-se mais considerando-se todo dialeto como transicional. Por conseguinte, não há qualquer necessidade de distinguir entre mudança intradialetal e mistura de dialetos [conjuntamente disponíveis].

Ao considerar alguns subsistemas ou variáveis como marcados pelo traço arcaico/inovador, a teoria da língua pode observar a mudança lingüística enquanto ocorre. Pela observação *in vivo*, podemos aprender coisas sobre a mudança lingüística que estão simplesmente perdidas nos monumentos do passado.

Esta transição ou transferência de traços de um falante para outro parece ocorrer por meio de falantes bidialetais ou, mais geralmente, falantes com sistemas heterogêneos caracterizados pela diferenciação ordenada. A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta. A transferência parece ocorrer entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes; todos as evidências empíricas reunidas até agora indicam que as crianças não preservam as características dialetais de seus pais, mas sim as do grupo de pares que domina seus anos pré-adolescentes.

O PROBLEMA DO ENCAIXAMENTO. Haverá pouca discordância entre os lingüistas de que as mudanças lingüísticas sob investigação devem ser vistas como encaixadas no sistema lingüístico como um todo. O problema de oferecer fundamentos empíricos sólidos para a teoria da mudança traz à tona diversas questões sobre a natureza e a extensão deste encaixamento.

(a) *Encaixamento na estrutura lingüística.* Se a teoria da evolução lingüística quiser evitar notórios mistérios dialetais, a estrutura lingüística em que os traços mutantes se localizam tem de ser ampliada para além do idioleto. O modelo de língua proposto aqui tem (1) estratos discretos, coexistentes, definidos pela co-ocorrência estrita, que são funcionalmente diferenciados e conjuntamente disponíveis a uma comunidade de fala; e (2) variáveis intrínsecas, definidas por co-variação com elementos lingüísticos e extralingüísticos. A mudança lingüística, ela mesma, raramente é um movimento de um sistema inteiro para outro. Em vez disso, descobrimos que um conjunto limitado de variáveis num sistema altera seus valores modais gradualmente de um pólo para outro. As variantes das variáveis podem ser *contínuas* ou *discretas*; em qualquer dos casos, a variável mesma tem um espectro contínuo de valores, já que ele inclui a freqüência de ocorrência de variantes individuais na fala estendida. O conceito da variável como um elemento estrutural torna desnecessário ver flutuações no uso como externas ao sistema, pois o controle de tal variação faz parte da competência lingüística dos membros da comunidade de fala.

(b) *Encaixamento na estrutura social.* A estrutura lingüística mutante está ela mesma encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala, de tal modo que variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura. Na explicação da mudança lingüística, é possível alegar que os fatores sociais pesam sobre o sistema como um todo; mas a significação social não é equitativamente distribuída por todos os elementos do sistema, nem tampouco todos os aspectos do sistema são equitativamente marcados por variação regional. No desenvolvimento da mudança lingüística, encontramos estruturas lingüísticas encaixadas desigualmente na estrutura social; e nos estágios iniciais e finais de uma mudança, pode haver muito pouca correlação com fatores sociais. Assim, a tarefa do lingüista não é tanto demonstrar a motivação social de uma mudança quanto determinar o grau de correlação social que existe e mostrar como ela pesa sobre o sistema lingüístico abstrato.

O PROBLEMA DA AVALIAÇÃO. A teoria da mudança linguística deve estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos dos diversos estratos e variáveis numa estrutura heterogênea. Estes correlatos subjetivos das avaliações não podem ser deduzidos a partir do lugar das variáveis dentro da estrutura linguística. Além disso, o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística que tem de ser determinada diretamente. Correlatos subjetivos da mudança são por natureza mais categóricos do que os padrões cambiantes do comportamento: a investigação destes correlatos aprofunda nosso entendimento dos modos como a categorização discreta é imposta ao processo contínuo de mudança.

O PROBLEMA DA IMPLEMENTAÇÃO. O processo global da mudança linguística pode envolver estímulos e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura da língua. A dificuldade do enigma da implementação é evidente no número de fatores que influenciam a mudança: é provável que todas as explicações a serem propostas no futuro próximo serão *a posteriori*. Se considerarmos seriamente o postulado de que a mudança linguística é mudança no comportamento social, então não deve nos surpreender que hipóteses preditivas não estejam prontamente disponíveis, pois este é um problema comum a todos os estudos do comportamento social (Neurath 1944). Tais considerações não devem nos impedir de examinar tantos casos quanto pudermos em todo pormenor para responder os problemas levantados acima e reunir tais respostas numa visão abrangente do processo de mudança. Uma proposta deste tipo para os modos como os fatores sociais incidem sobre os traços linguísticos num mecanismo cíclico se baseia em padrões repetidos observados nuns poucos casos bem estudados (Labov 1965). Sugere-se que uma mudança linguística começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala. Este traço linguístico então assume uma certa significação social — simbolizando os valores sociais associados àquele grupo (cf. Sturtevant 1947: 81ss.). Uma vez que a mudança linguística está encaixada na estrutura linguística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem nada de instantânea, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervem antes que o processo se complete. Novos grupos entram na comunidade de fala,

de tal modo que uma das mudanças secundárias se torna primária. Destas alternâncias da mudança linguística e social provém a extraordinária complexidade das estruturas sociolinguísticas encontradas em estudos recentes. O avanço da mudança linguística rumo à completação pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social. Por fim, a completação da mudança e a passagem da variável para o *status* de uma constante se fazem acompanhar pela perda de qualquer significação social que o traço possuía. O alto grau de regularidade que a mudança sonora exibe é o produto desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da seleção de uma das alternativas como uma constante.

3.5 ALGUNS PRINCÍPIOS GERAIS PARA O ESTUDO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

A questão importante aqui não é se o mecanismo particular das mudanças linguísticas sugerido acima se verifica ou não. O objetivo deste ensaio é levar adiante certas propostas acerca dos fundamentos empíricos de uma teoria da mudança. Apresentamos algumas descobertas empíricas que uma teoria assim deve explicar, e conclusões tiradas destas descobertas quanto à complexidade mínima da estrutura linguística envolvida; estamos muito preocupados com os métodos para relacionar a teoria da mudança à evidência empírica em modos que levarão à concordância intersubjetiva. Algumas assertivas gerais sobre a natureza da mudança linguística podem ser tomadas como centrais para nosso pensamento sobre estes problemas:

1. A mudança linguística não deve ser identificada com deriva alélica procedente da variação inerente na fala. A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.
2. A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.

3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.
4. A generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a co-variação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.
5. As gramáticas em que ocorre a mudança lingüística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.
6. A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança lingüística são os produtos de descontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos.
7. Fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico.

Bibliografia

- BAILEY, B. (1966). *Jamaican Creole Syntax*. London: Cambridge University Press.
- BALLY, C. (1944). *Linguistique générale et linguistique française*. 2ª ed. revista (orig. 1932) Berne: A. Francke S.A.
- BELLUGI, U. (1967). *The Acquisition of Negation*. Harvard University Dissertation.
- BLOCH, B. (1948). A Set of Postulates for Phonemic Analysis. *Language* 24.3-46.
- BLOOMFIELD, L. (1927). Literate and Illiterate Speech. *AS* 2.432-439.
- (1933). *Language*. New York: Holt.
- BRIGHT, W., RAMANUJAN, A. K. (1964). Sociolinguistic Variation and Language Change, in LUNT (1964) 1107-1112.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press.
- CLOSS, E. (1965). Diachronic Syntax and Generative Grammar. *Language* 41.402-415.
- COSERIU, E. (1958). *Sincronia, Diacronia e Historia*. Montevideo: Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias. Investigaciones y estudios. Serie Filología y lingüística, 2.
- DEUTSCH, K. W. (1953). *Nationalism and Social Communication*. New York: Wiley.
- DE GROOT, A. W. (1931). Phonologie und Phonetik als Funktionswissenschaften. *TCLP* 4.
- ERVIN-TRIPP, S. (1964). An Analysis of the Interaction of Language, Topic and Listener, in J. Gumperz e D. Hymes. 86-102.
- FERGUSON, C. A. (1959). Diglossia. *Word* 15.325-340; reprinted in HYMES (1964b). 429-438.
- (1963). Assumptions about Nasals, in Greenberg (1963a). 42-47.
- & GUMPERZ, J. J. (1960) (orgs.). *Linguistic Diversity in South Asia: Studies in Regional, Social and Functional Variation*. Publication of the Research Center in Anthropology, Folklore, and Linguistics, n. 13. Bloomington.
- FISHMAN, J. A. (1967). Bilingualism with and without Diglossia; Diglossia with and without Bilingualism. *Journal of Social Issues* 23:29-38.
- FÓNAGY, I. (1956). Über den Verlauf des Lautwandels. *Acta linguistica [hungarica]* 6.173-278.
- FREI, H. (1929). *Grammaire des fautes*. Paris: Geuthner.
- (1944). Lois de passage. *Zeitschrift für romanische Philologie* 64.557-568.
- FRIEDRICH, P. (1966). The Linguistic Reflex of Social Change: From Tsarist to Soviet Russian Kinship. *Sociological Inquiry* 36.159-185.
- FRIES, C. C.; PIKE, K. (1949). Co-existent Phonemic Systems. *Language* 25.29-50.
- GAUCHAT, L. (1905). *L'Unité phonétique dans le patois d'une commune*. Halle.
- GEERTZ, C. (1960). Linguistic Etiquette, in *The Religion of Java*. Glencoe: Free Press. 248-260.
- GILLIÉRON, J.; ROQUES, M. (1912). *Etudes de géographie linguistique d'après l'Atlas linguistique de la France*. Paris: Champion.
- GREENBERG, J. H. (1954). *Essays in Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- (1959). Language and Evolution, in *Evolution and Anthropology: A Centennial Appraisal*. Washington.
- (1963a) (org.). *Universals of Language*. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press.
- (1963b). Some Universals of Grammar with Particular Reference to the Order of Meaningful Elements, *ibid.* 58-90.
- (1966). Synchronic and Diachronic Universals in Phonology. *Language* 42.508-517.
- GUMPERZ, J. J. (1964). Linguistic and Social Interaction in Two Communities, in Gumperz e Hymes (1964). 137-153.
- (1967). On the Linguistic Markers of Bilingual Communication. *Journal of Social Issues* 23.48-57.

- & Hymes, D. (1964) (orgs.). *The Ethnography of Communication: American Anthropologist* 66.6, Part 2.
- Halle, M. (1959). *The Sound Pattern of Russian*. The Hague: Mouton.
- (1962). Phonology in Generative Grammar. Word 18.54-72, clado segundo a versão reimpressa in *The Structure of Language* (orgs.: J. A. Fodor & J. J. Katz). Englewood Cliffs, N. J. 1964. 334-352.
- Harris, Z. S. (1951). *Structural Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Haugen, E. (1954). Problems of Bilingual Description. *Georgetown University Monographs on Languages and Linguistics* 7.9-19.
- (1957). *Bilingualism in the Americas*=PADS 26.
- Herber, J. G. (1772). *Über den Ursprung der Sprache*. Berlin.
- Hermann, E. (1929). Lautveränderungen in der Individualsprache einer Mundart. *Nachrichten der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen, philo.-hist. Kl.* 9.195-214.
- Herzog, M. I. (1965). *The Yiddish Language in Northern Poland*. Bloomington & The Hague. (=JLAL 31.2, Part 2.)
- (1968). Yiddish in the Ukraine: Isoglosses and Historical Inferences, a set published in *The Field of Yiddish*, vol. III (orgs.: M. I. Herzog, W. Ravid, & U. Weinreich). The Hague.
- Hill, A. A. (1936). Phonetic and Phonemic Change. *Language* 12.15-22; reimpresso in *RLI*, I.
- Hockett, C. F. (1958). A Course in Modern Linguistics. New York: Macmillan.
- (1965). Sound Change. *Language* 41.185-204.
- (1966). The Quantification of Functional Load: A Linguistic Problem. Santa Monica, Cal.: The Rand Corp.
- Hoernigswald, H. M. (1960). *Language Change and Linguistic Reconstruction*. Chicago: Chicago University Press.
- Hymes, D. (1961). Functions of Speech: An Evolutionary Approach, in Gruber, F. C. (org.), *Anthropology and Education*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 55-83.
- (1962). The Ethnography of Speaking, in *Anthropology and Human Behavior*. Washington, D. C. 13-53.
- (1964a). Toward Ethnographies of Communication, in Gumperz & Hymes. 1-34.
- (1964b) (org.). *Language in Culture and Society*. New York, Evanston & London: Harper & Row.
- Jackson, R. (1928). The Concept of the Sound Law and the Teleological Criterion, reimpresso de *Casopis pro moderní filologii* 14 in seus *Selected Writings*, I. 1-2.
- (1931). Prinzipien der historischen Phonologie. *TCLP* 4.257-267; reimpresso em francês em seus *Selected Writings*, I. 202-220.
- (1941). *Kindersprache, Aphasie und allgemeine Lautgesetze*. Uppsala: reimpresso em seus *Selected Writings*, I. 523-531.
- em seus *Selected Writings*, I. 523-531.
- (1960). Kazanská škola lingvistický i jej miesto v svetovom fonologickom vývoji. *Polstajny Towarzystwa Językoznawczego* 19.1-34.
- Joos, M. (1950). Description of Language Design. *LASA* 22.701-708; reimpresso in *RLI*, I.
- (1952). The Medieval Sibilants. *Language* 28.222-231.
- Krüger, G. (1966). The Status of Hindi as a Lingua Franca, in Bright, W. (org.), *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton. 299-305.
- Keyser, S. J. (1963). Review of H. Kurath and R. L. McDavid, Jr., *The Pronunciation of English in the Atlantic States*. *Language* 39.303-316.
- King, R. D. (1965). *Functional Load: Its Measure and Its Role in Sound Change*. University of Wisconsin Ph.D. Dissertation.
- Klima, E. S. (1964). Relatedness between Grammatical Systems. *Language* 40.1-20.

- Kökeritz, H. (1953). *Shakespeare's Pronunciation*. New Haven: Yale University Press.
- Kraus, J. E. (1787). Review of Pallas, *Sravnitel'nye slovar' vsjak jazikov i narečij...*, Vol. I. *Allgemeine Literatur-Zeitung*, Oct. 1, 2, 3 (a, b).
- Kruszewski, N. (1881). *Über die Lautabwandlungen*. Kazan.
- Kurylowicz, J. (1949). La Nature des procès dits "analogiques". *Acta Linguistica* 5.15-37 (1945-1949).
- (1964). On the Methods of Internal Reconstruction in Lunt (1964). 9-31.
- Labov, W. (1963). The Social Motivation of a Sound Change. *Word* 19.273-309.
- (1965). On the Mechanism of Linguistic Change. *Georgetown University Monographs on Languages and Linguistics*. 18.91-114.
- (1966). *The Social Stratification of English in New York City*. Center for Applied Linguistics.
- (1966b). Hypercorrection by the Lower Middle Class as a Factor in Linguistic Change, in Bright, W. (org.), *Sociolinguistics*. The Hague: s.e. 84-101.
- (1966c). The Linguistic Variable as a Structural Unit. *Washington Linguistics Review* 3.4-22.
- & Cohen, P. (1967). Systematic Relation of Standard and Non-Standard Rules in the Grammars of Negro Speakers. *Project Literacy*. Report n. 7. Ithaca: Cornell University.
- Labov, W.; Cohen, P. R.; & Lewis, J. (1968). A Study of the Non-Standard English of Negro and Puerto Rican Speakers in New York City: Cooperative Research Project 3288 Final Report, Volume I. Washington, D.C.: U. S. Office of Education.
- Labov, W. E. (1967). A Social Psychology of Bilingualism. *Journal of Abnormal and Social Psychology* 60.44-51.
- et al. (1960). Evaluational Reactions to Spoken Languages. *Journal of Abnormal and Social Psychology* 60.44-51.
- Lehmann, W. P. (1962). *Historical Linguistics: An Introduction*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Leskien, A. (1876). *Die Declination im Slavisch-Litauischen...* Leipzig: Hirzel.
- Levine, L.; Crockett, Jr., H. J. (1966). Speech Variation in a Piedmont Community: Postvocalic r. *Sociological Inquiry* 36.186-203.
- Lunt, H. (1964) (org.). *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguists*. The Hague: Mouton.
- Makiehl, Y. (1957-1958). Diachronic Hypercharacterization in Romance. *Archivum Linguisticum* 9.79-113, 10.1-36.
- Manzark, W. (1958). Tendances générales des changements analogiques. *Lingua* 7.298-325, 387-420.
- Martín, S. (1964). Speech Levels in Japan and Korea in Hymes (1964b). 407-415.
- Martinet, A. (1955). *Economie des changements phonétiques*. Bern: Francke.
- (1964). Structural Variation in Language in Lunt (1964). 521-529.
- Mathesius, V. (1911). O potenciálnosti jevu jazikovych. *Věstník Král. české společnosti nauk*, 1.32.
- *tr. Filos.-hist.*, Sec. II, *Uváděno para o inglês in Vachek* (1964b). 1-32.
- (1931). Zum Problem der Belastungs- und Kombinationsfähigkeit der Phoneme. *TCLP* 4.148-152; reprinted in Vachek (1964b). 177-182.
- (1934). Zur synchronischen Analyse fremden Sprachguts. *Englische Studien* 70.21-35; reimpresso in Vachek (1964b). 398-412.
- Meillet, A. (1906a). L'état actuel des études de linguistique générale; reimpresso in *Linguistique historique et linguistique générale*, I. 1-18. Paris: Champion. (1926).
- (1906b). Comment les mots changent de sens. *L'Année sociologique* (1905-1906): *historique et linguistique générale*, I. 1-18. Paris: Champion. (1926).
- Miller, W.; Ervin, S. (1964). The Development of Grammar in Child Language. *Child Development* 35.9-34.
- Moulton, W. G. (1961). Lautwandel durch innere Kausalität: die ostschweizerische Vokalspaltung. *Zeitschrift für Mundartforschung* 28.227-252.

- _____. (1962). Dialect Geography and the Concept of Phonological Space. *Word* 18.23-33.
- NEURATH, O. (1944). "Foundations of the Social Sciences", *International Encyclopedia of Unified Science*. Vol. 11, n. 1. Chicago: University of Chicago Press.
- NEUSTUPNÝ, J. V. (1961). The Asymmetry of Phonological Oppositions. *The Bulletin of the Phonetic Society of Japan* (ONSEI GAKKAI KAIHO). 106.1-6.
- _____. (1966). On the Analysis of Linguistic Vagueness. *Travaux linguistiques de Prague* 2.
- OSGOOD, C. E.; SEBEOK, T. A. (1954) (orgs.). *Psycholinguistics*. Baltimore. (= Supplement to *IJAL* 20:4.)
- OSTHOFF, H.; BRUGMANN, K. (1878). *Introdução às Morphologische Untersuchungen*. Leipzig: s.e.
- PAUL, H. (1880). *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle: Niemeyer. 4ª ed.: 1909; 5ª ed.: 1920.
- PULGRAM, E. (1961). French /e/: Statics and Dynamics of Linguistic Subcodes. *Lingua* 10.305-325.
- REICHSTEIN, R. (1960). Etude des variations sociales et géographiques des faits linguistiques (observations faites à Paris en 1956-1957). *Word* 16.55-95 (André Martinet's Post-script: 96-99).
- RONA, J. P. (1966). The Social and Cultural Status of Guaraní in Paraguay. In Bright, W. (org.). *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton. 277-292.
- SAPIR, E. (1907). Herder's "Ursprung der Sprache". *Modern Philology* 5.109-142.
- _____. (1921). *Language*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- SAPORTA, S. (1965). Ordered Rules, Dialect Differences, and Historical Processes. *Language* 41.218-224.
- SAUSSURE, F. DE (1916). *Cours de linguistique générale*. Paris.
- SECHÉHAYE, A. (1940). Les trois linguistiques saussuriennes. *Vox romanica* 5.1-48.
- SIVERSTEN, E. (1960). *Cockney Phonology*. London, Oslo: Oslo University Press.
- STEWART, W. E. (1966). Social Dialect. In *Research Planning Conferences on Language Development in Disadvantaged Children*. New York: Yeshiva University. 53-61.
- STURTEVANT, E. H. (1947). *An Introduction to Linguistics*. New Haven: Yale University Press.
- VACHEK, J. (1964a). On Peripheral Phonemes of Modern English. *Brno Studies in English*. 4.7-110.
- _____. (1964b). comp. *A Prague School Reader in Linguistics*. Bloomington: Indiana University Press.
- WANG, W. S.-Y. (1967). The Measurement of Functional Load. *Phonetica* 16.36-54.
- WEINREICH, U. (1953). *Languages in Contact*. New York: Publications of the Linguistic Circle of New York.
- _____. (1954). Is a Structural Dialectology Possible? *Word* 10.388-400.
- _____. (1957a). On the Description of Phonic Interference. *Word* 13.1-11.
- _____. (1957b). Functional Aspects of Indian Bilingualism. *Word* 13.203-233.
- _____. (1958). A Retrograde Sound Shift in the Guise of a Survival. *Miscelánea Homenaje a André Martinet*. Canarias: Biblioteca Filológica. Universidad de la Laguna. 11, 221-267.
- _____. (1960). Mid-Century Linguistics: Achievements and Frustrations (review of Hockett 1958). *Romance Philology* 13.320-341.
- _____. (1968). The Geographic Makeup of Belorussian Yiddish, a ser publicado in *The Field of Yiddish*, Vol. III (orgs. M. I. Herzog, W. Ravid e U. Weinreich). The Hague.
- WHYTE, W. F. (1943). *Street Corner Society*. Chicago: University of Chicago Press.
- WINTERER, J. (1876). *Die Kerenzer Mundart*. Leipzig.
- WYLD, H. C. (1936). *A History of Modern Colloquial English*. Oxford: Blackwell.
- ZIRMUNSKI, V. M. (1958). O sínxonii i diáxonii v jazykoznanii. *Voprosy Jazykoznanija* 5:43-52.

QUARENTA ANOS DEPOIS: A HERANÇA DE UM PROGRAMA NA SOCIOLINGÜÍSTICA BRASILEIRA

Maria da Conceição A. de Paiva (UFRJ/CNPq)
Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ/CNPq)

1. INTRODUÇÃO

Nesse projeto de difusão do texto programático de Weinreich, Labov & Herzog (doravante WLH), coube-nos uma tarefa incitante, embora não facilmente realizável: a de escrever um posfácio. Uma tarefa cujo risco maior é o de nos limitarmos a parafrasear, necessariamente de forma incompleta, o que os autores tão bem apresentaram. Uma outra via possível, aqui adotada, é a de nos concentrarmos nos produtos derivados desse texto e destacar suas repercussões, em especial no que se refere ao desenvolvimento da sociolinguística no Brasil. Para tanto, procedemos a uma triagem, no texto dos autores, de pontos que nos parecem centrais e que, aplicados à realidade sociolinguística brasileira, fizeram avançar de forma significativa o conhecimento da nossa heterogeneidade lingüística a partir de um trabalho construído sobre bases empíricas.

Embora possa parecer desnecessário, é interessante insistir que a proposta provocativa de WLH constituiu um passaporte seguro para a instauração de uma nova perspectiva de linguagem. Ao enfatizar o lugar central da variação e da mudança nas línguas naturais e explicitar os diversos aspectos envolvidos nesses processos, os autores abrem o

1 Muitos são os projetos de pesquisa que tratam da variação linguística em diferentes níveis da gramática. Uma consulta aos sites desses projetos fornecerá informações sobre os fenômenos já pesquisados, bem como acesso a amostras de fala, língua falada. Entre eles estão: VALPB (Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba), PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), NURC-RJ (Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro), VARPOR (Análise Contrastiva de Variedades do Português), VARSLU (Variação Linguística Urbana no Sul do País). Além dos trabalhos publicados pelos pesquisadores e alguns ligados a esses projetos, citem-se os volumes da Gramática do português falado (Ed. Unicamp), que reúnem as pesquisas com base na norma culta de cinco capitais brasileiras.

Conclusões mais lucidas e empiricamente fundamentadas acerca do grau de diferenciação entre variedades linguísticas só são possíveis a partir da comparação cuidadosa e sistemática de amostras de fala representativas de diversos grupos sociais, geográficos e ainda de estilos de fala distintos. Sensíveis a essa necessidade, diversos grupos de pesquisadores empreenderam, a partir dos anos 1970, uma extensa constituição de *corpora* de língua falada¹. O esforço conjunto desses diversos pesquisadores em diversos pontos do país nos permite hoje usufruir amostras controladas e comparáveis da fala de diversas regiões brasileiras.

Dada a impossibilidade de abordar todos os trabalhos já realizados, vamos nos concentrar, apenas para ilustrar o programa empírico proposto pelos autores, em três fenômenos de níveis distintos: a realização fonética da vibrante em coda silábica, a alternância entre *nos* e *a gente*, e a realização do sujeito pronominal. A escolha desses três fenômenos não é aleatória. Eles se prestam bastante bem a uma discussão mais aprofundada da forma como a aplicação dos fundamentos empíricos propostos por WLIH permite entender mais claramente alguns aspectos do PB. Fazemos, no entanto, referências a outros fenômenos e a outros estudos realizados no Brasil, na medida em que tal procedimento se fizer necessário para esclarecer outros aspectos.

2. A VARIAÇÃO INTERNA AO SISTEMA

O ponto de ruptura estabelecido por WLIH, em relação aos modelos dialetológicos anteriores e aos modelos estruturalistas vigentes na época, está na concepção de língua como um sistema heterogêneo ordenado, condição *sine qua non* para o estudo da mudança linguística. Retomemos, então, um dos pressupostos centrais do programa dos autores: “Muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança linguística, será necessário aprender a ver a língua — seja de um ponto de vista diacrônico ou sincrônico — como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada”. Quais as consequências de tal proposição nos estudos linguísticos brasileiros, ancorados, como em diversos outros países, em conceitos confortáveis como homogeneidade e oposições como língua culta/língua popular ou certo/errado?

Evidentemente, o reconhecimento do PB como heterogêneo, uma conjugação de falares social e geograficamente diferenciados, antecede e em muito estudos baseados nos postulados de WLIH. A inovação possibilitada pelos autores está exatamente no termo “ordenada”, que permite atribuir à variação um caráter sistemático e controlado, que até então lhe fora negado. Cabe ao linguista entender, descrever e explicar essa sistematicidade, depreender os padrões que a governam.

Até recentemente (e, por que não dizer, mesmo ainda hoje) perdurou uma concepção da variação na fala como caso de aleatoriedade, decorrendo, na maioria das vezes, do desconhecimento das “regras da língua”. Tomemos o exemplo de um dos primeiros produtos da mudança de perspectiva defendida em WLIH: a concordância de número entre os elementos do sintagma nominal. Numa perspectiva de língua como sistema monolítico, estável e homogêneo, supostamente partilhado por todos os falantes.

bonito, por exemplo) é, dentro dessa perspectiva, uma “infração” cometida por falantes que “desconhecem” a *regra*. Ora, aprender a ver a língua como inerentemente variável significa, antes de tudo, reconhecer a natureza e a amplitude dessa infração dentro do próprio sistema.

Uma consequência natural da perspectiva acima envolve a forma de avaliação das variedades lingüísticas em relação ao seu *status* e “correção”. Em sociedades com uma sólida tradição literária como a nossa, a língua escrita impera como modelo a partir do qual se impõe uma jurisdição coercitiva. As diferentes variedades faladas se relacionam de forma mais ou menos remota com esse modelo. E quanto mais remota a relação (fala popular, vernácula), maior a avaliação negativa da variedade. Variedades relativamente mais próximas desse modelo adquirem o *status* de norma culta. À luz do conceito de heterogeneidade ordenada, essa equação é facilmente invalidada, pois ele permite depreender um *continuum* de distinção entre as variedades, atestar muito mais diferenças quantitativas do que qualitativas. Assim, a presença de uma variante estigmatizada deixa de ser privilégio das variedades populares, rurais ou faladas por membros de classes com menor acesso aos bens socioculturais.

Retomemos a variação na concordância de número entre os elementos do SN. A análise controlada e extensiva do fenômeno em diversas amostras de fala do português (cf. Scherre 1988, 1989; Scherre & Naro 1997, 1991; Naro & Scherre 2003, entre muitos outros) mostra claramente que a ausência da marca de plural, principalmente em contextos lingüísticos mais favoráveis ao processo, caracterizam, em maior ou menor grau, tanto a fala de pessoas não-escolarizadas ou de baixo nível de escolarização como a de pessoas com nível universitário, por exemplo (Campos e Rodrigues 1992). A depender da associação complexa de fatores sociais e estruturais, esse “desvio” é mais ou menos freqüente na fala de todos os falantes do português e mesmo no português escrito. Mais importante ainda é que, apesar das diferenças no uso de uma variante em diferentes estratos da sociedade, uma abordagem variacio-

nista permite depreender grande replicabilidade e sistematicidade no controle das variantes.

O princípio da heterogeneidade ordenada e sistemática pode ser constatado em todos os níveis lingüísticos em todas as línguas naturais, o que não exclui, em hipótese alguma, a existência de regras categóricas. Retomemos, então, os fenômenos relacionados na introdução. No nível fonético, diversos pesquisadores já constataram que a vibrante em coda silábica — *ca(r)ta*, *unive(r)sidade*, *u(r)gência*, *ama(r)* (Callou, 1987; Callou, Moraes e Leite 1996; Monareto 2000; Hora 2004) — admite diferentes realizações, ou variantes, tais como vibrante múltipla, fricativa velar, uvular, aspirada, vibrante simples, um som retroflexo (cf. Bisol 1999), ou pode ser suprimida. Como mostram Callou, Moares & Leite (1996), o fenômeno tem considerável extensão no PB, atingindo diversas regiões, embora em cada uma delas se manifeste a predominância de uma ou outra variante.

No nível morfológico, tomemos uma alternância no interior do sistema pronominal, um sistema que, ao longo dos anos, tem sido atingido por inúmeras mudanças. Observa-se a variação entre as formas *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do plural, como em *Nós trabalhamos bem*/ *A gente trabalha bem* (Omena 1986, 1996, 2003; Omena e Braga 1996; Lopes, 1993, 1999, 2003; Menon 1994, 1996, entre muitos outros). Trata-se de uma alternância presente em diferentes variedades do PB e, ao que tudo indica, imune à avaliação social, não envolvendo propriamente uma oposição entre forma prestigiada e forma não prestigiada³.

No nível sintático, mas em íntima relação com as mudanças ocorridas no sistema pronominal, pode-se citar a variação na forma de realização do sujeito pronominal, tanto em contextos iniciais quanto em encaixados (*O José saiu há pouco. [Ele] estava feliz. [Ele] disse que [ele] ia ao banco buscar o prêmio*). Inúmeros trabalhos realizados com base em amostras de língua falada em várias regiões do Brasil (entre os quais Lira 1982; Duarte 1995, 2003; Paredes Silva 2003) têm permitido observar as etapas do embate entre as

³ Exceto na combinação do pronome *a gente* com a desinência <-mos>.

duas formas variantes e levantar os contextos lingüísticos e sociais que favorecem ou restringem o uso de *um* pronome pleno, considerada a variante inovadora.

Não basta, no entanto, reconhecer a variação. É necessário explicá-la, identificar os fatores que a controlam e inseri-la dentro de um modelo de linguagem. Retomando aqui os termos dos próprios WLH, “certamente não basta apontar a existência ou a importância da variabilidade: é necessário lidar com os fatos de variabilidade com precisão suficiente para nos permitir incorporá-los a nossas análises da estrutura lingüística”. Opondo-se à visão da variabilidade como um fato aleatório, WLH insistem na necessidade de um controle sistemático e empírico dos fatores estruturais (internos) e sociais que motivam o uso de uma ou outra variante. Consideremos esse aspecto retomando os processos variáveis brevemente apresentados acima.

A realização variável da vibrante em coda silábica é controlada tanto por fatores lingüísticos como por fatores sociais. Entre os fatores estruturais, de forma simplificada, destaca-se a classe morfológica do item lexical. Como pôde ser observado em todos os trabalhos acima referidos, a vibrante é particularmente suscetível de cancelamento em posição final, sobretudo nas formas verbais de infinitivo: *amá(r)*, *vendê(r)*. Diferentemente, as posições mediais — *ho(r)ta* — e as formas nominais tendem a restringir a supressão da vibrante, favorecendo a ocorrência de outras variantes, embora alguns estudos mais recentes já apontem a queda (realização zero) da vibrante nessa posição (Hora 2004), quando precedida de fricativa: *unive(r)sidade*, *eme(r)gência*.

Examinemos brevemente algumas das restrições lingüísticas que operam sobre a alternância entre *nós* e *a gente*. Como mostra Omena (1986, 1996), um primeiro aspecto importante a considerar na variação entre *nós* e *a gente* é a função sintática. Assim, para as funções de sujeito, complemento e adjunto adverbial, os resultados da análise de amostra de inícios dos anos 1980 revelam que a ocorrência de *a gente*

é significativamente mais favorecida (entre 72% e 84%) do que na função de adjunto adnominal (14%), em que o uso do possessivo (*nosso/a*) supera o do SPrep (*da gente*).

Restringindo-se à função de sujeito, em que a variação é mais sensível, Omena (ibid.) e Lopes (ibid.) mostram que tanto aspectos morfológicos como semânticos estão imbricados na alternância entre as duas formas de referência à primeira pessoa do plural. Um aspecto importante na modelização da alternância entre *nós* e *a gente* é o grau de distintividade (saliência fônica) entre a forma verbal na primeira pessoa do singular e do plural. Pode-se depreender uma escala, segundo a qual quanto maior o grau de distintividade entre as duas formas (por exemplo, *é/somos*, *faz/fazemos*), menores as chances de ocorrência da variante *a gente*. No nível semântico-pragmático, destaca-se a relevância do grau de indeterminação e do número de referentes incluídos na referência de primeira pessoa. A forma *a gente* é favorecida principalmente em contextos em que a referência do sujeito compreende um número grande e indeterminado de pessoas, seguindo-se o contexto em que a referência de primeira pessoa compreende um número intermediário e indeterminado de referentes.

No que se refere à realização do sujeito pronominal, as análises variacionistas têm revelado, por exemplo, que o padrão sentencial e a acessibilidade do antecedente além do seu traço de animacidade motivam uma direcionalidade de implementação da variante com o pronome expresso. Em relação ao primeiro fator, a presença do antecedente do sujeito no contexto imediatamente precedente e na mesma função propicia a ocorrência do sujeito nulo. Um antecedente em outra função ou a ocorrência de material interveniente dificultam a interpretação de um sujeito nulo, favorecendo a realização plena do pronome. Essa importante restrição, já apontada em estudos funcionalistas (cf. Paredes Silva 1988, 2003), não atua tão fortemente nos sistemas estáveis de sujeito nulo. Barbosa, Duarte & Kato (2001) mostram que, no português europeu, o sujeito nulo é predominante mesmo nos contextos em que seu antece-

dente está em outra função ou com elementos intervenientes, a menos que essa variante provoque ambigüidade. Entende-se, pois, que, no processo de mudança em curso no português brasileiro, os contextos de menor acessibilidade ao antecedente tenham sido um caminho para a implementação da mudança.

O segundo fator (animacidade do sujeito) tem se mostrado extremamente relevante em processos de mudança no sentido de expressão ou apagamento de pronomes. No caso em questão, observa-se que a implementação do sujeito expresso se instala mais rapidamente com os pronomes de primeira e segunda pessoa, que têm o traço inerentemente [+humano]; prossegue mais lentamente na terceira, em que podem variar os traços [+/-humano] e [+/-animado]. Essa relevância se faz evidente nos expressivos percentuais de sujeitos nulos com o traço [-humano/-animado] e nos pesos para este fator em relação aos obtidos para o traço [+humano]. Essa diferença pode ser traduzida em uma hierarquia de referencialidade, proposta em Cyrino, Duarte & Kato (2000). E, embora muitos dos resultados aqui comentados provenham da fala carioca, eles são confirmados por inúmeros estudos realizados no âmbito de diferentes projetos de pesquisa em todo o território nacional, como mostram as análises de Alencar (1998) sobre a fala de São Paulo e Porto Alegre; Cavalcante (2001) sobre a fala de Alagoas; Laperuta (2003) sobre a fala de Londrina (PR); Ferreira (2003) e Carvalho (2005), ambos sobre a fala do Centro-Oeste, a primeira focalizando a fala rural da comunidade Kalunga e a segunda, a fala da Baixada Cuiabana; Almeida (2005), com base em amostras da fala de três comunidades do interior da Bahia.

A importância de uma escala de referencialidade pode ser observada em outros fenômenos, como na mudança em direção ao objeto nulo, embora em sentido inverso (Omena 1978; Duarte 1989; Cyrino 1997). O apagamento do objeto se implementa inicialmente nos contextos em que seu antecedente é uma oração ou um predicativo, que se localizam num ponto mais baixo da hierarquia referencial proposta,

atingindo mais tarde os que têm um antecedente [-animado], para só então chegar aos de antecedente [+animado], um ponto importante de resistência (cf. Cyrino 1997).

Um ponto-chave na proposta de WLH é a inter-relação entre variação e mudança e o pressuposto de que a mudança pode ser captada no curso da sua implementação, uma questão que focalizamos na seção seguinte.

3. VARIAÇÃO E MUDANÇA

Na proposta de WLH, a mudança é entendida como uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais. No terceiro postulado colocado no texto, os autores insistem que “nem toda variação e heterogeneidade envolvem mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade”. Podemos dizer, retomando os termos de Chambers, que “a mudança é um tipo de variação lingüística com propriedades sociais particulares” (1995: 349).

A observação e constatação das mudanças lingüísticas, como mostram os próprios autores, precedem, e em muito, o advento da sociolingüística, restritas, no entanto, à comparação entre fatos situados em dois momentos discretos⁴. Em confronto com perspectivas anteriores, WLH, ao destacar a estreita relação entre variação e mudança, abrem o caminho para a compreensão dos estágios intermediários entre dois momentos temporais, permitindo, assim, captar a instalação contínua e gradativa da mudança. Velhas e novas formas variantes rivalizam num mesmo momento de tempo e essa alternância pode representar uma transição para um outro estado de língua. Essa transição pode ser percebida principalmente no controle social da variação, na sua distribuição pelos diferentes estratos sociais da população analisada.

Ao identificar a mudança como a face sincrônica da variação, WLH rompem com as fronteiras entre sincronia e diacronia. O entrelace dos dois eixos permite, então, um passo teórico importante: as evidências da variação sincrô-

⁴ É tal postura que conduz Bloomfield (1933) e Hockett (1958), por exemplo, a afirmarem a impossibilidade de observar a mudança no curso da sua instalação na língua.

⁶ É exatamente nessa perspectiva que Lopes (2005) tem desenvolvido estudo diacrônico do processo de gramaticalização da forma nominal Vossa Mercê.

nica passam a constituir um excelente laboratório para a compreensão de mudanças já completadas, ocorridas no passado. Uma das dificuldades maiores no estudo de mudanças já completadas em uma língua se situa exatamente na impossibilidade de acessar os seus estágios intermediários, o que conduz muitas vezes a conclusões equivocadas. A partir do exame da gradualidade de mudanças em curso de implementação, assim como da sua contextualização estrutural e social, é possível levantar hipóteses que expliquem esses estágios intermediários. Assim, por exemplo, a projeção das conclusões inferidas a partir do estudo da variação entre *nós* e *a gente* no momento atual pode lançar luzes sobre a trajetória de substituição do pronome *tu* pela forma *você*, em grande parte do território nacional, ou a neutralização entre as mesmas formas em várias regiões⁶.

A tarefa de compreensão dos processos de mudança está longe de ser simples. Como bem destacam WLH, qualquer teoria da mudança, mesmo a mais modesta, deve responder a algumas questões cruciais que envolvem a instalação de uma nova variante: os fatores condicionantes, a transição, o encaixamento, a implementação e a avaliação. Evidentemente, essas questões não estão dissociadas; ao contrário, se inter-relacionam, de forma a oferecer uma visão mais integrada da mudança. Qualquer separação entre elas atende a objetivos estritamente descritivos.

Retomando os termos dos autores, "um possível objetivo para uma teoria da mudança é determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança", um objetivo que só pode ser alcançado através de um estudo controlado de mudanças em curso nas diversas línguas humanas. Quando se examinam mudanças particulares, é possível demonstrar que seu curso é motivado por razões lingüísticas. Consideremos um dos exemplos já citados, a variação na forma de realização do sujeito no português brasileiro. Como já destacamos acima, tudo indica que há uma trajetória no sentido de preenchimento do sujeito pronominal no PB.

A tendência ao preenchimento do sujeito, já detectada em estágios anteriores do português (Duarte 1993), vem se instalando gradativamente, a depender da ação de diversos fatores, alguns deles já discutidos acima. Uma hipótese possível para o curso dessa mudança estaria no enfraquecimento do sistema de flexões verbais decorrente da substituição de pronomes que se combinam com formas verbais de desinência exclusiva ("tu" e "nós") por pronomes que se combinam com formas verbais de terceira pessoa do singular ("você" e "a gente"). Tais substituições (ou a neutralização entre "tu" e "você") reduziu o número de oposições de cinco para apenas três formas verbais distintivas, que podem passar a duas no caso da ausência de marca de concordância na terceira pessoa do plural. Tal condição seria em si mesma suficiente para determinar a direção da mudança no sentido de sujeito vazio para sujeito preenchido e não no sentido inverso? Uma comparação com o que ocorreu em outras línguas (como o inglês, o francês) e o que está em curso em outras línguas aparentadas (como o espanhol da República Dominicana, como mostra Toribio 1996) levam a crer que essa direcionalidade é independentemente justificada, isto é, em situações onde está envolvida uma redução no quadro flexional, pode-se observar uma tendência ao preenchimento.

Além de justificada estruturalmente, uma mudança não ocorre de forma abrupta. As evidências acumuladas ao longo dos anos mostram que a instalação de uma nova variante é progressiva e que, entre dois estágios de uma língua, podem ser identificados sistemas transicionais que suscitam questões sobre a forma como uma variante passa de um indivíduo para o outro e de um contexto estrutural a outro. A apreensão ou postulação desses estágios intermediários, como admitem os autores, pode contribuir muito mais para a formulação de uma teoria da mudança do que o estudo dos pontos inicial e final.

Uma forma objetiva de verificar a transição e a progressão gradual e ordenada de variantes lingüísticas é através da variável idade (hipótese do tempo aparente), pois como afirmam os autores "todas as mudanças submetidas ao exame

empírico cuidadoso até agora têm mostrado distribuição contínua através de sucessivas faixas etárias da população". Segundo essa hipótese, num determinando momento, falantes de diferentes faixas etárias representam diferentes está-dos da língua: a variante inovadora, ausente ou mais incipiente na fala dos mais velhos, aumenta sua frequência nas faixas mais jovens da população. Dentre as variáveis sociais, as diferenças etárias são o indicador social primário, embora não absoluto, de mudanças em progresso na língua.

Retomando os fenômenos selecionados, consideremos as indicações depreendidas nos diversos estudos já realiza-dos. No que se refere à realização da vibrante em coda silábica, há indicações bastante seguras de um movimento de mudança, variável de acordo com a região do país, no sentido de entrafecimento do segmento ímplosivo que culmina no seu cancelamento, principalmente em formas verbais e em posição final. Essa escala de entrafecimen-to se concretiza no Rio de Janeiro, por exemplo, por uma acentuada implementação da variante fricativa, em posi-ção medial, e num estágio bastante avançado de aspira-ção ou apagamento na posição final (cf. Callou *et al.* 1996, 1998). Essa trajetória pode ser depreendida nos padrões de variação sociolinguística que envolvem, principalmen-te, correlações significativas com variáveis como idade e sexo. Assim, Callou (*ibid.*) mostra que a fricativa velar, variante mais inovadora na fala carioca, tende a predomi-nar entre falantes mais jovens e do sexo feminino. O apa-gamento da vibrante em posição final apresenta um pa-drão de correlação semelhante, com os falantes mais jo-vens avançando no apagamento do segmento pós-vocalico.

A importância dos padrões sociolinguísticos na direciona-lidade das variantes linguísticas pode ser percebida igual-mente na variação das formas de referência à primeira pessoa do plural. O já citado estudo de Omena (1996) aponta nitidamente a maior incidência da variante *a gente* entre falantes mais jovens e da variante mais conservadora *nós* entre falantes mais velhos (acima de 26 anos), sistema-ticamente entre homens e mulheres. A generalidade dessa

correlação se reitera em outros estudos, como os de Lopes (1993) e Menon (1994), que trabalham com amostras de falantes de nível universitário, reforçando assim a amplitu-de do fenômeno em diferentes estratos sociais.

No que se refere à forma de realização do sujeito, os resul-tados disponíveis até o momento são ainda mais transpa-rentes ao indicar uma mudança no sentido de perda da possibilidade de sujeito nulo. Apesar do avançado estágio da mudança, a atuação de fatores sociais no processo ain-da é facilmente notada. O nível de escolaridade mais alto está associado a faixas etárias mais altas (Duarte 1995) ainda é atuante no sentido de inibir o sujeito expesso. Em ou-tras palavras, o sujeito expesso nas pesquisas realizadas em centros urbanos (Duarte 1995, 2003) é mais facilmente implementado na fala dos menos escolarizados e mais jovens. As mulheres, geralmente mais sensíveis a proces-sos de mudança que envolvem variantes prestigiadas (cf. Paiva 2003), lideram o processo no caso do preenchimen-to do sujeito, uma vez que um pronome expesso na po-sição de sujeito não recebe avaliação negativa.

A questão da implementação, que constitui na opinião de WLFH o verdadeiro cerne de uma teoria da mudança, remete necessariamente para a dos fatores condicionantes da variação. Na medida em que identificamos os condicio-namentos que agem sobre a mudança, adiantamos uma explicação da forma como a mudança vai se expandindo por diferentes contextos estruturais. Assim, a mudança na direção de perda da possibilidade de sujeito nulo só pode ser entendida em relação, por exemplo, a motivações liga-das ao grau de acessibilidade dos referentes e a uma hi-erarquia de animacidade. No que se refere à hierarquia de referencialidade, por exemplo, podemos supor que a mu-dança progride numa direção que vai de sujeito [+referencial, +animado] para sujeito [-referencial, -anima-do] até atingir finalmente sujeitos com o traço [-referencial]. Essa hierarquia vai explicar por que os sujeitos com o traço [-referencial], como é o caso dos expetivos nulos, são os últimos a se tornar lexicalmente preenchidos.

⁶ Em estudos posteriores, principalmente sobre a implementação de (r) retroflexo em Nova York, Labov postula a importância das classes intermediárias como propulsoras de mudanças lingüísticas. No Brasil, essa questão ainda é mais controversa, havendo evidências de que a classe mais baixa pode desempenhar um papel importante na implementação social das mudanças.

Uma mudança não envolve apenas motivações estruturais, como as que discutimos até aqui, mas igualmente motivações sociais, ou seja, uma mudança é “mudança no comportamento social”. Uma hipótese possível para a expansão de uma variante inovadora seria atribuí-la à sua transmissão via aquisição da linguagem no ambiente familiar. Os autores postulam, no entanto, que a transmissão das mudanças envolve descontinuidades na própria comunidade de fala. Em princípio, pode-se admitir que a mudança se inicia em um determinado grupo social, associada a um determinado valor social e, gradativamente, se expande para outros grupos sociais, até se completar⁶.

A hipótese da trajetória acima implica uma outra questão: a do encaixamento da mudança em curso, ou seja, “como as mudanças observadas estão *encaixadas* na matriz de concomitantes lingüísticos e extralingüísticos das formas em questão? (Ou seja, que outras mudanças estão associadas a determinadas mudanças de um modo que não pode ser atribuído ao acaso?)” Para esclarecer essa questão, retomemos o exemplo do sujeito. A mudança em direção ao sujeito preenchido não é um fato isolado na estrutura do português. Está intimamente relacionada a outros processos que podem ter resultado igualmente das mudanças no quadro flexional, como a fixação da ordem SV no PB tanto em orações declarativas como em orações interrogativas (Kato *et al.*, no prelo).

As mudanças operadas no sistema pronominal do português repercutem em outros pontos, relacionado-se a outras mudanças, como a das formas de realização do dativo. Como mostra Gomes (2001, 2003), a redução do quadro de pronomes nominativos do PB se reflete também no subsistema de clíticos do português, onde podem ser constatados fenômenos como perda tanto do clítico acusativo de terceira pessoa (*o*, *a*) como do clítico dativo (*lhe*) e o deslocamento do clítico *lhe* para referência à segunda pessoa. Uma das repercussões de tais processos é o aumento considerável na expressão do dativo na forma de sintagmas preposicionais, que, por sua vez, se submete a mudanças na preposição que os encabeça:

observa-se acentuado aumento de substituição da preposição *a* pela preposição *para* (Gomes, *ibid.*).

No interior da proposta de WLH, em algum momento do processo de mudança, as variantes em competição serão investidas de uma significação social, avaliando-se negativa ou positivamente a variante inovadora. Como afirmam os autores, “o avanço da mudança lingüística rumo à conclusão pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social”. Dessa forma, os autores se opõem ao pressuposto de um falante passivo, a quem a estrutura da língua se impõe como tal. Admitem, ao contrário, um falante ativo, que pode atuar no sentido de acelerar ou de reter processos de mudança na língua da comunidade, na medida em que se identifica com eles ou os rejeita.

A questão da avaliação envolve necessariamente a saliência da variação para a comunidade de fala. Assim, por exemplo, a mudança na forma de realização do sujeito pronominal parece estar imune a um julgamento por parte dos falantes, vista a pouca saliência da presença de um pronome onde poderia ocorrer uma categoria vazia. A maior ou menor saliência da variante no processo de avaliação social encontra um exemplo claro na alternância nas formas de realização do objeto direto anafórico, em que três variantes concorrem (clítico, pronome acusativo e categoria vazia). Como a variante mais inovadora, a categoria vazia, não é percebida, as prescrições normativistas criticam apenas o uso de *ele*-acusativo, na verdade, uma variante muito menos freqüente do que o objeto nulo⁷.

Um avanço em relação aos postulados inicialmente colocados em WLH é mostrar que a valorização ou discriminação de uma variante inovadora é fortemente condicionada pelos próprios contextos estruturais da variação. Retomando, a título de exemplo, a variação da vibrante em coda silábica, pode-se afirmar que o apagamento da vibrante em posição final, apesar da sua manutenção na escrita, não é sensível à avaliação por parte dos falantes;

⁷ Este é outro fenômeno amplamente investigado no PB contemporâneo. Além de Omena (1978) e Duarte (1989), que analisaram a fala carioca e a fala paulistana, respectivamente, citam-se os trabalhos de Corrêa (1991), sobre a fala paulista; Luíze (1997), sobre a fala de Florianópolis; Pará (1997), sobre a fala de pescadores do norte fluminense; Malvar (1992), sobre a fala de Brasília; Averbug (1998), Freire (2000) e Marafoni (2004), sobre diferentes amostras da fala carioca; Baltor (2003), sobre a fala de João Pessoa; Vieira (2004) sobre falares rurais afro-baianos. Nas análises com falantes não escolarizados, o clítico está ausente.

a supressão do mesmo segmento em posições mediais, no entanto, é saliente, percebida e avaliada como “mau português”. A extensão do fenômeno em um dado contexto estrutural pode, portanto, reduzir sua saliência na comunidade de fala. Além disso, as avaliações atribuídas a uma variante lingüística podem se alterar ao longo do tempo: uma variante pode se “desvestir” da sua carga negativa e ganhar terreno no processo de mudança.

O grau de avaliação de variações e de mudanças em progresso pode ser apreendido mais convincentemente nas reações e atitudes dos falantes em relação às variantes do que na sua produção. Entretanto, ele se reflete necessariamente na própria distribuição social e estilística das variantes, derivando padrões regulares. A estilos de fala mais formais estão associadas variantes de maior prestígio e a estilos mais informais, e principalmente ao vernáculo, variantes de menor prestígio. Considerando-se variáveis adstritas aos falantes, tais como sexo e idade, os inúmeros trabalhos já realizados ao longo dos anos permitem verificar uma certa equação entre fala feminina e formas mais prestigiadas, por um lado, e fala masculina e formas menos prestigiadas, por outro.

4. CONCLUINDO: VARIAÇÃO, MUDANÇA E TEORIA LINGÜÍSTICA

Uma questão crucial no programa elaborado por WLH se refere à inter-relação entre uma teoria da mudança e uma teoria da linguagem. Como destacam os autores, um refinamento na teoria da linguagem tem conseqüências não só na postulação/formulação dos fatores condicionantes mas no próprio elenco das mudanças postuladas.

Um argumento freqüentemente aventado é o de que uma teoria geral da linguagem ou uma teoria mais ampla da mudança lingüística é uma condição prévia ao estudo de qualquer fenômeno de variação e de mudança. A experiência acumulada ao longo dos anos vem demonstrando que a interação, o diálogo se preferirmos, entre a socio-

lingüística variacionista e teorias voltadas para fatos categóricos é enriquecedora em ambas as direções, se alimentam mutuamente. O estudo de fenômenos de variação e mudança específicos e a identificação de tendências to-mam, como ponto de partida, conceitos e restrições mais gerais que envolvem, na maioria das vezes, uma forma de modelização da linguagem; a identificação de tendências regulares e reproduzíveis alimenta, por sua vez, a discussão acerca dos princípios teóricos mais gerais. Mais uma vez a título de exemplo, discutiremos brevemente duas conjugações que, ao longo dos anos, têm se mostrado frutíferas nos estudos sociolingüísticos brasileiros: a conjugação entre pressupostos da teoria da variação e do funcionalismo, e entre teoria da variação e teoria gerativa, principalmente na sua versão de princípios e parâmetros.

A associação entre pressupostos variacionistas e pressupostos funcionalistas se apóia essencialmente num ponto de partida comum: o de que a língua só pode ser entendida nos seus variados contextos de uso. O princípio de que as funções a que a língua serve se refletem na forma como ela se estrutura encontra sua tradução em grupos de fatores, para usar uma terminologia cara aos variacionistas, que permitem controlar cada contexto discursivo em que uma determinada variante é favorecida ou desfavorecida. Tomemos como exemplo os estudos de Paredes e Silva, acerca da forma de realização do sujeito (1988, 2003). A autora parte do princípio de que essa variação se explica em termos de motivações funcionais, resultantes de pressões adaptativas. Trata-se, no estudo em questão, de mostrar que a variação na forma de realização do sujeito se insere num domínio funcional mais amplo relacionado ao grau de predizibilidade da informação codificada pelo sujeito: quanto mais previsível a informação, menor a necessidade de realização fonética do sujeito. A análise controlada de diferentes formas de conexão entre duas orações permite à autora demonstrar que a expressão pronominal do sujeito incide principalmente em pontos de descontinuidade referencial.

A identificação dessa tendência, bastante regular, vai por sua vez alimentar a postulação do domínio funcional da referenciação, na medida em que traz evidências de que há uma gradação nos processos utilizados para estabelecer continuidades e descontinuidades no discurso.

A variação *nós/a gente* é outro exemplo de uma interface entre uma perspectiva variacionista e modelos funcionalistas, mais especificamente, no caso, o da gramaticalização. A forma *a gente*, concorrente atual de *nós*, se submeteu ela mesma a um processo de mudança através do qual perdeu propriedades da sua categoria-fonte, um nome, para ganhar em propriedades mais gramaticais, tornando-se um pronome. Nessa trajetória, a forma *a gente* vai se especializando, mas não perde inteiramente algumas das suas nuances semânticas originais, como, por exemplo, a referência a um número indefinido de pessoas. Como já vimos acima, esse traço persiste no estado atual da variação, determinando a tendência de que *a gente* predomine nos contextos em que a referência à primeira pessoa do plural é mais indeterminada, incluindo um número maior de pessoas.

No sentido inverso, as tendências identificadas na variação entre *nós/a gente*, por exemplo, trazem evidências que reforçam o postulado de que a gramaticalização de uma forma é um processo gradual, contínuo, que não é impedido pela existência prévia de uma outra forma dentro de um domínio funcional.

No caso específico da teoria gerativa, particularmente dentro do quadro de princípios e parâmetros (Chomsky 1981), se, por um lado, as propriedades atribuídas a cada parâmetro da gramática universal têm alimentado as pesquisas variacionistas no levantamento de hipóteses e no estabelecimento de grupos de fatores, por outro, as tendências identificadas têm possibilitado ampla discussão sobre esses parâmetros*. Os resultados de pesquisas relativas à representação do objeto direto anafórico, do sujeito pronominal e da ordem VS, por exemplo, têm permitido (re)discutir o estatuto sintático de categorias vazias (Galves 2001; Cyrino

* Essa associação de modelos teóricos tão diferentes, que busca dar conta de variações internas ao PB, foi proposta em Tarallo e Kato 1989 e discutida em Ramos 1999.

1997) bem como os feixes de propriedades geralmente relacionadas à marcação positiva em relação ao parâmetro do sujeito nulo (Kato 2000; Barbosa, Duarte & Kato 2001; Duarte 2004; Kato & Duarte 2005). É o estudo do “encaixamento” da mudança permitindo o avanço das generalizações teóricas dentro de uma perspectiva interlingüística.

Dessa breve tentativa de (re)visitar o texto de WLH e traçar um sucinto panorama das suas conseqüências na sociolinguística brasileira, podemos concluir que o PB tem se revelado um solo fértil para a discussão dos postulados colocados pelos autores. A publicação em português desse texto certamente contribuirá para o avanço dos estudos de variação e mudança em solo brasileiro e para a formulação de uma teoria mais ampla da mudança lingüística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, M. das G. (1998). *Estudo comparativo da sintaxe pronominal em São Paulo e Porto Alegre*. Mestrado, Unicamp.
- ALMEIDA, N. L. F. de (2005). *Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado por três comunidades do interior da Bahia*. Doutorado, UNICAMP.
- AVERBOG, M. C. (1998). Objeto direto anafórico: variação na produção oral e escrita e influência do ensino. *Anais do VII Congresso da ASSEL-RIO*, 680-687.
- BALTOR, C. da S. (2003). *Estudo variacionista do objeto direto de terceira pessoa em série anafórica no falar pessoense*. Mestrado, UFPB.
- BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. & KATO, M. A. (2001). A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 539-550.
- BISOL, L. (1999). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro* (2ª ed. rev. e ampliada). Porto Alegre: EDUECIS, v. 1.
- CALLOU, D. (1987). *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED.
- CALLOU, D.; MORAES, J. & LEITE, Y. (1996). Variação e diferenciação dialetal: a promíscua do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. V. (org.) *Gramática do português falado*, vol. VI. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 465-494.
- CALLOU, D.; MORAES, J. & LEITE, Y. (1998). Apagamento do R final no dialeto carioca. *DELTA*, vol. 14, no. especial, 61-72.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. & MORAES, J. (2002). Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: ARANHA, R. & RODRIGUES, A. (orgs.) *Gramática do português falado*, vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 537-556.
- CAMPOS, O. G. L. & RODRIGUES, A. C. S. (1982). Flexão nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal. In: LAGO, R. (org.) *Gramática do português falado*, vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 111-134.
- CARVALHO, G. A. de. 2005. *A realização do sujeito na fala do araguaense*. Mestrado, UNESP/Araraquara.